



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
NÚCLEO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO E MEIO AMBIENTE

NÍVEL MESTRADO

KAROLINE KETILIN MOURA SOUZA

A DIMENSÃO ÉTICA DO TURISMO SUSTENTÁVEL

FEVEREIRO – 2013
SÃO CRISTÓVÃO – SERGIPE

KAROLINE KETILIN MOURA SOUZA

A DIMENSÃO ÉTICA DO TURISMO SUSTENTÁVEL

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do Título de Mestre pelo Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente da Universidade Federal de Sergipe. Área de Concentração em Desenvolvimento e Meio Ambiente.

ORIENTADOR: Prof. Dr. Antônio Carlos dos Santos

FEVEREIRO – 2013
SÃO CRISTÓVÃO – SERGIPE

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

S729d Souza, Karoline Ketilin Moura
A dimensão ética do turismo sustentável / Karoline Ketilin
Moura Souza ; orientador Antônio Carlos dos Santos. – São
Cristóvão, 2013.
153 : f. : il.

Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio
Ambiente) – Universidade Federal de Sergipe, 2013.

1. Desenvolvimento sustentável. 2. Ética ambiental. 3. Turismo
sustentável. I. Santos, Antônio Carlos dos, orient. II. Título.

CDU 502.131.1:179:338.484

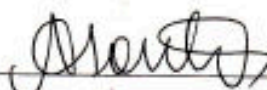
KAROLINE KETILIN MOURA SOUZA

A DIMENSÃO ÉTICA DO TURISMO SUSTENTÁVEL

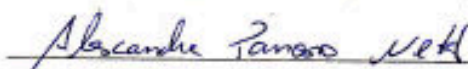
Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do Título de Mestre pelo Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente da Universidade Federal de Sergipe. Área de Concentração em Desenvolvimento e Meio Ambiente.

Aprovada em 22/02/2013

BANCA EXAMINADORA



ORIENTADOR: Prof. Dr. Antônio Carlos dos Santos
Universidade Federal de Sergipe – UFS/PRODEMA



EXAMINADOR EXTERNO: Prof. Dr. Alexandre Panosso Netto
Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo – EACH/USP



EXAMINADOR INTERNO: Prof. Dr. Antônio Vital Menezes de Souza
Universidade Federal de Sergipe – UFS/PRODEMA

SUPLENTE: Prof. Dr. Evado Becker

Universidade Federal de Sergipe – UFS/PRODEMA

Este exemplar corresponde à versão final da Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente.

Prof. Dr. Antônio Carlos dos Santos
Orientador – Universidade Federal de Sergipe

É concedido ao Núcleo responsável pelo Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente da Universidade Federal de Sergipe permissão para disponibilizar, reproduzir cópias desta dissertação, emprestar ou vender tais cópias.

Karoline Ketilin Moura Souza
Universidade Federal de Sergipe

Prof. Dr. Antônio Carlos dos Santos
Orientador – Universidade Federal de Sergipe

*Aos meus pais – Gênova e José Cardoso –
e meus irmãos – Leonardo e Lizandra –
todo o meu amor, carinho e gratidão.*

AGRADECIMENTOS

Ao concluir mais esta etapa, agradeço a Força Superior que tem conduzido minhas ações, iluminado meus caminhos e proporcionado tantas conquistas em minha vida. Além disso, agradeço a todas as pessoas que fizeram parte deste trabalho:

Agradeço aos meus pais, José Cardoso e Gênova, por todo esforço e comprometimento com a educação e orientação para a vida. Vocês são os principais responsáveis pela realização deste trabalho. Sem vocês eu não seria nada!

Agradeço também, aos meus irmãos Leonardo e Lizandra, pela compreensão e paciência nos momentos mais difíceis e angustiantes.

Aproveitando o ensejo, agradeço aos demais familiares pelo apoio. Quero representar esse reconhecimento citando a minha Tia Ângela Passos, bem como esposo e filhos, por ter proporcionado uma estadia segura e tranquila em sua casa, nos momentos em que devido às obrigações acadêmicas tive que solicitá-la.

Não poderia deixar de citar a gratidão ao meu orientador Professor Doutor Antônio Carlos dos Santos. Agradeço o apoio incondicional, o respeito para com a orientanda e as informações compartilhadas desde os projetos iniciais até a conclusão deste trabalho. O professor proporcionou um longo e incomparável período de aprendizado em minha vida.

Meus agradecimentos aos professores do Curso de Tecnologia em Gestão de Turismo do IFS, em especial, a uma pessoa muito importante, diria até decisiva na minha vida acadêmica, o Professor Mestre Christian Lindberg Lopes do Nascimento. As orientações recebidas durante o curso e, principalmente, o incentivo e acompanhamento *intenso* às pesquisas científicas desenvolvidas, foram de fundamental importância para o ingresso neste Mestrado. Além das palavras de apoio e força, agradeço a paciência para conversar e aconselhar nos meus momentos de desespero. Um exemplo que guardarei com satisfação e carinho por toda a minha vida.

Agradeço a Rosana Batista e ao Saulo Henrique, pelo encorajamento, orientações e experiências compartilhadas no momento de construção do projeto de pesquisa. Esses primeiros passos eu jamais esquecerei.

Ao corpo docente do PRODEMA, agradeço a disponibilidade e consideração para com os seus alunos. Especialmente aos Professores Doutores Ronaldo Alvim, Evaldo Becker,

Antônio Vital e Maria José, pois sempre estiveram disponíveis para conversar sobre a pesquisa.

Ao Professor Doutor Antônio José Pereira Filho, sou grata por ter participado da banca de qualificação desta pesquisa e compartilhado informações valiosas, além daquelas discutidas no grupo de pesquisa e encontros acadêmicos.

A colega Michele Becker, agradeço por estar presente e sempre disposta a ajudar. Obrigada por esclarecer as minhas dúvidas, por todas as nossas conversas e discussões acadêmicas.

Agradeço aos colegas do Grupo de pesquisa *Filosofia e Natureza e Ética e Filosofia Política*, pelo apoio e discussões proveitosas que contribuíram para uma imersão gratificante e valorosa nos estudos filosóficos.

A todos os meus colegas do PRODEMA – turma 2011 –, agradeço a oportunidade de participar da construção não só do projeto científico, como do projeto de vida de vocês.

Ao Celso Henrique, imensa gratidão pela companhia agradável e pelo apoio durante todo este processo. Agradeço a presença e o conforto nos momentos mais complicados, bem como naqueles mais empolgantes da realização deste trabalho.

Aos meus amigos e as pessoas *mais queridas*, agradeço a compreensão e a paciência. Neste momento, também gostaria de pedir desculpas pelas faltas, pelos telefonemas que ficaram sem retorno, pela ausência nos finais de semana. Tenham certeza que foi muito difícil para mim, ao mesmo tempo, foi extremamente necessário.

Agradeço a CAPES pelo apoio financeiro que possibilitou o desenvolvimento desta pesquisa com maior tranquilidade.

Enfim, eu só posso agradecer a todos vocês!

Pior que não terminar uma viagem é nunca partir.

Amyr Klink

Somos inundados de conselhos sobre os lugares *aonde* devemos ir, mas ouvimos
pouquíssimos sobre *por que* e *como* deveríamos ir...

Alain de Botton

RESUMO

A associação do conceito de turismo ao de desenvolvimento sustentável teve como objetivo, minimizar os impactos negativos e ressaltar os aspectos positivos que a atividade poderia causar às comunidades locais e ao meio ambiente. No entanto, devido à discordância entre os conceitos desenvolvidos na academia e as práticas turísticas disponibilizadas pelo mercado, Mário Beni tem chamado a atenção para a necessidade de estudos com a finalidade de aprofundar terminologias e conceitos adotados indiscriminadamente na área. Considerando as recomendações de Beni e o esforço do Comitê de Ética da Organização Mundial do Turismo para divulgar os princípios do Código Mundial de Ética do Turismo, a fim de possibilitar o desenvolvimento sustentável da atividade, esta pesquisa tem como objetivo principal: analisar a dimensão ética do turismo sustentável, segundo seu órgão máximo (OMT). Para sua realização, foram elencados os seguintes objetivos específicos: analisar como as transformações dos princípios éticos na era tecnológica incidem sobre a relação do homem com a natureza e em suas relações sociais; conjecturar a respeito de uma nova ética que torne o meio ambiente favorável ao desenvolvimento humano; investigar os fundamentos éticos do turismo sustentável baseando-se nos documentos e publicações da Organização Mundial do Turismo (OMT). A presente pesquisa exigiu, sobretudo, a metodologia da análise de texto. Para fundamentar as discussões sobre ética e ética ambiental, foram analisadas as proposições de Larrère e Larrère, Leff, Rousseau, Santos, Serres e, principalmente, de Hans Jonas. Sobre desenvolvimento sustentável, as pesquisas de Sachs, e Leff. Para entender a dinâmica do turismo, foram consideradas as obras dos seguintes estudiosos: Beni, Krippendorf, Panosso Netto, Dias, Ruschmann, Coriolano, Philippi e Ruschmann, Fennel e Malloy. Além dessas fontes, foram utilizadas publicações de periódicos internacionais que fazem referência ao tema, como: *Journal of Vacation Marketing*, *Annals of Tourism Research*, *Journal of Business Ethics*, *Revista Estudios y perspectivas en turismo*. E, como fonte principal, foram analisadas as declarações oriundas das principais conferências da Organização Mundial de Turismo sobre turismo e sustentabilidade, além das deliberações do Comitê de Ética do Turismo. Os resultados deste estudo favorecerão a análise sobre os conceitos de valor que predominam na formulação e planejamento de políticas públicas, assim como, na adoção pelas comunidades locais e setor privado, de estratégias voltadas para gestão do turismo sustentável. Ela ainda almeja possibilitar a compreensão sobre quais as considerações éticas implícitas no desenvolvimento dessa atividade. Proporcionando um entendimento sobre como o turismo favorece a utilização sustentável, ou estimula princípios para uma ética ambiental por parte dos atores envolvidos: comunidade local, órgãos público e privado, bem como, turistas.

PALAVRAS-CHAVE: Desenvolvimento Sustentável. Ética Ambiental. Turismo Sustentável.

ABSTRACT

The association of the concept of tourism with the sustainable development had the aim of reducing the negative effects and highlighting the positive aspects which this activity could cause to the local communities and to the environment. However, due to the non-agreement among the concepts developed inside the Academy and the tourist actions available in the work market, Mario Beni has called attention to the necessity of deep studies related to the terminologies and concepts largely used in the area. Taking into consideration Beni's ideas and the afford of The World Committee on Tourism Ethics to make the principles of the Global Code of Ethics for Tourism known and the sustainable development possible, this work has as main objective to analyze the ethical dimension of the sustainable tourism according to its highest regulator (WTO). For its realization, were cataloged the following specific objectives: to analyze how the transformations of the ethical principles in technological age focus on the relationship of man with nature and in his social relations; pretend to respect for a new ethic that makes the environment favorable to human development; investigate the ethical foundations of sustainable tourism based on the documents and publications of the World Tourism Organization (WTO). This research required, above all, the methodology of the analysis of text. To base their discussions on ethics and environmental ethics, were analyzed the propositions of Larrère and Larrère, Leff, Rousseau, Santos, Serres and, mainly, of Hans Jonas. On sustainable development, the researches of Sachs, and Leff. To understand the dynamics of tourism, were considered the works of the following scholars: Beni, Krippendorf, Panosso Netto, Dias, Ruschmann, Coriolano, Philippi and Ruschmann, Fennel and Malloy. In addition to these sources, were used publications in international journals that make reference to the theme, such as: Journal of Vacation Marketing, Annals of Tourism Research, Journal of Business Ethics, Revista Estudios y perspectivas en turismo. And, as a main source, were analyzed the statements coming from the major conferences of the World Tourism Organization on tourism and sustainability, in addition to the deliberations of the Committee of Ethics for Tourism. The results of this study will encourage the analysis on the concepts of value that predominate in the formulation and planning of public policies, as well as in adoption by local communities and the private sector, strategies for management of sustainable tourism. It also aims to enable the understanding on which the ethical considerations implicit in the development of this activity. Providing an understanding about how tourism promotes the sustainable use, or stimulates principles for an environmental ethics on the part of the actors involved: local community, public bodies and private, as well as tourists.

KEY-WORDS: Sustainable Development. Environmental Ethics. Sustainable Tourism.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

OMT – Organização Mundial do Turismo

PNUMA – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento e Meio Ambiente

RSC – Responsabilidade Social Corporativa

Sistur – Sistema Integrado de Turismo

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	15
2	DISCUSSÃO EM TORNO DA ÉTICA.....	30
2.1	NATUREZA E ÉTICA A PARTIR DO ESTABELECIMENTO DA SOCIEDADE INDUSTRIAL	33
2.2	AS RELAÇÕES HUMANAS E O SEU PODER SOBRE A NATUREZA: A NECESSIDADE DE UM NOVO CONTRATO.....	45
2.3	A REVOLUÇÃO TECNOLÓGICA E A ÉTICA NA CONTEMPORANEIDADE....	53
3	ÉTICA AMBIENTAL E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL.....	63
3.1	O PRINCÍPIO RESPONSABILIDADE E A PERSPECTIVA ÉTICA PARA A SUA RESOLUÇÃO PRÁTICA.....	65
3.2	O PRINCÍPIO PRECAUÇÃO E A SUA ANÁLISE SOCIOAMBIENTAL ORIENTADA PARA O DEBATE DEMOCRÁTICO	72
3.3	O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E AS DIFERENTES MANIFESTAÇÕES ÉTICAS IMPLÍCITAS EM SEU DISCURSO.....	78
4	TURISMO SUSTENTÁVEL.....	91
4.1	VALORES E MOTIVAÇÕES IMPLICADAS NAS VIAGENS E TURISMO.....	94
4.2	CONSIDERAÇÕES SOBRE CONCEITUAÇÃO E PLANEJAMENTO PARA O TURISMO SUSTENTÁVEL.....	99
4.3	CONSTRUÇÕES TEÓRICAS SOBRE O ESTABELECIMENTO DE CÓDIGOS DE ÉTICA PARA O TURISMO.....	107
4.4	A ÉTICA PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO MUNDIAL A PARTIR DA OMT.....	113
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	132
	REFERÊNCIAS.....	143
	ANEXOS.....	149

1 INTRODUÇÃO

Turismo é uma atividade que necessita de retorno econômico para que as empresas privadas, governo e até a comunidade receptora mantenham interesse em seu desenvolvimento. Porém, para que essa atividade obtenha sucesso, proporcionando os benefícios econômicos esperados, é necessário gerenciar os impactos sobre os recursos naturais e culturais que funcionam como sua matéria-prima.

O crescimento desordenado do turismo tem enfatizado às características consumistas e individualistas da atividade, correspondendo ao chamado turismo de massa. De acordo com Dias (2008), o turismo de massa implica no consumo imediato de bens e recursos no menor prazo possível. E segundo Ruschmann: “é caracterizado por um grande volume de pessoas que viajam em grupos ou individualmente para os mesmos lugares, geralmente nas mesmas épocas do ano” (RUSCHMANN, 2001, p.110).

Ao ser influenciada por discussões sobre o desenvolvimento sustentável, a atividade turística passa a manifestar-se de forma contrária à gestão do turismo de massa, posicionando-se a favor de um turismo sustentável. Após inúmeros encontros e declarações, a Organização Mundial do Turismo (OMT)¹ apresenta os princípios para o desenvolvimento do turismo de forma sustentável. De acordo com esses princípios, segundo a OMT (2003): os recursos naturais, históricos, culturais e outros voltados ao turismo devem ser conservados para que continuem a ser utilizados no futuro, sem deixar de trazer benefícios para a sociedade atual; o desenvolvimento turístico deve ser planejado e gerenciado de modo a não ocasionar sérios problemas ambientais ou socioculturais para a área turística; a qualidade ambiental da área turística deve ser mantida e melhorada onde necessário; um alto nível de satisfação dos turistas deve ser mantido para que os destinos turísticos conservem seu valor de mercado e sua popularidade; os benefícios do turismo devem ser amplamente estendidos a toda a sociedade.

Entende-se então que a vinculação do conceito de turismo ao de desenvolvimento sustentável teve como objetivo primeiro, minimizar os impactos negativos e ressaltar os aspectos positivos que a atividade poderia causar à comunidade local e ao meio ambiente. No entanto, o conceito de turismo sustentável ainda não se apresenta como um consenso,

¹ Criada em 1975, a OMT tem visado melhor direcionamento e estabelecimento de princípios para o turismo.

estabelecendo divergências entre os conceitos discutidos na academia e as práticas da atividade turística disponibilizadas pelo mercado.

Em virtude dessas discordâncias, Beni (2004) fez críticas às deliberações da Conferência Regional das Américas, realizada em 2003, que teve como tema principal “Certificação da sustentabilidade das atividades turísticas”. O autor, na época, representante das Américas no Comitê de Ética do Turismo da OMT, defendeu uma maior aproximação das universidades e centros de pesquisa em eventos como este. Essa aproximação teria a finalidade de aprofundar terminologias e conceitos que têm sido adotados indiscriminadamente na área.

Sobre os princípios e o conhecimento científico que fundamenta o turismo sustentável, bem como, as diferentes formas de apropriação dos conceitos pelos atores sociais que influenciam e regulamentam as diretrizes para sua prática, Beni (2004) ressalta a importância do compromisso com o conhecimento ético. O autor afirma que a ética tem relação com as necessidades do homem no espaço, e suas inter-relações com o meio ambiente. Sendo assim, ele acredita que estudos sobre as melhorias do turismo no campo da ética produzirão uma acirrada competição de ideias neste século.

As recomendações de Beni e o esforço do Comitê de Ética da Organização Mundial do Turismo para divulgar os princípios éticos a fim de possibilitar o desenvolvimento sustentável da atividade turística, embasaram a elaboração da questão que norteia este estudo: em que medida as recomendações do Código Mundial de Ética do Turismo tem influenciado os diferentes atores envolvidos no turismo a desenvolver a atividade de forma sustentável? As reflexões sobre essa questão perpassam pela hipótese de que o conceito de turismo sustentável ainda não se apresenta como um consenso, o que tem ocasionado o estabelecimento de divergências entre os conceitos discutidos na academia e as práticas da atividade turística disponibilizadas pelo mercado.

Para confirmação ou não dessa hipótese, esta pesquisa tem como objetivo principal: analisar a dimensão ética do turismo sustentável. E, para isso, apresenta os seguintes objetivos específicos: analisar como as transformações dos princípios éticos na era tecnológica incidem sobre a relação do homem com a natureza e em suas relações sociais; conjecturar a respeito de uma nova ética que torne o meio ambiente favorável ao desenvolvimento humano; investigar os fundamentos éticos do turismo sustentável baseando-se nos documentos e publicações da Organização Mundial do Turismo (OMT).

Estabeleceu-se como marco temporal o período que tem início nos anos 90, quando o conceito de desenvolvimento sustentável é consagrado através da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento Humano (CNUMAD), na cidade do Rio de Janeiro, Brasil, em 1992, evento que ficou conhecido também como Rio-92. Ainda na década de 90, é realizada a Conferência Mundial de Turismo Sustentável, em 1995, na cidade de Lanzarote, Espanha; e no mesmo período, foi adotado o Código Mundial de Ética do Turismo, em 1999, na cidade de Santiago do Chile.

A fim de proporcionar maior entendimento e valorizar a importância do desenvolvimento do turismo sustentável, a OMT divulga a Carta do Turismo Sustentável. Esse documento, em seu Artigo 1º diz que:

O desenvolvimento turístico deverá fundamentar-se sobre critérios de sustentabilidade, ou seja, deverá ser suportável ecologicamente a longo prazo, viável economicamente e equitativo desde uma perspectiva ética e social para as comunidades locais. (OMT, Carta do turismo sustentável, 1995)

Posteriormente, com a finalidade de divulgar o Código Mundial de Ética do Turismo e incentivar o desenvolvimento responsável para um turismo sustentável, em 2006, sete anos após a publicação do Código Mundial de Ética do Turismo, na cidade de Quito, Equador, a Organização Mundial do Turismo realiza o Primeiro Seminário Regional da OMT sobre ética no turismo. Neste seminário a World Tourism Organization² (2007), ao explicar os princípios do código de ética, utiliza o espaço a fim de mais uma vez ressaltar a necessidade da aproximação das universidades e centros de investigação, para discussão e aperfeiçoamento dos conceitos presentes no código e no universo do turismo.

Em junho de 2011, a OMT realizou em Bali, Indonésia, o “Primeiro Seminário de Ética no Turismo da Ásia: Turismo responsável e seu impacto socioeconômico nas comunidades locais”. Esse seminário teve como objetivo reunir os agentes de turismo da Ásia para discutir questões relacionadas à ética do turismo e turismo responsável. Em setembro do mesmo ano, realiza-se na Espanha o “Primeiro Congresso Internacional de Ética e Turismo”, com o objetivo de discutir e divulgar os princípios do código ético e desenvolvimento do turismo sustentável. E, em setembro de 2012, a OMT organiza em Quito, Equador, o “Segundo Congresso Internacional de Ética e Turismo”, dando continuidade as discussões do ano anterior.

² Organização Mundial do Turismo

Percebe-se então que a Organização Mundial do Turismo tem desenvolvido esforços desde 1999 até a atualidade, na tentativa de divulgar, avaliar e entender como os princípios do Código Mundial de Ética do Turismo têm sido implementados. Para o órgão máximo do turismo, a principal característica e importância da aplicabilidade do código ético é favorecer uma atividade turística responsável, compatível com um desenvolvimento sustentável.

Este estudo objetiva analisar a forma como a organização compreende o conceito de turismo sustentável, como suas deliberações éticas são divulgadas, interpretadas e em que medida suas ações têm surtido efeito. O campo de ação proposto pela OMT inicialmente apresentava três direcionamentos e/ou propostas políticas para o desenvolvimento do turismo: um voltado para as empresas privadas, outro para o setor público, e outro para os turistas. Agora, inclui as comunidades locais como peças-chave para o sucesso do turismo sustentável.

No Brasil, de acordo com Cavalcanti *in* Regules (2007), a Primeira Política Nacional de Turismo, começa a ser implantada a partir de 1996. Sobre o planejamento do turismo brasileiro, a nível nacional elabora-se o Plano ou Política Nacional de Turismo. Nos níveis estaduais e municipais, o principal instrumento de planejamento é o Plano de desenvolvimento ou Plano Diretor de Turismo. Percebe-se que os primeiros planos de turismo nacional foram desenvolvidos, quando a OMT passou a enfatizar a importância do conhecimento sobre o turismo sustentável.

Uma definição nacional sobre o turismo sustentável, retirada do livro *Ética, Meio ambiente e Cidadania para o turismo*, editado pelo Ministério do Turismo, considera que:

[...] um turismo sustentável só se constrói a partir de uma ampla perspectiva participativa. Algumas ações partirão da própria comunidade, como a organização de cooperativas para a produção de artesanato, outras da iniciativa privada, como o Programa de Certificação de empreendimentos ecologicamente corretos e muitas partirão da prefeitura [...] (Cavalcanti *in* Regules, 2007, p.39)

Dessa forma, entende-se que o planejamento e a gestão do turismo sustentável exigem uma integração entre os diferentes setores da sociedade. Tal definição reforça a ideia de que a sua efetiva realização depende impreterivelmente da participação da comunidade local, desde o momento em que se inicia o planejamento das atividades.

No entanto, os princípios do turismo sustentável têm sido constituídos e reformulados pelo sistema econômico, a fim de fazer com que a atividade turística seja aceita como uma das melhores formas para gestão e preservação das potencialidades e recursos

ambientais de uma região. Por isso, faz-se necessário o estudo sobre os principais aspectos considerados, ao despertar na localidade o interesse por um dos segmentos que adquire a conotação de turismo sustentável.

Nesse sentido, torna-se importante questionar: quais os princípios éticos que norteiam o turismo sustentável? E, em que medida as recomendações do Código Mundial de Ética do Turismo desenvolvido pela OMT têm influenciado os diferentes atores envolvidos no turismo a implementar esta atividade de forma sustentável?

Em seus estudos, Leff (2009a) apresenta a importância de compreender como os princípios éticos de uma racionalidade ambiental se opõem e amalgamam com outros sistemas de valores. Trata-se de perceber como os princípios éticos do ambientalismo são instrumentalizados em práticas, distribuição e consumo e em novas formas de apropriação e transformação dos recursos naturais.

Sendo assim, deve-se entender os conceitos de valor que predominam na formulação e planejamento, como eles são construídos ou incorporados pela comunidade, visitantes e empreendimentos conceituados como turisticamente sustentáveis. Bem como, investigar de que forma favorecem a utilização sustentável, ou estimulam princípios de uma ética ambiental por parte dos atores envolvidos na atividade turística: comunidade local, órgãos públicos, privados e turistas.

Essas inquietações tiveram início no período da graduação em Tecnologia de Gestão em Turismo. Posteriormente, esses aspectos foram aprimorados por meio das atividades práticas. Tornando-se latentes, no momento em que foram feitas relações entre o objeto da pesquisa e as disciplinas cursadas durante o mestrado no PRODEMA/UFS. A análise da dimensão ética do turismo sustentável poderá viabilizar um entendimento sobre estas questões, ou até mesmo, favorecer o surgimento de outras, sob diferentes aspectos.

A necessidade de pesquisas teóricas que possibilite a durabilidade do estudo a respeito das diferentes manifestações e abordagens do turismo é justificada devido à concordância com Lemos (2005), pois, a maioria das pesquisas sobre a dinâmica desta atividade ainda é restrita a estudos de caso. Além disso, como afirmam Trigo e Panosso Netto (2003), as pesquisas e estudos relacionados ao turismo são considerados restritivos, porquanto os pesquisadores olham o fenômeno apenas do ponto de vista de suas ciências de formação acadêmica.

Não se pretende reduzir a importância das produções científicas com essas características, visto que contribuem para análise e evolução dos processos nas regiões turísticas. Porém, existe a necessidade de uma abordagem geral que analise a dimensão ética do turismo sustentável, já que uma mesma segmentação turística pode causar diferentes impactos devido às variáveis socioeconômicas, políticas, culturais e ambientais. Ao ser detectada a escassez de pesquisas desta natureza, – que apresentem reflexões e análises sobre a relação entre ética e turismo sustentável – o arcabouço teórico da filosofia foi utilizado para compreender e questionar os valores e objetivos do turismo que foram realmente transformados, a partir do momento em que a sustentabilidade passou a nortear a atividade.

Estudar esse tema no PRODEMA/UFS ofereceu a possibilidade para construção de uma base teórica que perpassou as diferentes disciplinas relacionadas ao contexto social, ambiental, econômico e humano que envolve o turismo. A contribuição mais importante para o programa é a análise sobre os princípios éticos que têm sido incorporados às práticas de turismo e sobre as dificuldades para sua implantação. Por esta razão, esta pesquisa pode ajudar a delinear planos de ação visando melhor aplicação desses princípios para o planejamento do turismo brasileiro.

Além disso, a investigação de como o conceito de turismo sustentável tem sido produzido nas instituições acadêmicas e centros de pesquisa, e ponderações sobre a forma como foi incorporado às práticas de uma atividade econômica. Um debate que enriquece o referencial teórico do programa, já que o turismo, quando bem planejado, pode favorecer o desenvolvimento de uma região associando-se à preservação do meio ambiente.

Neste contexto, é possível afirmar que tal estudo justifica-se tanto no plano local, quanto nacional e internacional. No plano local, especificamente no PRODEMA/UFS, percebe-se que as dissertações são caracterizadas pelo estabelecimento de análises a respeito de como a atividade tem sido desenvolvida no estado de Sergipe, ou pesquisas para o fomento do turismo em alguma região do estado com potencialidade turística. Ou seja, observando toda a produção da área no PRODEMA/UFS, não foi encontrado nada similar a presente pesquisa, o que por si só justificaria o estudo.

Com relação ao plano local, poder-se-ia condensar as pesquisas no PRODEMA/UFS vinculadas ao turismo nos últimos anos em três aspectos. As primeiras pesquisas caracterizam-se pelo diagnóstico da atividade em uma localidade. Em um segundo momento existe a valorização da dimensão econômica como objetivo para o desenvolvimento do

turismo. E por fim, estudos que enfatizam a importância do planejamento voltado para a sustentabilidade ambiental da atividade.

Os trabalhos apresentados de 1999 a 2002 no PRODEMA/UFS estão voltados para o diagnóstico da situação atual dos municípios: infraestrutura, ações do poder público, organização da comunidade, atrativos turísticos. Tendo em geral, o objetivo de estabelecer políticas públicas para incentivar a atividade turística como promotora do desenvolvimento em uma determinada região.

A primeira dissertação sobre turismo foi apresentada em 1999. Na pesquisa de Santos (1999) sobre *Análise do potencial turístico da região de Xingó: Uma proposta de desenvolvimento*, ela fez uma análise detalhada sobre a infraestrutura e o potencial turístico da região. Através de um estudo exploratório-descritivo identificou e avaliou os atrativos naturais, patrimônio histórico e cultural, equipamentos e serviços de apoio ao turismo, a situação de acessibilidade dos municípios, e, além disso, captou a percepção dos dirigentes e líderes municipais quanto à contribuição do turismo para essas localidades. Em linhas gerais, apresentou recomendações para o estabelecimento de políticas públicas no setor turístico, contemplando os aspectos econômicos, sociais e ambientais, adequados à região do semiárido.

De 2000 a 2002, foram apresentadas duas dissertações. Vieira (2000), com um estudo exploratório intitulado *Turismo como alternativa de desenvolvimento no município de Poço Redondo*, teve como objetivo: analisar o potencial turístico do município de Poço Redondo, bem como as políticas públicas de incentivo ao turismo que podem ser aproveitadas para a promoção do desenvolvimento regional. Lima (2002), com *A Dinâmica socioeconômica e as perspectivas de turismo no município de Propriá/SE*, fez uma análise sobre a dinâmica socioeconômica e as perspectivas do turismo em Propriá/SE, através de um estudo exploratório-descritivo.

As pesquisas apresentadas em 2003 recaem sobre o ponto de vista da economia. Analisando o turismo, sobre a perspectiva do desenvolvimento econômico que poderia oferecer ao local. Mesmo com a inserção da comunidade, observa-se, por conta do objeto do estudo, que as análises estão predominantemente voltadas para o setor econômico da atividade.

Nesse ano foram concluídas três pesquisas sobre o turismo em regiões do estado de Sergipe. Lima (2003), com a dissertação sobre *Comércio de confecções e bordados como*

atrativo turístico: o caso do município de Tobias Barreto; Morato (2003), com a dissertação sobre *Gestão Municipal para o Desenvolvimento dos municípios turísticos do semi-árido sergipano*; Alexandre (2003), com a dissertação sobre *Políticas públicas de turismo nos municípios ribeirinhos do São Francisco sergipano*. As duas primeiras de caráter descritivo exploratório e a terceira, apenas exploratório. Mas, todas fazem uma análise de como a atividade tem sido desenvolvida na região, detectando pontos fortes e fracos e propondo soluções para o aprimoramento do turismo local, através de políticas públicas.

Entre 2004 e 2008, as pesquisas ganharam um enfoque preservacionista. Há predominância de estudos voltados para o desenvolvimento da atividade em áreas de preservação ambiental, ou áreas naturais que necessitam de maiores cuidados, relacionados à capacidade de carga turística do atrativo. O turismo passa a ser estudado como um componente que pode favorecer a preservação do meio ambiente, através de atividades educativas. Dessa forma, as análises estão vinculadas ao setor ambiental da atividade.

Nesse período foram apresentadas dissertações voltadas para um novo segmento da atividade turística: o ecoturismo. Menezes (2004), com a dissertação sobre *Uso sustentável da Serra de Itabaiana: Preservação ou Ecoturismo?*; Prado (2005), com a dissertação *Ecoturismo e capacidade de carga das trilhas da Fazenda Mundo Novo/Canindé do São Francisco/SE*; e Pinto (2008), com a dissertação sobre *Possibilidades de desenvolvimento do Ecoturismo na área de proteção ambiental Morro do Urubu (Aracaju/SE)*. A primeira classificada como exploratória, descritiva e experimental; a segunda exploratória e descritiva; e a última, como documental, bibliográfica e de campo. As três apresentam propostas para o desenvolvimento da atividade turística em áreas naturais, portanto, fazem estudo sobre a perspectiva de um turismo voltado para a preservação dos ambientes com potencial atrativo natural. São áreas que ainda não recebiam grande fluxo de turista, então, a proposta seria planejar para que seu desenvolvimento não ocorresse aleatoriamente, causando impactos ambientais.

Em 2007, há uma pesquisa sobre o desenvolvimento do turismo de sol e praia; percebe-se através do estudo, a tentativa de torná-lo sustentável. Na defesa desse ano, Souza (2007), com a dissertação *Turismo e desenvolvimento sustentável na comunidade da Atalaia Nova no município de Barra dos Coqueiros/SE*, fez um pesquisa sobre a dinâmica da atividade na região e suas inter-relações com a comunidade local, caracterizada como descritivo-exploratória. Como a área de estudo estava em vias de divulgação, e o acesso foi facilitado por conta da construção de uma ponte ligando-a a capital, houve a preocupação da

pesquisadora em fazer uma análise da situação e apresentar alternativas para que o crescimento desordenado do turismo não causasse impactos irreversíveis à região. Seu objetivo foi utilizar o turismo como promotor de um desenvolvimento sustentável, considerando de forma integrada: a comunidade local, a preservação ambiental e o crescimento econômico gerado pela atividade.

Em 2010, foi defendida uma dissertação que estabeleceu a análise de um componente do turismo, sob a perspectiva da ética e educação ambiental. Borja (2010), com a dissertação *Ética & Educação Ambiental: Estudo da percepção ambiental da alta administração das agências de viagem do estado de Sergipe, subsídios para a responsabilidade socioambiental empresarial no parque nacional Serra de Itabaiana/SE*, difere um pouco das demais, por desenvolver uma discussão sob a perspectiva turística empresarial de um atrativo natural: o Parque Nacional da Serra de Itabaiana. Orientado pelo Prof. Dr. Paulo Sergio Maroti, o objetivo deste estudo foi analisar a responsabilidade social das empresas turísticas sobre os recursos naturais, socioculturais e econômicos na Unidade de Conservação, de forma multidisciplinar. Para isso, usou os critérios de percepção dos empresários sobre ética, meio ambiente, responsabilidade e educação ambiental. Teve como hipótese principal que a ética e os julgamentos morais dos gestores estariam desassociados da ideia de valores universais de responsabilidade, devido a uma crise perceptiva na relação entre homem e natureza, o que dificultava a efetivação de um projeto pedagógico de educação ambiental empresarial em Unidades de Conservação. Para sua realização foi utilizado o método exploratório-experimental e descritivo.

Por ser uma dissertação que inicia uma análise explícita relacionando turismo e ética, é a que mais se aproxima do objeto de estudo analisado na presente pesquisa. Borja (2010) desenvolveu um referencial teórico analisando de forma sucinta as teorias sobre a ética, além de reflexões sobre a responsabilidade empresarial, tendo Hans Jonas como norteador da sua pesquisa, além de citar o Código Mundial de Ética do Turismo. Após investigação e análise junto às agências sergipanas, o autor concluiu que poucas têm utilizado o roteiro da Serra. Além disso, que as concepções dos termos meio ambiente e educação ambiental apontam para uma visão naturalista, privilegiando o componente biofísico e dissociando o ser humano do ambiente.

No plano nacional, a produção científica vinculada ao tema também é restrita. Foram encontradas as obras: *Turismo com ética*, organizada por Luzia Neide M.T. Coriolano (1998); *Ética e qualidade no Turismo do Brasil*, de Cíntia Möller Araujo (2003); *Ética em Turismo e*

Hotelaria, de Roberto Kanaane e Fátima Regina G. Severino (2006); o artigo *A Ética nos serviços ecoturísticos*, da autora Doris Ruschmann (1998). Além dos estudos de Alexandre Panosso Netto (2005), em seu livro *Filosofia do Turismo: Teoria e Epistemologia*, o qual apresenta uma abordagem inovadora e diferenciada em relação aos estudos sobre Turismo.

A obra *Turismo com ética* analisa o turismo enquanto um fenômeno geográfico, apresentando estudos sobre seu desenvolvimento em algumas localidades. Considera que os lugares se especializam, transformando-se para atender a demanda de turistas ávidos pelo consumo dos atrativos e serviços locais. O turismo, como qualquer outra atividade econômica, causa impactos e modifica os lugares. A classificação desses impactos como positivos ou negativos varia de acordo com os aspectos considerados. A partir de então, faz uma breve crítica sobre estudos restritivos do turismo, que analisam apenas os impactos nas pequenas localidades turísticas e não investigam as modificações nos principais fluxos de capital e turistas. Em suas considerações sobre a ética, afirma que nos estudos sobre turismo, o significado de um impacto positivo ou negativo sofre variações e influências de diferentes fatores, podendo não ser classificado da mesma forma pelo impactado (comunidade local, empresários, poder público), e pelo pesquisador.

Em *Ética e qualidade no Turismo do Brasil*, a Möller (2003) faz uma análise mais detalhada sobre a relação de consumo dos serviços turísticos: satisfação do turista, responsabilidade social e qualidade na prestação dos serviços turísticos. Situa o leitor sobre a qualidade dos serviços oferecidos pelas empresas de turismo no Brasil, que têm sido influenciadas pelos referências de qualidade e tratamento dos bens naturais oriundos dos países de “Primeiro Mundo”. Seleciona argumentos para demonstrar que os consumidores começaram a perceber sua força no sentido de influenciar políticas públicas e comportamentos empresariais adequados. Por sua vez, as empresas perceberam essa transformação por parte dos consumidores, e já sentem a necessidade de oferecer serviços e práticas fundamentadas na ética, pois esta representa um atributo de qualidade. A ética utilizada na obra é considerada como um juízo de valor para uma determinada época e sociedade.

Ética em Turismo e Hotelaria de Kanaane e Severino (2006) é uma obra que analisa no cenário atual, as organizações turístico-hoteleiras e o comportamento ético. É um estudo sobre a ética na gestão empresarial e prestação de serviços turísticos. Os equipamentos turísticos (agências de viagens, operadoras, meios de transportes, hotéis, bares, restaurantes, museus, etc.) são dimensionados sob o enfoque da gestão da qualidade total, do

comportamento ético e da conduta moral, visando à melhoria de produtos e serviços. A ética é utilizada com o objetivo de compreender a forma como o *trade* turístico tem sido organizado, tanto em relação à elaboração de códigos, regras e normas de conduta, quanto em seus padrões de comportamento. Para isso, propõe uma análise, mapeamento e delineamento do pensamento coletivo das organizações empresariais envolvidas com o turismo. Os autores (2006) entendem que a empresa é definida como uma entidade legal. No entanto, não deixam de considerá-la como uma entidade social, pois, correspondem a uma organização de pessoas na qual as ações têm efeitos sobre o bem-estar e o direito de outros. Portanto, as organizações turísticas e hoteleiras necessitam adotar em suas políticas e diretrizes o componente ético, definido como um comportamento moralmente aceito em nível regional, nacional e internacional.

O artigo *A Ética nos serviços ecoturísticos* refere-se ao ecoturismo como um segmento da atividade turística que necessita de um código ético específico, a fim de que sejam estabelecidos limites de convivência dos agentes entre si, e na sua relação com os consumidores. A preocupação principal de Ruschmann (1998) é com a qualidade dos serviços, no que se refere à comercialização da natureza. Nesse sentido, afirma que os pacotes ecoturísticos têm sido vendidos sem seguir nenhuma regulamentação e os turistas acabam sendo lesados, devido às experiências que não proporcionam uma verdadeira vivência no meio ambiente natural, ou com as populações autóctones. Ressalta também que esse segmento da atividade não pode ser comercializado em larga escala, por causa da sensibilidade dos espaços naturais que são utilizados. Então, os pacotes ecoturísticos são convencionalmente muito mais caros, além de necessitar de um perfil de turista bem instruído, tornando-o acessível na maioria das vezes, apenas aos grupos economicamente favorecidos.

Diferente das pesquisas sobre turismo até aqui apresentadas, em seu livro *Filosofia do Turismo: Teoria e Epistemologia*, Panosso Netto (2005) defende que cada sujeito do turismo necessita de uma abordagem completa e direta, além de um método de estudo apropriado. Panosso Netto (2005) chama atenção para o fato de que o principal ponto de discussão entre os estudiosos do turismo, de maneira geral, ainda é a distribuição e a geração de renda proporcionada pela atividade. As conclusões oferecidas pelos cientistas das mais diversas áreas carecem de uma reflexão mais profunda, com foco no ser humano, no sentido da vida e no papel da humanidade. Neste sentido, Panosso Netto (2005) questiona, à luz da filosofia, os estudos teóricos desenvolvidos internacionalmente, propõe avanços e aponta novos caminhos para reflexão turística. Ele acredita que o turismo ainda não pode ser aceito

como uma ciência, visto que ele se constitui em um campo de estudo de outras ciências, não apresenta método de pesquisa, nem objeto definidos. Sendo assim, ele entende que a aplicação da epistemologia nos estudos turísticos pode auxiliar na explicação do fenômeno e oferecer bases científicas seguras para os pesquisadores. Por isso, ao analisar as teorias do turismo, Panosso Netto (2005) propõe a configuração de uma nova linha temática para esse campo de estudo, a qual ele chama de “teorografia”, ou seja, uma análise dos escritos sobre o turismo. A proposta do trabalho é refletir e sugerir avanços no campo dos estudos turísticos para o estabelecimento de algumas bases epistemológicas, a fim de enriquecer as discussões sobre o turismo com fundamento na fenomenologia.

No plano internacional, recorreu-se a livros e artigos de periódicos conceituados, cujo estudo mais se aproximou do objeto desta pesquisa foi o de Fennel e Malloy (2007), especificamente com a publicação intitulada: *Codes of ethics in tourism. Practice, theory, synthesis*. Tais autores (2007) apresentam um levantamento sobre os primeiros códigos de ética voltados para o turismo, que eram desenvolvidos por entidades governamentais e empresariais, culminando na publicação do Código Mundial de Ética da Organização Mundial do Turismo. Sendo que nessa trajetória, Fennel e Malloy (2007) estabelecem análises críticas sobre o desenvolvimento da atividade de forma ética, responsável e sustentável.

Entretanto, é possível afirmar que o presente trabalho diferencia-se desse e dos demais, na medida em que pretende aprofundar-se nas reflexões teóricas sobre uma nova ética. Tal ética volta-se à orientação das relações sociais e ao emprego do conhecimento científico de forma adequada às atuais dimensões do poder da técnica, a fim de reincorporar os valores da natureza e da democracia às novas formas de organização social. Ela vai de encontro à aceitação pacífica da espoliação natural e exploração social.

De forma mais precisa, este estudo investiga a ética do turismo sustentável, a partir das análises sobre as deliberações da Organização Mundial do Turismo (OMT), compreendendo em que medida o turismo baseia-se em princípios éticos voltados para o desenvolvimento sustentável e analisando a forma como a organização delineia esses princípios. Para isso, apresenta uma reflexão sobre os princípios éticos que nortearam a organização das sociedades industriais e posteriormente das sociedades tecnocientíficas, adentrando as discussões sobre o desenvolvimento sustentável e o pensamento ambiental, a fim de fundamentar a necessidade de se favorecer o debate público e democrático para o direcionamento da atividade turística. Tal posicionamento visa torná-la favorável não apenas a preservação da natureza em seu sentido físico, como também, promover o estabelecimento

de uma relação renovada entre homem e natureza e a reorganização social para o desenvolvimento do turismo. Esse é o principal objetivo e, ao mesmo tempo, desafio desta pesquisa, tornando-a singular em relação à produção existente na área.

Do ponto de vista das questões metodológicas, a presente pesquisa exige, sobretudo, a metodologia da análise de texto e o método adotado é o estruturalista. Segundo Lakatos e Marconi (2008), esse método tem como ponto de partida um fenômeno concreto, que é elevado ao nível abstrato, por meio da constituição de um modelo que representará o objeto estudado, retornando, ao concreto, já com a realidade estruturada e relacionada com a experiência e análise do pesquisador.

As discussões em torno do objeto desta pesquisa foram aprimoradas ao longo dos estudos desenvolvidos não só no PRODEMA/UFS, como também, através da participação no Grupo Filosofia e Natureza da Universidade Federal de Sergipe, que se reúne semanalmente para discussão e avaliação das pesquisas dos seus componentes.

Para fundamentar as discussões sobre ética e ética ambiental, foram analisadas as interpretações de Jean Jacques Rousseau (1749³, 1754⁴, 1776⁵), Antônio Carlos dos Santos (2006, 2010, 2012), Michel Serres (1990), Larrère e Larrère (1997), Hans Jonas (1999, 2006) e Enrique Leff (2006, 2009a, 2009b, 2010). A respeito do desenvolvimento sustentável, baseou-se nas pesquisas de Ignacy Sachs (2000, 2004, 2009), bem como nas obras ora citadas de Enrique Leff. Para compreender o desenvolvimento e as manifestações do turismo foram utilizadas tanto publicações nacionais quanto estudos internacionais sobre turismo e códigos de ética. E, como fonte principal, as deliberações resultantes dos encontros e conferências da Organização Mundial do Turismo (OMT). Suas publicações, declarações, códigos de conduta e cartas de intenção foram escolhidas a fim de entender como a organização, responsável pela regulamentação conceitual da atividade, tem compreendido e abordado o desenvolvimento do turismo.

As reflexões em torno do problema de pesquisa e a compreensão sobre o desenvolvimento do turismo e seus impactos, foram provenientes de análises sobre os estudos

³ Para este estudo foi utilizado: ROUSSEAU, J-J. *Discurso sobre as ciências e as artes*. São Paulo: Abril Cultural, 1983b. (Coleção Os pensadores)

⁴ Para este estudo foi utilizado: ROUSSEAU, J-J. *Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens*. São Paulo: Abril Cultural, 1983a. (Coleção Os pensadores)

⁵ Para este estudo foi utilizado: ROUSSEAU, J-J. *Devaneios do caminhante solitário*. Brasília: UnB, 1995.

de pesquisadores na área do turismo, tais como Mario Beni (2008), Jost Krippendorf (2000), Panosso Netto (2005), Reinaldo Dias (2008), Doris Ruschmann (1998, 2001), Luzia Neide Coriolano (1998, 2006, 2007), Philippi e Ruschmann org. (2010).

Sobre os fundamentos éticos do turismo sustentável foram analisados documentos e declarações oriundos dos principais conferências da Organização Mundial de Turismo (OMT) sobre turismo e sustentabilidade⁶. Além dessas fontes, foram utilizadas publicações de periódicos internacionais que fazem referência ao tema, como: *Journal of Vacation Marketing*, *Annals of Tourism Research*, *Journal of Business Ethics*, *Revista Estudios y perspectivas en turismo*. E, os estudos de Fennel e Malloy (2007), especificamente com a publicação intitulada: *Codes of ethics in tourism: Practice, theory, synthesis*.

A presente pesquisa encontra-se estruturada em cinco partes. O primeiro capítulo, que corresponde à introdução do trabalho e às suas características metodológicas. Em seguida, vem o segundo capítulo, que apresenta uma reflexão em torno da ética, o qual discorre sobre orientações para a relação entre o homem e a natureza desde a constituição das sociedades industriais até o surgimento da necessidade de um debate público sobre as implicações do aperfeiçoamento tecnológico e do crescimento econômico para manutenção da sobrevivência do homem na natureza. Para isso, foi subdividido em três seções: natureza e ética a partir do estabelecimento da sociedade industrial; as relações humanas e o seu poder sobre a natureza: a necessidade de um novo contrato; a revolução tecnológica e a ética na contemporaneidade.

O terceiro capítulo trata da ética ambiental e o desenvolvimento sustentável. Neste ponto da pesquisa, estabelece-se uma análise a cerca dos princípios éticos que conformam o discurso do desenvolvimento sustentável, voltado para a maximização dos benefícios e redução dos impactos negativos ocasionados ao meio ambiente e à sociedade. Conjectura-se a

⁶ Declaração de Manila sobre o turismo mundial (1980), Declaração de Acapulco (1982), Carta do turismo e Código do turista (1985), Declaração de Haia sobre Turismo (1989), Agenda 21 para Indústria de Viagens e Turismo (1994); Carta do turismo sustentável (1995), Declaração de Buenos Aires (1995), Declaração de Madri sobre o desenvolvimento dos recursos humanos no turismo (1996), Declaração de Bali sobre turismo (1996), Declaração de Havana sobre o programa de turismo cultural: “*The Slave Route*” (1996), Declaração de Male sobre desenvolvimento do turismo sustentável (1997), Declaração de Manila sobre os efeitos sociais do turismo (1997); Código Mundial de Ética do Turismo (1999); Declaração de Khiva sobre turismo e a preservação da identidade cultural (1999), Declaração de Hainan (2000), Primeiro Seminário regional da OMT sobre ética no turismo (2006), Seminário de Ética no Turismo da Ásia: Turismo responsável e seu impacto sócio-econômico nas comunidades locais (2011); Primeiro Congresso Internacional de Ética e Turismo (2011); Segundo Congresso Internacional de Ética e Turismo (2012); bem como, as considerações do Comitê Mundial de Ética do Turismo. Todos os documentos são da Organização Mundial do Turismo. Disponível em: <http://www.unwto.org>. Acessado em: 2011

respeito de princípios éticos que orientem uma nova forma de relacionamento entre os homens, e que através da publicidade das questões ambientais e do debate democrático favoreçam a reaproximação entre homem e natureza. Neste sentido, contrapõe-se o princípio responsabilidade ao princípio precaução, em seguida, verifica-se a influência desses princípios na construção do discurso ambiental. O capítulo subdivide-se em três sessões: o princípio responsabilidade e a perspectiva ética para a sua resolução prática; o princípio precaução e a sua análise socioambiental orientada para o debate democrático; o desenvolvimento sustentável e as diferentes manifestações éticas implícitas em seu discurso.

Após a análise e discussão em torno da ética, dos princípios da ética ambiental e do desenvolvimento sustentável, o quarto capítulo volta-se para a atividade turística, a fim de compreender a proporção dos impactos positivos e negativos dessa atividade tanto para natureza, quanto para o homem. Portanto, este capítulo versa sobre o turismo, mais especificamente sobre as questões éticas que envolvem o turismo sustentável, a partir de análises sobre as deliberações da Organização Mundial do Turismo. Pondera-se a respeito da proposta de uma organização mundial que afirma apresentar princípios éticos para uma atividade econômica, os quais estariam vinculados ao desenvolvimento sustentável. Ele foi dividido em quatro subtítulos: valores e motivações implicadas nas viagens e turismo; considerações sobre conceituação e planejamento para o turismo sustentável; construções teóricas sobre o estabelecimento de códigos de ética para o turismo; a ética para o desenvolvimento do turismo mundial a partir da OMT. Por fim, na quinta e última parte são apresentadas as considerações finais desta pesquisa.

Espera-se através deste estudo, endossar as discussões a respeito da ética que envolve a atividade turística não só nas instituições acadêmicas, como também, a nível político e prático. Pretende-se ampliar as reflexões sobre um campo novo e uma problemática recente que exige, portanto, uma nova ética, ou seja, uma ética que dê conta da relação que se estabelece entre o homem e a natureza. Com os seus resultados, almeja-se favorecer a análise sobre os conceitos de valor que predominam na formulação e planejamento de políticas públicas, assim como, na adoção pelas comunidades locais e setor privado, de estratégias voltadas para a gestão do turismo sustentável. O que vai possibilitar a compreensão sobre quais as considerações éticas implícitas no desenvolvimento dessa atividade. Proporcionando um entendimento sobre como o turismo favorece a utilização sustentável, ou estimula princípios para uma ética ambiental por parte dos atores envolvidos: comunidade local, órgão público e privado, bem como, turistas.

2 DISCUSSÃO EM TORNO DA ÉTICA

O presente capítulo tem o objetivo de analisar como as transformações dos princípios éticos na era tecnológica incidem sobre a relação do homem com a natureza e em suas relações sociais. Para contemplá-lo, foram utilizadas as interpretações de Santos (2006, 2010), Rousseau (1749, 1754, 1776), Serres (1990) e Hans Jonas (2006, 1999), Batista e Santos (2010), Becker (2012), Giacóia Jr. (2004) e Unger (2010). As primeiras considerações desenvolvidas ao longo deste capítulo abrem espaço para a percepção de como a ética incide sobre a natureza do homem, sobre a relação do homem com a natureza e principalmente sobre a relação dos homens entre si.

Ele está dividido em três partes. Primeiramente, é analisado um contexto que corresponde ao período inicial de aperfeiçoamento da técnica para a expansão industrial, a partir do qual ponderamos sobre como a modernização influenciou a ética, modificando as relações sociais e afastando o homem da natureza. No momento em que o poder de transformação e degradação da natureza física ainda não era observado em grande escala, estabelecem-se reflexões sobre a deterioração da natureza humana e seus princípios éticos.

Para isso foram utilizados o *Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens*, o *Discurso sobre as ciências e as artes* e *Os devaneios do caminhante solitário*. Obras de Jean-Jacques Rousseau que apresentam o contexto das relações sociais no período inicial de modernização das cidades, momento em que o genebrino sente e vislumbra os problemas éticos de uma sociedade que rompe com sua natureza, em favor de uma sociedade civilizada.

Na segunda parte, a ética é pensada a partir do estabelecimento de uma nova forma de se relacionar com a natureza e com os homens, decorrentes da rejeição ao fato de o homem estar ligado à natureza. As consequências desse distanciamento e a importância da inserção e participação do homem em seu mundo físico-social são compreendidas através de relações éticas que favoreçam a união para as tomadas de decisões.

Na construção deste subcapítulo, utilizou-se dos pensamentos de Serres em sua obra *O contrato natural*. Neste livro, o autor fundamenta a necessidade de união entre os homens e entre as ciências para possibilitar a elaboração de um novo contrato frente às ameaças sobre a vida humana na Terra. Para o autor, os problemas causados à natureza física decorrem da perda do sentido de ligação entre o homem e a Terra, propondo então, a partir do novo

contrato natural, o fim de uma relação de parasitismo para o estabelecimento de uma relação de simbiose. Além disso, também foram consideradas as reflexões de Larrère (2012) a respeito da obra de Serres (1990).

Por fim, ressaltam-se as transformações da ética no período em que o conhecimento científico é quase que exclusivamente voltado para o aperfeiçoamento de procedimentos tecnológicos, a fim de manipular as leis da natureza e extrair riquezas a partir dela. A ciência é aplicada à técnica, que passa a ser apresentada como salvação para todos os males devido a sua capacidade de elaborar soluções para os problemas do mundo físico. A reflexão sobre esse fato implica na necessidade de novos princípios éticos que norteiem não só a relação entre os homens, como também, o uso da técnica.

Utilizou-se do pensamento de Hans Jonas, desenvolvido em seu livro *O Princípio Responsabilidade: ensaio de uma ética para a civilização tecnológica*, bem como, no texto *Por que a técnica moderna é um objeto para ética*, é utilizado a fim de compreender a formulação contemporânea de um problema explorado pelo autor: a necessidade de uma ética frente ao poder tecnológico que se tornou incomensurável e ameaçador à vida humana. Para enriquecer as discussões, as interpretações de Giacóia Jr. (2004) e Unger (2010) foram acrescentadas.

A fim de melhor fundamentar a presente pesquisa, o livro de Santos (2006) apresenta a relação estreita entre ética e moral. Em suas reflexões, o autor afirma que os termos “ética” e “moral” são equivalentes apenas etimologicamente. A moral é representada por um código estabelecido, com a pretensão de unidade e universalidade. Já a ética é baseada na reflexão sobre valores, a fim de atingir a sabedoria, oscilando entre um conhecimento ideal e a arte de viver pessoal, individual. Elas andam juntas, entretanto, respondem a questões diferentes. Segundo o autor, “a moral raciocina sobre ‘o que se deve fazer’ e a ética, sobre ‘como se deve fazer’”. (SANTOS, 2006, p. 83). A primeira é sempre normativa, ordena o que deve ser feito, a segunda, “examina o sentido da existência humana e põe em oposição o bem e o mal, considerados como relativos: ela aconselha, mas não obriga”. (SANTOS, 2006, p. 83).

Infere-se então que não é possível compreender a ética sem considerar o contexto. Além disso, os valores implícitos nos julgamentos éticos podem variar tanto de um indivíduo para o outro, como entre grupos sociais. As ações praticadas pelo homem podem estar imbuídas de objetivos éticos considerados positivos em sua essência, para alguns; porém, os meios utilizados podem implicar num julgamento negativo por parte de outros. Pois, como foi dito, a ética não obriga o homem, apenas aconselha o desenvolvimento de ações voltadas para

o bem. Esse “bem” ou possível “mal” pode ser avaliado de forma controversa, ocorrendo variações a depender do ponto de vista que se observa. Segundo Santos (2006), do confronto de imperativos comportando aspectos positivos e negativos, estabelece-se um problema ético.

Conforme Parizeau (2003), o trabalho ético voltado para problemas práticos abre espaço para um novo desdobramento teórico. Neste sentido, desenvolve-se a ética aplicada, que se caracteriza por um tipo de abordagem ética diretamente relacionada às questões concretas. Nos estudos que envolvem a ética aplicada a ênfase recai sobre o contexto, a análise das consequências, a tomada de decisão. Ela reconsidera as históricas discussões da filosofia moral baseando-se no contexto contemporâneo, o que requer novas análises e reinterpretações.

Com um propósito mais descritivo, campos de interesses particulares correspondentes às três maiores preocupações das sociedades industrializadas se distinguiram: a “bioética”, a “ética profissional” e a “ética do meio ambiente”. Apesar dessa divisão há elementos comuns que caracterizam o campo da ética aplicada. De acordo com Parizeau (2003), são eles: a preocupação em resolver problemas práticos e concretos, para que a análise ética possa propor caminhos normativos; o diálogo multidisciplinar como condição essencial para superar as compartimentações e exprimir todas as facetas possíveis do problema; e a apresentação sob a forma de discurso e de práticas.

Afirma-se que a ética aplicada reduz a ambição teórica, para responder concretamente a problemas complexos e urgentes. Porém, ela não se restringe a isso, pois a ética aplicada “[...] busca uma renovação na maneira de abordar certos conceitos ou questões tradicionais da filosofia moral, obrigando-se a inseri-los na contingência do mundo contemporâneo cuja atividade é largamente tecnocientífica.” (PARIZEAU, 2003, p.600). Desse modo, neste trabalho são utilizadas reflexões da ética aplicada, particularmente sobre o ramo da ética ambiental, caracterizada por uma abordagem interdisciplinar que busca o estabelecimento de uma relação renovada entre o homem e a natureza.

É possível afirmar que a humanidade tem construído suas relações e modos de conviver, baseando-se em princípios éticos que não são apenas influenciados por suas formas de organização social, como também, pelo espaço físico onde se estabelecem, ou seja, pelo ambiente onde se está inserida. Essas relações sociais e éticas foram transformando-se ao longo do tempo, por isso, a fim de compreender o modo como a ética para com as relações humanas e a natureza se apresenta na atualidade, foram considerados os pensamentos de filósofos e estudiosos sobre o tema, que o analisaram em diferentes momentos. A partir deles,

é possível entender como se processam as relações éticas e, além disso, as influências que as decisões contemporâneas recebem desses imperativos éticos passados.

2.1 NATUREZA E ÉTICA A PARTIR DO ESTABELECIMENTO DA SOCIEDADE INDUSTRIAL

O processo de desenvolvimento tecnológico voltado para o progresso da humanidade recebeu grande impulso a partir dos indícios da primeira revolução industrial. Neste momento as transformações e os resultados ainda eram lentos se comparados às ações na atualidade, porém, foram revolucionários para a sociedade da época. Todos almejavam ter acesso à ciência para garantir a modernização. Nesta perspectiva, o homem vai desconsiderando as características de rusticidade a favor da civilização. A convivência neste novo espaço envolve a criação de regras para sua organização, sendo assim, os homens passam a ser guiados baseados nos preceitos da razão e da ciência.

A natureza, encarada como atraso ao desenvolvimento social, é estudada com o objetivo de se conseguir extrair dela todo conhecimento necessário para controlá-la, pois o homem já não admite sentir-se refém da natureza, e além disso, não deseja fazer parte do espaço da não-civilidade. Ao passo em que se afasta da natureza, o homem vai desconsiderando suas expressões naturais, sentimentos inerentes que são repelidos no contexto da civilidade social. Ele deixa de expressar o que realmente sente para atender aos objetivos da sociedade, e não ser encarado como “animal selvagem”.

Dessa forma, entram em cena desejos incentivados pela modernização, mas que muitas vezes não fazem parte do âmago do indivíduo, atitudes que não correspondem à verdade, mas que são necessárias para harmonizar o contexto social, aliada a tais características emerge a insensibilidade em perceber o outro como um ser natural. O homem e a natureza são vistos como peças, objetos e instrumentos a partir dos quais se torna possível extrair os aparatos que viabilizam o crescimento econômico e a modernização da sociedade.

Não se pretende aqui, desconsiderar o progresso tecnológico como um eixo fundamental e permanente da evolução social, mas ressaltar que ele não é o único. Para se compreender o presente é necessária uma perspectiva ampla e contextualizada sobre as transformações culturais pelas quais a sociedade tem passado. No momento em que a ecologia denuncia a destruição dos recursos naturais do planeta, a solidão e a individualidade do

homem como consequências da revolução industrial, Rousseau é requisitado para dar início à compreensão deste período.

A partir do século XVIII a humanidade passa a desenvolver-se predominantemente baseada no progresso da ciência e da técnica. Desiludido com todo o processo de organização da sociedade, Rousseau volta-se para a natureza, transformando-se num homem que não se limita a descrevê-la, mas a contemplá-la, mostrando-se profundamente ligado a ela.

No entanto, Rousseau foi uma voz destoante. Ele desenvolveu sua obra na tentativa de que as gerações posteriores fossem capazes de analisá-lo em seu contexto, daí a importância de voltar-se aos clássicos do pensamento filosófico. Esta análise proporciona o entendimento de um processo que já era sentido por alguns, desde o primeiro forte impulso para a modernização. Sendo importante para a compreensão dos princípios éticos e dos conhecimentos que nortearam o desenvolvimento da sociedade industrial e sua relação com a natureza.

Em seu *Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens*, ele (1754)⁷ distingue o homem em seu estado de natureza original, do homem transformado pela sociedade, acreditando haver uma essência natural de bondade humana que foi corrompida pela evolução social, principalmente, pela forma como se deu o desenvolvimento da ciência e das artes, e suas consequências para a humanidade. À medida que se introduziu tal moralidade, iniciou-se um processo de policiamento dos costumes e, conseqüentemente, a punição dos seus contraventores.

Dessa forma, os homens deixaram de agir segundo seus princípios naturais, e passaram a guiar-se interessados na aprovação do outro, impulsionados por seus vícios e vaidades, e não mais pela virtude. Neste sentido, o filósofo (1754) considera que a sociedade corrompeu o homem. Então, acredita ser o estado de natureza mais vantajoso, por proporcionar maior felicidade, já que a perfectibilidade e as virtudes sociais que se desenvolvem em sociedade tendem a deteriorar a essência humana natural.

Apesar da elucidação de tal corrupção, ele afirma a possibilidade de o homem salvar-se através de uma volta à verdadeira natureza original, com a restauração do direito natural. E para compreender esse processo, o genebrino (1754) analisa a direção que se impõe às tendências naturais por ocasião da passagem do estado natural para o estado social.

⁷ Para este estudo foi utilizado: ROUSSEAU, J-J. *Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens*. São Paulo: Abril Cultural, 1983a. (Coleção Os pensadores)

Rousseau (1754) considera que o conhecimento sobre o homem é o mais útil e o menos avançado dos conhecimentos humanos. A fim de contemplar tal importância, ele propõe uma separação entre a própria essência do homem, e aquilo que as circunstâncias e seus progressos acrescentaram. Diante dessa situação ele percebe uma mudança muito brusca na conformação do homem, a ponto de torná-lo irreconhecível. Isso porque, em vez de agir por princípios certos e invariáveis de acordo com a sua simplicidade natural, no estado social, o homem passa a agir guiado ora por paixões que crê raciocinar, ora por seus entendimentos delirantes.

A partir das proposições de Rousseau (1754) sobre o homem original, suas verdadeiras necessidades, e os princípios fundamentais de seus deveres, é possível compreender entre outras questões propostas pelo filósofo, a origem da desigualdade moral entre os homens. Sendo a desigualdade moral ou política, aquela que “depende de uma espécie de convenção e que é estabelecida ou, pelo menos, autorizada pelo consentimento dos homens.” (ROUSSEAU, 1983a, p. 235). Seu discurso sobre a origem das desigualdades assinala através do estudo sobre o progresso da humanidade, o momento em que se submeteu a natureza à lei, explicando porque o forte resolveu servir ao fraco e de que forma o povo passou a comprar uma tranquilidade imaginária pelo preço de uma felicidade real.

Rousseau (1754) afirma que a maioria dos males em vigor seria obra humana, o que poderia ter sido evitado, caso o homem tivesse conservado a maneira de viver prescrita pela natureza. No estado de natureza, o homem encontra o necessário para viver, guiando-se unicamente por seus instintos. Já em sociedade, ele é conduzido pela razão, e com o passar do tempo, torna-se tirano de si mesmo e da natureza.

Comparando os dois estágios, o filósofo acredita que o estado de natureza proporciona maior felicidade, pois nesse, o homem não tem nem mal a temer, nem bem a esperar de ninguém. A tranquilidade das paixões e a ignorância dos vícios os impedem de proceder mal, não havendo necessidade de leis prescritas. Em sociedade, quanto mais violentas e influentes são as paixões, mais necessárias são as leis para contê-las. Rousseau (1754), então, declara ser útil examinar no âmbito do seu estabelecimento, se determinadas desordens não emergiram com as próprias leis, sustentando um mal que não existiria sem elas.

O filósofo (1754) chega à conclusão de que o homem selvagem no estado de natureza sentia e manifestava suas verdadeiras necessidades, só olhava aquilo que acreditava ter interesse em ver, e sua inteligência não alcançava progressos maiores que a sua vaidade. Compreendendo sobre esses aspectos, que a diferença de homem para homem seria menor no

estado de natureza em relação ao estado de sociedade, então, a desigualdade no estado de natureza se existia era ínfima.

No estado natural, um animal limitado inicialmente às sensações puras, estava longe de pensar em arrancar algo da natureza ou de outro homem, que estivesse além da satisfação de suas necessidades imediatas. A ideia de compromisso mútuo e a vantagem de respeitá-los limitavam-se ao interesse presente, não havia preocupação ou compromisso futuro. Porém, no momento em que cada um começou a olhar os outros e a desejar ser olhado, deu-se o primeiro passo tanto para a desigualdade quanto para o vício. Segundo autor

Assim que os homens começaram a apreciar-se mutuamente e se lhes formou no espírito a ideia de consideração, cada um pretendeu ter direito a ela e a ninguém foi mais possível deixar de tê-la impunemente. (ROUSSEAU, 1983a, p. 263)

Situando-se no estado social, que apresenta como características principais: a instituição da propriedade privada, a noção de desigualdade, e a submissão a um governo civil para proteção de sua liberdade e gozo tranquilo de seus bens, o homem manifesta interesses e costumes diversos dos naturais. A ânsia de fazer falar de si e o desejo de distinguir-se do outro representa o que há de melhor e pior entre os homens. As necessidades e os prazeres humanos mudam de objeto, segundo o autor:

[...] desaparecendo gradativamente o homem natural, a sociedade só oferece aos olhos do sábio uma reunião de homens artificiais e de paixões factícias que são obra de todas essas relações novas e que não tem nenhum fundamento na natureza. (ROUSSEAU, 1983a, p.280)

A verdadeira causa de todas as diferenças é que o selvagem vive em si mesmo, e o homem sociável vive fora de si, baseia-se na opinião dos demais e chega ao sentimento da própria existência a partir do julgamento dos outros. Insiste-se muito mais em conhecer a opinião dos demais para ter seu reconhecimento social, renegando a indagar a si mesmo sobre isso. Desse modo, no estado social “[...] só temos um exterior enganador e frívolo, honra sem virtude, razão sem sabedoria e prazer sem felicidade.” (ROUSSEAU, 1983a, p.281). Apreende-se então de tal discurso, que para Rousseau a desigualdade não é uma característica natural da humanidade, e desenvolve-se graças a faculdade e ao progresso do espírito humano, tornando-se estável e legítima a partir do estabelecimento da propriedade e das leis no estado social.

A modernização ocasionada pelo progresso trouxe junto com ela o aprofundamento das desigualdades sociais. Neste sentido, Rousseau (1749)⁸ reflete sobre a influência das ciências e das artes para o desenvolvimento moral dos homens em seu *Discurso sobre as ciências e as artes*. Em tal obra ele afirma que as ciências e as artes fortaleceram-se mediante as necessidades que eram gradativamente expressas em sociedade. Antes de seu desenvolvimento, os homens, baseando-se apenas em seus instintos, eram rústicos, mas naturais, o que facilitava o entendimento mútuo a partir da observação de suas atitudes e desejos.

Diferente do pensamento preconizado na sua época, Rousseau não vai associar natureza às trevas, ao desconhecimento, à obscuridade. Ele traz à tona a noção de natureza carrega dos sentimentos mais puros, de humanidade, bondade, sinceridade e cooperação. Porém, o filósofo ressalta que em sociedade há uma tendência a afastar-se de tais características. O homem valoriza o desenvolvimento das ciências e das artes. Como consequência, compactua com a uniformidade de costumes enganadores, corrompidos pela polidez.

Segundo o autor, “As suspeitas, os receios, os medos, a frieza, a reserva, o ódio, a traição esconder-se-ão todo o tempo sob esse véu uniforme e pérfido da polidez, sob essa urbanidade tão exaltada que devemos às luzes do nosso século.” (ROUSSEAU, 1983b, p.337). Em busca da perfeição oriunda do avanço das ciências e das artes, o homem desvaloriza seus princípios naturais. Desse modo, valorizam-se muito mais os procedimentos científicos, inclusive para o estudo da virtude em detrimento da sua prática. Seguindo esse viés, para Rousseau (1749), à medida que os homens pretendem tornar-se mais sábios e admitem esta conotação para si, afastam-se cada vez mais dos seus princípios naturais.

Isso porque as ciências e as artes não nasceram, segundo o filósofo, das nossas virtudes, mas sim dos nossos vícios. O autor (1749) analisa os perigosos caminhos que são percorridos por aqueles que pretendem chegar às verdades ditas científicas, ressaltando os inúmeros erros passíveis de serem cometidos. Além disso, ele diz ser necessário esclarecer quem julga tal conhecimento, quais intenções envolvem esse possível juiz e, chegando a encontrá-lo, quais as garantias de que seria feito o bom uso de tal conhecimento científico.

Os conhecimentos que emergem de vícios humanos tornam-se perigosos, pois aquele que os detém poderá manipulá-los em detrimento de outras questões, ou objetivos. Entende-se

⁸ Para este estudo foi utilizado: ROUSSEAU, J-J. *Discurso sobre as ciências e as artes*. São Paulo: Abril Cultural, 1983b. (Coleção Os pensadores)

então, que para ele, a ciência não se mostra a favor da humanidade. Ela é utilizada para diferenciar, sobrepor e afastar os homens. Fato que acontece aliando-se ao desenvolvimento das artes, que tende a dissolver o costume em favor do luxo, e acarretar a corrupção dos gostos. Rousseau, então, inicia a discussão sobre o que seria mais aprazível aos homens: “[...] serem brilhantes e momentâneos, ou virtuosos e duráveis.” (ROUSSEAU, 1983b, p.345). Conduzindo seu pensamento a mais uma crítica às artes, pois, ela se baseia no momentâneo, ainda que prejudicial à convivência e à sobrevivência da humanidade.

Além disso, ele contesta o fato de que a arte de conduzir o povo é mais difícil do que a de esclarecê-los, prezando pela importância de se esclarecer e promover a condução dos homens ao acerto, pela sua livre vontade, e não, obrigando-os pela força. Por isso, ele propõe que o poder, as luzes e a sabedoria estejam juntas, para que sejam tomadas decisões a fim de esclarecer os homens quanto aos seus posicionamentos, e não os limitem simplesmente a “abjetos, corrompidos e infelizes”.

Para combater o direcionamento e a proporção que o desenvolvimento da ciência e das artes tomaram na vida do homem em sociedade, Rousseau (1749) entende que a felicidade humana não deve ser procurada unicamente na opinião de outrem. O filósofo afirma que cada homem é capaz de descobrir os caminhos para sua felicidade em si mesmo, pois, os princípios da virtude estão gravados em seus corações. Dessa forma, para apreender as leis em sociedade, ele deve ouvir a sua consciência, afastando-se das paixões. Sendo assim, Rousseau (1749) faz da consciência o guia mais seguro e da moral a verdadeira ordem natural.

Como já foi observado, para o filósofo genebrino, a civilização é tida como responsável pela degeneração dos princípios morais intrínsecos à natureza humana, devido a uniformização dos comportamentos sociais impostos, que induzem o homem a ignorar seus deveres e as suas necessidades naturais. Tal argumentação também é tratada por Rousseau (1776)⁹ nos *Devaneios do caminhante solitário*, através do qual revela sua paixão pela natureza e o repúdio aos valores predominantes nas sociedades civis urbanizadas.

Rousseau (1776) afirma que em sociedade ele comporta-se de acordo com aquilo que os homens esperam, mas na primeira oportunidade, ele volta-se à natureza, estado pelo qual se sente constituído. Dessa forma, poderia viver em sociedade, mas no momento em que percebe a si e aos outros, forçados a esconder e afastar-se da natureza, na tentativa de superar resquícios de uma animalidade selvagem, ele sente-se atordoado. Afastar-se da natureza, para

⁹Para este estudo foi utilizado: ROUSSEAU, J-J. *Devaneios do caminhante solitário*. Brasília: UnB, 1995.

Rousseau (1776), é perder a essência humana e partir em busca de conhecimento fora do homem.

Com essa argumentação ele não pretende regressar à animalidade ou conter o progresso, mas exaltar os resquícios de humanidade existentes no interior do “homem civilizado”. Além disso, não percebe a natureza como um atraso ao progresso da ciência na sociedade moderna, e não aceita o fato de que a sociedade esteja organizada a partir de acordos e convenções artificiais que desprezam a natureza em seu sentido amplo, consequentemente, negando e reprimindo a essência da natureza humana.

A felicidade humana é comprometida a partir do momento em que as pessoas tendem a buscá-la fora de si, a vislumbrá-la em situações manipuladas pelas convenções sociais. Tais situações estabelecem relações cujas negociações valem mais que o prazer de servir, corrompendo a benevolência natural e a humanidade. De acordo com Rousseau “Um povo que negocia com os mais simples deveres da humanidade deve ser bem desprezível” (ROUSSEAU, 1995, p. 126). “Suportam-se sem dificuldade as pequenas privações quando o coração é mais bem tratado do que o corpo.” (ROUSSEAU, 1995, p. 127).

Com esses argumentos, Rousseau (1776) denuncia os abusos cometidos pelo homem em sociedade, e discorre sobre a importância de resgatar os mais altos valores humanos. Então, manifesta-se de forma contrária a ideia de que a partir do desenvolvimento industrial a sociedade seria organizada para o benefício do homem. Ele não tem esperanças positivas numa ciência voltada para a técnica como instrumento de exploração da natureza, e para uma relação que aproxima o homem de seu habitat apenas a fim de estudá-lo. Sentindo-se deslocado da sociedade, pois ela já não estabelece relações reais de convivência, apenas situações de falsas aparências.

Os conhecimentos que conduziram o processo de industrialização e a organização da sociedade, sem dúvida estavam baseados na razão. Porém, Rousseau (1776) entende que a razão é uma faculdade que da forma que vinha se desenvolvendo, estava conduzindo o homem para fora de si mesmo. Pois, conforme Rousseau (1776), a ciência estudava a natureza física e a natureza humana apenas para entender como ela era organizada, e pela necessidade de um conhecimento que envaidecia o autor da descoberta, mas não lhe proporcionava o conhecimento de si mesmo.

As informações sobre as descobertas científicas eram disseminadas e aceitas como verdades, porém, Rousseau não considerava que deveria aceitar e crer em informações

provenientes de fontes que poderiam estar distorcidas a favor do conhecimento técnico-industrial. Segundo o autor

[...] deixar-me-ei agitar pelos sofismas dos mais bem falantes, se nem tenho certeza de que as opiniões que pregam e que têm ardor em fazer adotar aos outros são exatamente as suas [...] Sua filosofia é feita para os outros; precisaria de uma para mim. Procurê-mo-la com todas as minhas forças, enquanto ainda é tempo, a fim de ter uma regra fixa de conduta para o resto dos meus dias. (ROUSSEAU, 1995, p. 45)

O filósofo não conseguia perceber a autenticidade das informações e dos costumes que estavam sendo construídos a partir da modernização. Sentia que a cultura da sociedade moderna afastava os homens, incentivando a individualidade. Em geral, de acordo com ele, as medidas vinculadas a uma vantagem particular estão quase sempre em oposição ao interesse público. Por isso, defende que toda ação deve estar pautada na verdade, no esclarecimento dos fatos.

Rousseau (1776) afirma que enganar, dizendo o contrário da verdade, em seus efeitos, não é mais justo que enganar não a declarando. Através de suas reflexões, ele questionava o interesse em um progresso e modernização baseados na rejeição à natureza, e que não apresentavam o verdadeiro objetivo expresso, embora se julgassem favoráveis à felicidade e ao desenvolvimento humano.

Ele acredita que a ciência desenvolvida na época não contribuía para o benefício da natureza e para a felicidade humana. À medida que se estudava a natureza através de métodos e objetivos voltados apenas à instrução, não se desejava mais conhecer por prazer, e sim, para se envaidecer mostrando aos outros o que se sabia. O centro passa a ser o homem que adquiriu tal conhecimento, e não a natureza, de onde ele se apropriou para tal aquisição. Dessa forma,

[...] nos bosques, está-se apenas no teatro do mundo, com a preocupação de se fazer admirar, ou então, limitando-se, no máximo, à botânica de gabinete e jardim [...] preocupando-nos somente com sistemas e métodos; eterno motivo de disputa que não faz conhecer uma planta a mais e não lança nenhuma verdadeira luz sobre a história natural e o reino vegetal. (ROUSSEAU, 1995, p. 98-99)

O filósofo critica toda a teatralização e criação de cenários naturais para a contemplação e estudo da natureza, porque dessa forma não é possível compreendê-la verdadeiramente. Ela não é favorecida e respeitada em sua essência, servindo apenas como expressão de manipulação e sujeição aos interesses humanos. A natureza deixa de ser

respeitada como um ente em si, e passa a ser um objeto que a sociedade tenta instrumentalizar para facilitar a extração de recursos. O homem, entendido como ser da natureza, também será visto dessa forma, e a relação tornar-se-á explícita à medida que for aumentando a necessidade da sua utilização.

O contato com a natureza em seu sentido físico estabelece em Rousseau (1776) uma ligação de pertencimento, através das reflexões sobre a instabilidade das coisas do mundo. Apesar de acreditar que a felicidade é um estágio passageiro, afirma que ao devagar solitário pela natureza (na Ilha de St. Pierre), ele sente a felicidade suficiente e plena, ressaltando a repugnância às relações artificiais criadas pela sociedade moderna.

Mesmo em sociedade, Rousseau afirma ser capaz de transportar-se para a natureza através de suas reflexões e imaginação, a partir das quais as lembranças são saboreadas com o mesmo prazer e intensidade.

Os prados, as águas, os bosques, a solidão, a paz, sobretudo, e o repouso que se encontram entre tudo isso são continuamente retraçados por ela à minha memória [...] Transporta-me para as calmas habitações entre pessoas simples e boas como aquelas com que vivi outrora. (ROUSSEAU, 1995, p. 102).

Nessas passagens, o filósofo expressa seu verdadeiro sentimento, com o objetivo de contrastá-lo com as percepções em sociedade. Sua felicidade plena é alcançada em contato com a natureza, porque esta é a origem do homem. No entanto, afirma que nem todos conseguem atingir tal estágio, pois, para conseguir contemplar este sentimento de existência, é preciso que o coração esteja em paz, sem a perturbação das paixões, portanto, nem todo o indivíduo em qualquer situação poderia usufruí-lo.

Mesmo que a natureza apresente-se sem distinção e misturando-se à essência humana, se o homem não consegue usufruir tais sentimentos é porque seu espírito deixou-se ocupar com ideias que não estimulam os sentimentos naturais. Esses, como já foi dito, são reprimidos a favor da civilidade e da modernização. Sendo assim, o filósofo acredita que o sentimento é quem pode conduzir o homem a penetrar na sua interioridade a fim de conhecer-se, entender as suas atitudes em relação ao mundo e o seu comportamento perante a sociedade.

A partir das interpretações de Santos (2010), Becker (2012), Batista e Santos (2010) sobre a obra de Rousseau, é possível compreender a que o filósofo refere-se quando afirma que no estado de natureza prevalece o instinto, e no estado de sociedade, a razão. Sua crítica não é à razão em si, mas a forma como ela é utilizada e manipulada em uma sociedade que

encara homem e natureza como coisas distintas, sem que todos sejam capazes de perceber e vislumbrar as consequências de tal fato.

De acordo com Santos, para Rousseau “[...] o desenvolvimento das ciências e das artes não teria contribuído para o avanço moral dos homens” (SANTOS, 2010, p. 35), pois, a civilização afastou o homem da natureza, desnordeando sua vivência plena. Neste sentido, Rousseau separa o homem da natureza, que ao cair na socialização, é envolvido por uma moralidade que causa a degenerância, não apenas da natureza humana, como também, da natureza no sentido físico.

Ainda de acordo com Santos (2010), a natureza em Rousseau é “aquilo de onde tudo de bom nasce” (SANTOS, 2010, p. 29), é a essência humana, que quando sem influências externas da civilização, é perfeita. Na medida em que os progressos alcançados pela humanidade influenciam e deformam a natureza humana, o filósofo chama a atenção para a necessidade de conservar os princípios dessa natureza, para que o homem possa viver em harmonia numa “sociedade antinatural”. Porém, reconhece que a volta ao mundo natural não é tarefa fácil, já que o homem tem a tendência a seguir em direção ao mundo artificial, à organização social. É necessário desenvolver procedimentos para proteger-se e preservar-se da degenerância ocasionada pelo progresso e pela civilização.

O filósofo antecipa o cenário que atualmente é percebido numa intensidade muito maior, visto que nos tempos atuais a ciência e a tecnologia são utilizadas em larga escala, e na maioria das vezes como necessidade vital para a humanidade. Todo esse apreço tem proporcionalmente afastado o homem da natureza e desconsiderado seus instintos naturais, proclamando a individualidade e a corrida para o desenvolvimento tecnológico, em detrimento da sociedade e do meio ambiente.

No entanto, a tentativa de afirmar a suficiência no avanço das ciências rumo ao progresso de uma sociedade civilizada, desconsiderando a natureza, caracterizada como um estágio de atraso e rusticidade que precisa ser controlado e superado, não afasta o homem fisicamente dela. Isso porque para sobreviver o homem necessita tanto da natureza física quanto da manipulada artificialmente. A partir do momento que o homem se dá conta de que, na verdade, está afastando-se de si mesmo, percebe que todo o aparato civilizacional não tem a capacidade de favorecer a felicidade plena, mas sim, a manipulação e a criação cada vez mais proeminentes de necessidade insaciáveis.

Para Becker (2012) Rousseau posiciona-se de forma contrária ao modelo civilizacional implementado, pois na maioria das vezes ele gera mais problemas do que aqueles que pretende solucionar. Mas a questão principal não está nas técnicas científicas, e sim no desregramento das ações humanas. Isso porque, “Mesmo tendo sucesso em suas investigações científicas, nada garante o uso adequado dos conhecimentos adquiridos” (BECKER, 2012, p. 56).

Logo, deve-se ter o cuidado de orientar as pessoas dedicadas às investigações científicas. Além disso, cuidar para que os conhecimentos produzidos por elas sejam aplicados seguindo uma política adequada. Tal política direciona os benefícios para a coletividade e não para a ampliação das desigualdades. Para isso, é necessário responsabilidade tanto sobre o uso do poder do conhecimento, quanto sobre o uso do poder governamental. “É preciso que os governos se dignem a incorporar os saberes úteis em suas práticas, é preciso que esclareça os povos e que a sabedoria esteja a serviço da felicidade do ‘gênero humano’.” (BECKER, 2012, p. 57).

Conforme Batista e Santos (2010), as reflexões a respeito da sociedade em Rousseau nos permitem um entendimento sobre a condição moral do ser humano. Por ter vivido em um período próximo à primeira revolução industrial, é possível compreender as questões analisadas no início deste processo para entender o porquê de ainda hoje deteriorarmos a natureza, a favor de um progresso material que não contempla a todos os indivíduos.

Com um raciocínio que já vislumbrava nas pequenas situações cotidianas os rumos perigosos da modernização, percebe-se através de Rousseau, que o objetivo dos homens em sociedade era afastar-se do rústico, representado pelo natural, que estaria em oposição ao mundo artificial (técnico-científico), resultado das ações humanas decorrentes do aprimoramento e uso da sua razão.

Batista e Santos (2010) compreendem que o filósofo pensava além da necessidade de uma educação para os conhecimentos científicos, numa educação sobre os princípios éticos para o uso da natureza e para o relacionamento dos homens, numa sociedade que já começava a sofrer as grandes modificações e as influências do progresso científico. Os homens interessavam-se cada vez mais em conhecer a técnica para identificar os possíveis usos da natureza, mas não em compreender a natureza em si mesma. Os resultados esperados eram simplesmente aqueles que pudessem favorecer o homem. Então, a natureza era estudada a partir do contexto de uma sociedade industrial civilizada, que a separava do homem e a desconsiderava dentro do seu sistema natural.

Ainda conforme Batista e Santos (2010), o filósofo atribui ao homem a responsabilidade pelos problemas e por sua infelicidade, pois, os caminhos utilizados para o estabelecimento da sociedade não eram naturais, mas construídos pelas formas de organização social. Foi o mau uso da razão em prol do progresso das coisas que levou o homem à desnaturação. Dessa forma, Rousseau afirma que a fonte das desigualdades está no âmbito da moral. Mas nem tudo está perdido, pois a partir da análise sobre esta perspectiva, o homem pode refazer sua própria história e modificar seus costumes corrompidos.

Os pensamentos de Rousseau culminam no questionamento sobre a capacidade exclusiva do conhecimento científico para reduzir as desigualdades. O genebrino acreditava que a forma como a ciência era encarada e desenvolvida não supria as necessidades do homem. Isso porque o objetivo principal já não era a felicidade e a realização do homem em sociedade. Homem e a natureza apresentavam-se muito mais como um meio, e desenvolvimento científico como o único fim.

Segundo os autores (2010), para superar essa desnaturação, Rousseau propõe uma transformação individual e coletiva, para que haja entre os homens, convivendo em sociedade, um respeito mútuo. Isso seria conseguido através de uma educação objetivando tornar o homem o mais próximo possível do seu estágio originário e infundindo princípios morais a fim de prepará-lo para uma melhor qualidade de vida. Portanto, Rousseau pauta-se em um processo educativo para superar a desnaturação humana, “[...] de forma que é preciso saber ouvir a voz da natureza a fim de preparar o homem para a prática do bem comum.” (BATISTA; SANTOS, 2010, p. 174).

Entre os sentimentos originários estimulados pela educação está o amor de si. Ele apresenta-se como um estímulo natural na luta pela própria conservação, pois, no momento em que os indivíduos perceberem a capacidade da ameaça maior que a força de cada um, pensarão em união para superá-la. Neste sentido, Batista e Santos (2010) afirmam que Rousseau apóia a necessidade de um novo pacto social, desta vez diferente do antigo. Este seria criado exclusivamente para autopreservação dos homens uns contra os outros, visando à construção de alternativas voltadas ao afastamento da ameaça à espécie humana e à natureza, a fim de superar os obstáculos do estado de desnaturação em que se encontra a humanidade.

Mas, para isso, o homem não deve buscar apenas o conhecimento da natureza física, ele precisa entender a essência da natureza humana, e das atitudes implicadas em suas diferentes formas de relacionamento social. É possível associar os pensamentos de Rousseau à

ideia de que não é viável impor uma forma de organização, um caminho para se alcançar o progresso, uma verdade absoluta e uma ciência da natureza.

É necessário abrir-se ao conhecimento do ser humano, em suas diferentes formas de organização social e construção do conhecimento. A ciência precisa ser encarada como uma forma de saber e não um fim unilateral. Além disso, sua compreensão sobre a natureza deve considerar os processos naturais não estáticos, nos quais os homens também estão inseridos.

Portanto, o genebrino acredita que o processo que afastou o homem da natureza só conseguiu deteriorar sua essência natural de forma superficial, sendo necessário reacender o entendimento de ligação e mútua dependência entre ambas as partes. Aliás, o homem precisa de um conhecimento que valorize a sua essência natural, por meio do qual ele pressinta que nunca deixou de ser natureza, sem que esse sentimento implique em ideias de retrocesso e oposição ao progresso.

O estabelecimento do estado social não levou em consideração a essência natural, ao contrário visava afastar-se das características que envolviam a natureza humana e da própria natureza, em seu sentido físico. Ou seja, firmou-se um contrato social que excluía completamente a natureza das relações sociais. Entretanto, tal posicionamento não favoreceu a felicidade humana, pelo contrário, de acordo com Rousseau, essa postura só propagou as mazelas sofridas pelo homem. Ao perceber a necessidade vital de se restabelecer a ligação entre homem e natureza, pensa-se que o contrato social envolvido pelos princípios éticos relatados pelo filósofo já não consegue proporcionar tal feito. Então, para salvaguardar a espécie humana e garantir um convívio social direcionado para sua felicidade enquanto fim, tona-se necessário rever os princípios éticos que norteiam esse contrato, ou propor a elaboração de um novo.

2.2 AS RELAÇÕES HUMANAS E SEU O PODER SOBRE A NATUREZA: A NECESSIDADE DE UM NOVO CONTRATO

No decorrer da história, foram consideradas todas as transformações da humanidade, sendo a natureza caracterizada como mera coadjuvante no cenário onde as relações humanas são instituídas. Além disso, o progressivo aperfeiçoamento técnico e os objetivos da ciência sempre visaram à organização social para o apoderamento das leis da natureza, a fim de tornar o homem superior às demais manifestações naturais.

Neste sentido, Serres em seu livro *O Contrato Natural* chama a atenção para a importância de se perceber a natureza em que estamos inseridos, valorizando o seu aspecto físico. Pois, o planejamento e as ações humanas historicamente não consideravam a dimensão espacial e temporal dos resultados de suas ações, apenas os efeitos que estavam relacionados diretamente ao homem.

Outro aspecto de importância para o entendimento do seu pensamento, é que o autor descarta o uso da palavra ambiente, porque segundo Serres (1990), ela sugere que o homem está no centro de um sistema de coisas que gravitam à sua volta, implicando em uma relação de dominação. Ele não concorda com isso, afirmando que a Terra sempre existiu e continuará a existir sem o homem, a humanidade é que não poderá existir sem a disponibilidade das condições ideais na Terra. Portanto, contesta o fato de o homem ser considerado o sujeito que está no centro da sua argumentação.

Dessa forma, para ele, natureza é

Em primeiro lugar, o conjunto das condições da própria natureza humana, as suas limitações globais de renascimento ou de extinção, a estalagem que lhe dá alojamento, aquecimento e comida; além disso, ela priva-a disso, logo que abuse. Condiciona a natureza humana que, a partir desse momento, passa a condicioná-la. A natureza conduz-se como um sujeito. (SERRES, 1990, p. 62).

A partir dessa definição, pode-se inferir que o autor argumenta a favor de uma relação intrínseca de dependência humana à natureza, aliás, entende a natureza humana como extensão da natureza em seu sentido físico. Ao mesmo tempo em que a natureza serve ao homem, ela pode privá-lo caso haja abuso da parte humana sobre ela. Então, é a relação entre os homens que irá determinar a maneira como a natureza saciará suas necessidades. Mas não apenas isso, pois, o relacionamento humano também é influenciado pelas características naturais. Tomando a natureza como sujeito, o autor apresenta os indícios para justificar a necessidade de se estabelecer relações que ultrapassem a perspectiva da organização social, ou seja, o estabelecimento de uma relação natural, visto que o homem além de depender dos outros, depende intrinsecamente da natureza.

A utilização dos aspectos físicos do mundo natural pelo homem, muitas vezes implica no desconhecimento do fato de que ele é um componente deste mundo, que o ser humano é primeiramente um ser natural. Seu relacionamento com a natureza tem se afastado progressivamente desta premissa, considerando prioritariamente as relações econômicas e

sociais, que estabelecem a fim de extrair o máximo possível daquilo que a natureza pode disponibilizar.

Sobre a participação da sociedade nas tomadas de decisões diante desta situação, podemos inferir que o filósofo considera de suma importância decidir se as ações humanas continuarão a ser conduzidas de forma inocente, ou se serão imputadas responsabilidades sobre suas decisões e seus efeitos. Para o autor (1990), ações inocentes que implicam em resultados desconhecidos, ou imprevistos são conduzidas de forma individual e julgadas de forma parcial. Ao obter um bom resultado, a humanidade não ganha nada, pois, a ação prosseguirá sob o mesmo controle individualizado e interesse particular, porém, se o efeito for contrário ao resultado esperado, a humanidade perde muito, já que, dificilmente, se está preparado para uma catástrofe.

A preferência pela imposição de responsabilidades às ações do homem, segundo o Serres (1990), exige que a humanidade seja convocada para a decisão. Considerando então todos os indivíduos como agentes da história, o objetivo deixa de ser individual e torna-se global. Portanto, as características principais para conduzir ações responsáveis sobre a natureza seriam: a investigação, a informação e o compartilhamento das tomadas de decisões.

Sobre a globalidade e a necessidade de ações conjuntas para superação das questões naturais, o autor usa uma metáfora para explicar seu ponto de vista: “Os dois contendores não reparam como se enterram na lama, tal como os guerreiros que se defrontam no rio não se apercebem de que se afogam nele, todos juntos.” (SERRES, 1990, p. 20). Nessa passagem, podemos inferir como o autor percebe o tratamento disponibilizado à natureza pelo homem, pois, ao desenvolver suas ações com um efusivo empenho em conseguir superar todos os obstáculos para atingir o resultado na maioria das vezes individualmente desejado, não é dada a devida importância ao espaço onde se processam os acontecimentos.

Mesmo com as catástrofes, as crises e as guerras que aconteceram durante o desenvolvimento da história da humanidade, pouco se falou sobre os prejuízos causados à natureza. Segundo o autor, a humanidade tinha pouca consciência dos riscos que corria, pois, as consequências negativas imprevistas sempre recaíram com muito mais intensidade sobre os miseráveis e os excluídos. Desconsiderando dessa forma a natureza, todos contribuem não apenas para a própria degradação, como também, a do seu próximo, porquanto, a nova natureza não é apenas global, mas também reage globalmente às ações locais.

A intervenção na natureza global por meio do “saber-fazer” tem provocado mudanças bruscas. E assim como a natureza passou a depender do homem, a existência da humanidade está sujeita a ela também. Sabendo disso, é necessário determinar o perigo que se corre, o que fazer, quando e como fazer, e, principalmente, quem decidirá os rumos deste novo acordo. Para argumentar sobre esses aspectos, Serres (1990) cita a questão do tempo considerado nas decisões, além da necessidade de cooperação e união da sociedade e das ciências a fim de buscar soluções mais adequadas.

Com o desaparecimento da agricultura como sua principal atividade, o homem tornou-se indiferente ao clima, e conseqüentemente à natureza, exceto nos períodos de férias quando redescobre o mundo, muitas vezes poluindo aquilo que não conhece. “[...] porque não habitam o espaço por onde passam e, portanto, não se importam de sujar.” (SERRES, 1990, p. 51). Através desta explanação, o autor ressalta que vivemos no muito curto prazo, e para salvaguardar a Terra será necessário pensar em longo prazo, entendendo que o novo objeto das ciências e da prática é o planeta Terra. Sendo assim, as soluções para os problemas devem ser igualadas ao seu alcance.

Além disso, associa a ideia de união dos homens para as tomadas de decisões à união das disciplinas científicas para superação dos problemas globais. Justificando seu posicionamento, afirma que as soluções em curto prazo, impostas por disciplinas de maneira isolada, estão fadadas à reprodução das causas do problema, pois se baseiam em conjecturas estruturais limitadas, e não na proposição de soluções através de estratégias interligadas que observem a amplitude da questão.

É necessário considerar, além dos conhecimentos científicos, as experiências das culturas de longa duração. Isso porque as soluções acabam sempre sendo elaboradas pelos detentores do saber científico, que se baseiam no curto prazo e no rigor altamente técnico. Neste sentido, a natureza é analisada fora do coletivo e a ciência promulga leis em um mundo que não visualiza as interações humanas. A ciência representa então a verdade absoluta “[...] o papel do nosso juízo final.” (SERRES, 1990, p.133).

De acordo com o autor, a questão da deterioração da natureza, já não está exclusivamente restrita a uma crise de fundamentos intelectuais, pois o homem possui uma base de conhecimentos significativos sobre esses problemas. Para Serres (1990), a questão abrange pontos muito mais controverso aos quais o homem ainda não conseguiu se adequar, seriam eles: as dimensões do tempo e da sobrevivência humana, bem como, a necessidade de desenvolver formas para subordinar a ciência ao direito e a razão ao julgamento.

Além disso, ele chama atenção para um tipo de poluição quase que imperceptível. Junto à poluição material, técnica e industrial sofrida pela natureza, ele apresenta a poluição cultural dos homens e das próprias coisas, enfatizando que se inexistir a consciência sobre a segunda, não será possível combater as primeiras. Ou seja, é preciso entender o conjunto dos atos e dos pensamentos vinculados às decisões, a ciência moderna ignora esses aspectos para instaurar a precisão e a exatidão.

Sendo assim, as questões que envolvem as relações naturais e humanas impulsionadas pelos anseios do homem em se tornar um ser “equipotente ao mundo”, e as ações que os levam temporariamente às vias de fato, devem ser analisadas a partir do estabelecimento de novos limites. “Os problemas globais colocados pelas ciências e as necessidades contemporâneas invertem de novo esse ideal de delimitação e, por isso, se renovam as ligações que a análise interrompeu. Regressamos, pois, ao contrato.” (SERRES, 1990, p. 172).

A convivência e, principalmente, a sobrevivência dos homens na natureza clamam, portanto, pela criação do novo contrato natural, que visa reorientar essa situação. Objetiva-se sair de uma relação na qual existe apenas a utilização unilateral da natureza por parte dos homens, em troca de rejeitos e devastações naturais. Recebendo, por isso, respostas cada vez mais bruscas da natureza.

Serres (1990) afirma que o homem desenvolve uma relação de parasitismo com a natureza, e que o direito (as leis) tenta limitar o parasitismo existente na relação entre os homens, mas não o faz de forma eficaz em relação à natureza. Neste sentido, o autor argumenta a favor do estabelecimento de um novo contrato, o contrato natural, visto que “Hoje, a natureza define-se por um conjunto de relações, cuja rede unifica a Terra inteira; o contrato natural conecta, nessa rede, o segundo com o primeiro.” (SERRES, 1990, p. 77). Ou seja, podemos dizer que o contrato natural objetiva restabelecer a ligação entre a natureza humana e a natureza física.

Através do contrato natural proposto pelo autor, os homens reaparecem no mundo, o coletivo é inserido na natureza. Essas características apontam para a construção de uma relação renovada com o mundo, que já foi o dono do homem, o escravo, o hospedeiro, e agora, Serres (1990) propõe que seja simbiota da humanidade. Isso implica acrescentar ao contrato social a celebração de um contrato natural de simbiose e de reciprocidade.

O significado de deixar de ser “parasita” e passar a desenvolver uma relação de simbiose com a natureza implica no estudo e no reconhecimento dos efeitos das ações humanas sobre a natureza e da natureza sobre o homem. Além disso, considera ser de suma importância o reconhecimento da necessidade de se estabelecer limites para a utilização da natureza, quando voltada à satisfação das necessidades humanas.

Para desenvolver seu pensamento sobre a necessidade de criação de um novo pacto a fim de possibilitar a sobrevivência da humanidade na natureza, ele contextualiza-o com a situação da criação do contrato social que fez o homem sair de um estado de violência indefinida. Segundo o autor:

A história começa com a guerra, entendida como fim e estabilização dos conflitos violentos através de acordos jurídicos. O contrato social que nos fez nascer talvez com a guerra, a qual pressupõe um acordo prévio que se confunde com o contrato social. (SERRES, 1990, p. 29).

Este primeiro contrato salvou os homens da violência pura, estabelecendo acordos para organização dos conflitos. Ao revisitar essas passagens da história da humanidade, o autor revela que o homem tinha consciência do seu fim e, então, associou-se para evitá-lo. Por isso, esclarece a necessidade de voltar-se ao contrato, desta vez, mediante a necessidade de associar-se para salvação frente ao perigo das ações humanas sobre a natureza e sobre o próprio homem.

Sendo assim, ele propõe um novo pacto com o mundo por meio da criação do contrato natural, estabelecendo uma relação entre os dois contratos chamados de fundamentais para a humanidade: o contrato social e o contrato natural. A partir de então, indaga sobre quem provoca a violência no cenário mundial e sobre quem abrange esses acordos tácitos, revelando que este papel é incumbido ao homem “o-ser-no-mundo transformado em ser eqüipotente ao mundo” (SERRES, 1990, p. 39). Nessa passagem, o homem é caracterizado não mais como parte da natureza, mas como um ser que pretende ultrapassar seu poder, investigando-a e conhecendo seus mecanismos de funcionamento, apenas para esse fim.

O autor afirma que o contrato exclusivamente social desconsiderou o elo que relaciona o homem com mundo. Por isso, é necessária a instituição de um novo contrato com o objetivo de restabelecer esse elo. Serres (1990) pretende romper com o sentido de divisão e compartimentação dos sentidos humanos e suas manifestações sociais, bem como dos

conhecimentos científicos. Segundo o autor (1990), o estabelecimento da sociedade científica não considerou adequadamente as implicações desse fato sobre os direitos positivos e as sociedades civis. Como consequência, a partir da modernidade

A natureza torna-se assim o espaço global, vazio de homens, de onde a sociedade se ausenta, onde o cientista julga e legisla, porque domina e onde as leis positivas deixaram quase tranquilos os técnicos e industriais, aplicando inocentemente essas leis da ciência até o dia em que os desafios naturais começaram a influenciar de forma cada vez mais significativa os debates positivos. (SERRES, 1990, p. 133)

Reconhecendo o papel do homem para elaboração e execução do novo pacto, Michel Serres (1990) faz algumas críticas à situação da ciência perante as questões naturais, na medida em que o acordo tácito reúne apenas os cientistas. Ainda que o conhecimento seja necessário, e por isso a ciência controle todas as suas expressões, apenas o conhecimento científico não é suficiente para estabelecer a paz no mundo. Mesmo assim, segundo o Serres (1990), os grupos de cientistas insistem e preparam-se para conduzir e solucionar os problemas naturais.

O contrato natural pensado pelo filósofo (1990) visa o estabelecimento de uma relação de simbiose, na qual a humanidade pode oferecer como retribuição à natureza a totalidade da essência humana. Esta seria a própria razão significando o excesso de força e ao mesmo tempo a limitação do poder, pois, constituímos uma sociedade de responsabilidades limitadas e toda a liberdade humana deriva dessa limitação. Neste sentido, há necessidade de uma ética coletiva face à fragilidade do mundo e a responsabilidades limitadas. Diante do apelo à globalidade, é necessário agir em conjunto, prezando por uma razão que pense com verdade e julgue com prudência.

De acordo com Larrère (2012), Serres desenvolve seu pensamento sobre o Contrato natural a partir do Contrato social elaborado por Hobbes e Rousseau. A semelhança entre as propostas de tais autores está no fato de que o contrato é tido como “um ato jurídico deliberado, uma forma de agir, ou de fazer, ato que produz um artefato, uma relação política que não existia previamente à sua implementação.” (LARRÈRE, 2012, p. 21). Entretanto, a autora afirma que o Contrato natural não é natural em sentido estrito, visto que Serres (1990) discorre a respeito da participação e colaboração social para a sua construção.

Para Larrère (2012), o Contrato natural pensado por Serres não se situa em uma perspectiva evolucionista, como se a relação de parasitismo fosse naturalmente transformando-se em uma relação simbiótica. Pelo contrário, Serres apresenta esta

transformação a partir da necessidade de se estabelecer uma organização social voltada à aquisição de responsabilidade e decisão para a instituição do mesmo.

Isso porque a crise ambiental intensificou a necessidade de reaproximação entre homem e natureza. Já não é possível dissociar natureza e cultura, ou natureza e artifício. De acordo com Larrère (2012) natureza é aquilo com o que o progresso científico e tecnológico coloca o homem em relação. Ou seja, para Larrère, Serres não compreende a natureza sem a presença humana.

O que caracteriza a natureza, atualmente, é sua globalidade, o conjunto de suas relações científicas e técnicas, que a liga com o mundo e desenha a configuração. Porque elas fazem testemunhar os objetos, as ciências não são somente um discurso sobre o mundo, elas estabelecem uma relação com a natureza, elas fazem dela uma parceria. (LARRÈRE, 2012, p. 24)

Conforme Larrère (2012), o conflito entre homem e natureza pode ser compreendido a partir da relação entre cientistas e políticos. Neste sentido, o problema principal é encontrar um modo de fazer com que as ciências sejam permeadas pelo debate democrático. O Contrato pensado por Serres (1990) objetiva permitir tal feito ao promover uma compreensão partilhada das possibilidades e dos riscos. Larrère (2012) afirma que a ética vinculada ao estabelecimento do contrato natural não pode encontrar-se ao lado de uma unificação totalizadora ainda mais globalizante. Pois, “Uma política capaz de levar em consideração a intrusão de Gaia deve reunir todos os membros, humanos e não humanos, em um mundo comum, plural e não globalizado.” (LARRÈRE, 2012, p. 31).

Logo, Michel Serres (1990) oferece subsídios para que seu pensamento sobre a necessidade de estabelecimento do contrato natural possa ser interpretado tanto no plano teórico como no plano concreto. Propondo o restabelecimento da ligação entre o homem e a natureza, através da centralização dos pressupostos deste contrato na natureza. O autor não desconsidera as ações do homem, entretanto, apresenta a necessidade de uma reflexão ética que possa mediar os limites da natureza e as necessidades humanas.

Dessa forma, entende-se que o elo que existia entre o homem e natureza foi rompido com o desenvolvimento de ações inicialmente centralizada no desejo de alcançar os resultados humanos, sem consideração e estudos sobre os meios e as possibilidades da natureza. Em seguida, o rompimento deste elo foi alargado pela necessidade de obter resultados cada vez mais imediatos.

Toda essa reflexão ética culmina, então, na necessidade do estabelecimento de um Contrato natural que visa à interligação das ciências para lidar com o seu objeto único: a Terra. Além disso, um maior esclarecimento sobre os fatos, meios, recursos e resultados implicados nas ações humanas, possibilitando a extensão da participação das sociedades nas tomadas de decisões, bem como, a reconsideração sobre o tempo implicado para se alcançar os resultados previstos nas suas ações. A partir dessas análises, é possível embasar um novo contrato, que não exclui o anterior, mas incorpora as novas dimensões naturais, sociais e artificiais das ações humanas, desde a modernização das sociedades até a contemporaneidade, caracterizadas pelo desenvolvimento tecnocientífico como eixo principal da organização social.

2.3 A REVOLUÇÃO TECNOLÓGICA E A ÉTICA NA CONTEMPORANEIDADE

Para compreender o contexto em que se expressam as relações humanas com a natureza na contemporaneidade, utilizou-se, principalmente, *O princípio responsabilidade: ensaio de uma ética para a civilização tecnológica*. Nesta obra, Hans Jonas (2006) apresenta seu entendimento sobre as consequências do atual e incomensurável poder da técnica, cuja dimensão jamais tinha sido alcançada antes. Além disso, o autor considera que os principais centros de estudo, pesquisa e ação da contemporaneidade, não estão voltados para o homem e muito menos para a natureza, mas sim, para a técnica. Todas as ciências estão direcionadas para o desenvolvimento de aparatos tecnológicos a fim de proclamar não apenas o controle sobre a natureza. O controle e a sujeição são agora estendidos aos homens.

De sua obra, consideramos para este capítulo, o aspecto em que o filósofo reflete sobre o perigo da onipotência técnica, vislumbrando que a sujeição de todas as ciências ao seu desenvolvimento poderá incorrer em um descontrole de tal poder. No decorrer de sua argumentação, o autor apresenta determinadas situações em que isso pode ocorrer. Ele chama a atenção para o fato de que na realidade a técnica está controlando as ações humanas, quando seria prudente acontecer o contrário.

O conhecimento e a sua aplicabilidade técnica inicialmente “neutralizou” a natureza, deteriorando seu valor intrínseco a favor de um valor científico e comercial, em seguida, foi a vez do homem. A partir de então o autor justifica a importância da ética, afirmando que “Ela tem que existir porque os homens agem, e a ética existe para ordenar suas ações e regular seu

poder de agir” (JONAS, 2006, p.65). “[...] a ética entra em cena como regulação desse agir, inclinando-nos como uma estrela-guia para aquilo que é o bom ou permitido” (JONAS, 2006, p.66).

Portanto, a hiperespecialização das ciências e a falta de interação entre os avanços científicos e as reflexões éticas serviram de base para a elaboração do pensamento de Jonas (2006), justificando a necessidade de novas dimensões para a responsabilidade das ações humanas. O argumento principal remete ao fato de que a promessa da tecnologia moderna converteu-se em ameaça, e a partir dele, Jonas (2006) desenvolve seu pensamento para demonstrar porque e em que medida esses pressupostos perderam a validade, e exigem uma nova ética para orientar a situação.

Jonas (2006) reflete sobre a nova condição da ciência, apresentada como um conhecimento voltado para o desenvolvimento da técnica, que se torna perigoso não apenas devido à possibilidade de controlar a natureza, como também, de controlar o próprio homem. Além disso, as dimensões do agir humano relativizaram os valores do “bem” e do “mal”, na medida em que foram submetidas a modalidades inteiramente novas de poder e de possibilidades.

A situação para um agir ou existir na antiguidade, e até mesmo na modernidade, era muito diferente da situação atual. Por isso, segundo Jonas (2006), a ética tradicional já não consegue contemplar as novas situações e perspectivas, visto que ela não considera o comportamento cumulativo, a condição global da vida humana, nem as condições de existência em um futuro distante. Essa ética envolve apenas a natureza dos seres humanos, subjugando o aspecto extra-humano.

De acordo com o filósofo, a ética tradicional compartilha os seguintes pressupostos:

(1) a condição humana, conferida pela natureza do homem e pela natureza das coisas, encontra-se fixada de uma vez por todas em seus traços fundamentais; (2) com base nesses fundamentos, pode-se determinar sem dificuldade e de forma clara aquilo que é bom para o homem; (3) o alcance da ação humana e, portanto, da responsabilidade humana é definida de forma rigorosa. (JONAS, 2006, p. 29).

Segundo o autor (2006), para tal ética a natureza não é objeto de responsabilidade humana, “[...] diante dela eram úteis a inteligência e a inventividade, não a ética.” (JONAS, 2006, p.34); a técnica é compreendida apenas como um atributo determinado pela necessidade e não um fim em si mesmo; ela é considerada antropocêntrica; o homem não é objeto da

técnica; não há necessidade de um planejamento a longo prazo, pois os pontos positivos e negativos são evidenciados no decorrer da ação, ou seja, as consequências ficam a critério do acaso; a perspectiva de futuro limita-se a extensão previsível do tempo de vida do indivíduo, sendo assim, a ação e as suas consequências são evidenciadas em um momento presente comum.

A partir dessas características, as considerações sobre os efeitos das ações como boas ou más eram inteiramente decididas baseando-se no curto prazo. Jonas aponta a invalidade de uma “ética tradicional” do próximo ou do “curto prazo”, pois ela implica no fato de que “Ninguém é julgado responsável pelos efeitos involuntários posteriores de um ato bem-intencionado, bem-refletido e bem-executado” (JONAS, 2006, p. 37). Além disso, devido à extensão do poder e do fazer coletivo, “ator, ação e efeito não são mais os mesmos da esfera próxima” (JONAS, 2006, p. 39).

Somando-se a esses aspectos, o autor apresenta outra característica que já não é contemplada pela ética tradicional: o caráter cumulativo dos efeitos da técnica. De modo que as situações têm-se tornado cada vez mais difíceis de serem revertidas, ou pelo menos, as condições para o restabelecimento das situações atuais já não são as mesmas que a anterior.

Baseando-se em tais características, o filósofo considera que essa ética não se mostra suficiente para contemplar as relações humanas na era tecnológica, principalmente porque o papel e a responsabilidade sobre o agir humano foram modificados. Nessa perspectiva, Hans Jonas (1999) afirma que a ética tem algo a dizer sobre os assuntos da técnica, ou melhor, que a técnica subordina-se a considerações éticas.

Sobre os avanços das ciências e a extensão do seu poder, para Jonas (1999), baseando-se no pensamento desenvolvido por Bacon, a ciência é tida como um saber sobre a natureza, a fim de utilizar seus recursos e potencialidades para a melhoria do destino humano na Terra. O paradoxo está no fato de que o superdimensionamento da civilização tecnológica em escala planetária está configurando a ameaça de uma catástrofe universal. Esse perigo é resultante não do fracasso, mas da exorbitância do sucesso. Pois, o progresso baconiano perde o controle devido à sua “incapacidade de proteger não só o homem de si mesmo, mas também de proteger do homem a natureza e a própria natureza humana [...]”. (JONAS, 1999, p.419).

Neste sentido, entende-se que o progresso ocasionado pela revolução tecnológica, as consequências da globalização, a informatização e a transmissão imediata dos acontecimentos, modificaram as relações do homem com a natureza e, principalmente, a

natureza do homem. Devido ao aparato tecnológico e todo seu conhecimento, as ideias do homem são postas em prática numa velocidade cada vez maior, implicando em um poder desmedido sobre a natureza.

De acordo com Jonas (2006), sua dinâmica baseada no êxito e progressivo aumento do consumo e produção, subjuga a sociedade na medida em que avalia seus efeitos a partir de uma breve escala de tempo. Não considerando adequadamente a imprevisibilidade das consequências de suas ações tanto para o momento presente quanto para o futuro. Então, ele analisa o modo como a técnica influencia a natureza do agir humano, argumentando a favor de uma ética que aponte os valores e os objetivos a serem atingidos, utilizando os meios (a técnica) como aquilo que realmente são, para que não sejam transformados em fins em si mesmo.

Seu pensamento pode ser explicado pelo fato de que a técnica “é um exercício do *poder* humano, isto é, uma forma do agir, e todo agir humano está exposto à prova moral.” (JONAS, 1999, p.408). Além disso, o poder da técnica pode ser utilizado tanto para o bem quanto para o mal, sendo presumível a observação ou violação de normas éticas por ocasião de seu exercício. Sendo essa, mais umas das razões que implicam na constatação de que a técnica moderna constitui um caso particular, exigindo o esforço do pensamento ético. Partindo desse pressuposto, Jonas (1999) apresenta cinco fundamentos para validar sua tese.

Primeiramente, esta situação é caracterizada pela ambivalência dos efeitos da técnica, pois, estamos inseridos em um contexto de ação no qual eles se potencializam, já não sendo possível separar os maus efeitos cumulativos, dos almejados e próximos bons efeitos. Dessa forma, de acordo com o autor (1999), o longo prazo é conformado como o lado ameaçador da técnica. Além disso, considerando a compulsoriedade na sua utilização, não se pode aceitar que a técnica esteja livre do estado de neutralidade ética, como também, não é possível haver separação entre posse e exercício do poder. Devido à dinâmica cumulativa e progressiva da sociedade técnica, a aquisição de novas capacidades já traz em si um fardo ético.

Entre as já citadas novidades éticas implícitas na técnica, está a dificuldade em gerenciar as dimensões remotas, futuras e globais das decisões cotidianas. Pois, toda utilização de uma capacidade técnica pela sociedade tende a crescer “em larga escala”. A categoria ética chamada ao primeiro plano por esse novo fato é a responsabilidade. E esta, segundo Jonas (1999), cresce proporcionalmente aos efeitos do poder da técnica. Por isso, para o autor (1999), há a necessidade de um rompimento com o monopólio da proteção

antropocêntrica, estendendo a necessidade de proteção a toda biosfera, visto que o excesso de poder impõe ao homem o dever de proteger todos os outros seres, já que sua própria sobrevivência depende dessa proteção.

Por fim, como último fundamento para validação de sua tese, Jonas (1999) reflete sobre o quanto é lícito, que por meio da aposta técnica se arrisque a vida da humanidade. O ponto principal referente a este fundamento, é que, quanto maior a dependência da técnica, maior a ameaça de uma situação que possa acarretar futuras consequências desastrosas. Porém, na atual conjuntura, a humanidade só consegue seguir adiante utilizando as propriedades da técnica como solução para os seus problemas. Dessa forma, é evidenciada a síndrome tecnológica, na qual o elemento quase compulsivo “hipostasia nossas próprias modalidades de poder numa espécie de força automática, da qual nós, seus executores, paradoxalmente nos tornamos sujeitos.” (JONAS, 1999, p. 416).

Sendo assim, o filósofo discorre sobre as situações referentes à coletividade, ou seja, o ator e o ato coletivo, bem como à responsabilidade sobre ações humanas, considerando que deve ser medida com base em um futuro indeterminado e não mais no contemporâneo à ação. Todas essas características são elencadas por Jonas, a fim de justificar a necessidade de um novo imperativo ético.

Para explicar como se dá a relação e o significado de sujeição do homem e da natureza em relação à técnica, recorreremos às proposições e alguns comentadores sobre o tema. Neste sentido, de acordo com Unger, a ética que paira sobre as relações sociais e sobre a natureza, faz com que o ser humano entenda “[...] sua humanidade na razão direta de sua capacidade de tudo dominar [...] a própria humanidade do homem é negada, na medida em que também é transformada em mais um objeto da vontade de poder.” (UNGER, 2010, p. 63). Ao reduzir a natureza a objeto passível de controle, o próprio homem é incluído na trajetória de manipulação que tem como finalidade a extensão do poder.

Para Unger (2010), com a ilusão de que todos os homens possam adquirir controle e igual poder sobre a natureza, a qualidade de vida inferior e a situação de desvantagem socioeconômica são relativizadas. É difundida uma pretensa igualdade entre todos os homens, fazendo-se acreditar que por meio da aquisição da técnica qualquer um é capaz de subjugar a natureza com o propósito de adquirir ou estender o seu poder sobre ela.

Para fundamentar a ética expressa a partir da relação entre o homem, a técnica e o poder, Unger (2010) baseia-se nas ponderações de Heidegger. A autora (2010) afirma que

Heidegger chama de Técnica o rigor do pensamento “unidimensionalizante”, que reduz os relacionamentos dos homens a um padrão único e controlado. Manifestando-se mediante um dispositivo imposto como verdade única. As consequências dessa relação não se restringem à degradação ambiental, ela incide sobre o homem, fazendo perder seu lugar no universo, sua própria natureza humana.

Nesse contexto, o homem não aceita e não sabe lidar com o que escapa à organização, ou com o que não pode ser codificado, por isso, não considera em suas experiências, as relações exteriores a essa forma de pensar. “[...] ninguém busca a compreensão de si e do real quando tem a plena convicção de estar de posse do controle calculado de toda a realidade.” (UNGER, 2010, p. 70). A Técnica só reconhece como problema da realidade aquilo que ela é capaz de solucionar através do pensamento calculado e previsível. Sendo assim, todo o conhecimento passa a ser compatível com o desenvolvimento da Técnica, e a deterioração da natureza física subordina-se a degradação social, ou seja, ela tem relação com o processo de artificialização da natureza humana e sua exploração. Dessa forma, o que anteriormente era meio (a técnica), torna-se a única finalidade do processo científico.

Retomando então, o pensamento de Hans Jonas (2006), associando as ponderações de Unger as do filósofo, entendemos que o domínio sobre a natureza conduziu a mais completa sujeição do poder sobre si mesmo. Por isso, é necessário avançar em direção a uma potência de terceiro grau, que de acordo com Jonas, seria a superação da impotência em relação à compulsão autoimposta pelo exercício do poder tecnológico.

Depois que um poder de primeiro grau, voltado para um mundo inesgotável, transformou-se em um poder de segundo grau que foge a todo controle do seu usuário, chegou a vez de um terceiro grau de poder, capaz de autolimitar a dominação que arrasta o condutor, antes que este se estraçalhe de encontro aos limites da natureza. Um poder sobre todo aquele poder de segundo grau, que não mais pertence ao homem, mas ao próprio poder, que dita as regras do seu uso ao seu suposto usuário, transformando-o em mero executor involuntário de sua capacidade. Que, portanto, em vez de libertar o homem, o escraviza. (JONAS, 2006, p.237)

Giacioia Jr. (2004) ao pensar sobre as proposições de Jonas, apresenta uma discussão sobre os limites da ética do ponto de vista antropológico e sobre a proposta filosófica de Hans Jonas a respeito de uma nova ética para a civilização tecnológica. Analisando as influências que pairaram sobre o pensamento de Hans Jonas, Giacioia Jr. pondera sobre Heidegger. O autor (2004) afirma que Heidegger já havia antecipado através de suas reflexões, no que viria

a se transformar a produção técnico-científica e industrial. De acordo com o pensamento heideggeriano, a técnica não seria apenas uma dimensão potencializada da capacidade humana, ela seria considerada como determinante da maneira de ser do homem no mundo moderno.

A ciência e a técnica potencializaram a ação humana gerando imensos progressos e benefícios. Entretanto, a dimensão desse poder ocasiona efeitos incomensuráveis tanto na extensão temporal quanto na espacial. Nesse sentido, Jonas pretende chamar atenção para o fato de que a onipotência da técnica moderna deve ser um sinal de alerta. Além disso, para Giacoia Jr. (2004), seu pensamento fornece fundamentos sobre a necessidade de se impor limites éticos e jurídicos às pesquisas científicas e tecnológicas.

Qual será a configuração da existência e do destino das futuras gerações de seres humanos, caso seja mantida a direção e o ritmo dos progressos da ciência tecnológica? tais gerações seriam ainda humanas (no mesmo sentido em que aplicamos a nós mesmos esse termo)? Por outro lado, teriam as gerações futuras um direito – eticamente sustentável – a tal existência? tem sentido falar-se em direito de pessoas que ainda não existem? seria este um limite ético defensável para a extensão virtualmente infinita da atuação técnico-científica e de seu aproveitamento industrial? (GIACOA JR., 2004, p. 647-648).

Neste sentido, se a técnica invadiu o espaço do agir humano, é aconselhável que a moralidade obtenha influência no espaço da técnica, a fim de orientar as ações relativas ao seu uso. Jonas (2006) propõe que isso aconteça na forma das políticas públicas atuais, sendo que tais questões nunca demandaram análise e proposições de dimensões temporais tão longas como as que agora são necessárias. Concluindo sobre a influência desse novo agir humano na política, Jonas (2006) afirma que a natureza modificada do agir humano altera a natureza fundamental da política.

O novo imperativo que o filósofo propõe, clama pela coerência e análise dos efeitos finais das decisões e ações da técnica sobre a continuidade da atividade humana no futuro. Afirmando (2006) que as obras do homem multiplicaram-se e transformaram o mundo por meio da técnica, de modo que a diferença entre o natural e o artificial já não é tão evidente. A técnica não se restringe ao mundo não humano, como o próprio homem passou a figurar entre os objetos da técnica, a presença do homem no mundo tornou-se objeto de dever, sendo necessário proteger os elementos básicos para sobrevivência, a fim de que sua existência não seja ameaçada.

Para o autor, a ameaça à vida humana é decorrente do “excesso do nosso poder de fazer sobre o nosso poder de prever e sobre o nosso poder de conceder valor e julgar.” (JONAS, 2006, p. 64). Por isso é necessário ordenar as ações humanas e regular seu poder frente ao “agir-coletivo-cumulativo-tecnológico”. Considerando essa questão, Jonas afirma a importância de optar sobre duas situações: pensar e agir de forma imediata, adotando uma postura de sacrifício no presente para garantir a possibilidade de existência humana no futuro; ou continuar o desenvolvimento de ações e atitudes, visando extrair a máxima eficiência do homem e da natureza, deixando que os efeitos sejam pensados e controlados pelas futuras gerações que a eles terão que se adaptar. Então, argumenta sobre duas formas de saber, o saber ideal e o saber prático.

[...] esse saber real e eventual, relativo à esfera dos fatos (que continua sendo teórico), situa-se entre o saber ideal da doutrina ética dos princípios e o saber prático relacionado à utilização política, o qual só pode operar com seus diagnósticos hipotéticos relativos ao que se deve esperar [...] (JONAS, 2006, p. 70)

Nesse sentido, o primeiro dever da “ética do futuro” a que o autor se refere é visualizar os efeitos de longo prazo, entendendo que aquilo que deve ser temido ainda não foi experimentado; o segundo dever é a mobilização de um sentimento adequado para representar essa ética, que segundo o autor seria o medo diante da situação temida, caso contrário, a possibilidade seria deixar-se afetar pela salvação ou pela desgraça das gerações vindouras.

Para a adoção de uma postura a favor dessa nova ética, considera-se a impossibilidade de exigir um saber que ainda não pode ser apresentado com rigor crítico-científico de forma antecipada. Por isso, Jonas baseia-se em possibilidades, em projeções de futuro como conteúdo e não como certeza, visto que, a velocidade no avanço dos conhecimentos e seu desenvolvimento prático têm suprimido o tempo que seria necessário as eventuais correções de precaução, tornando-as cada vez mais limitadas, daí a necessidade de vigiar os primeiros passos. Cuidando para que “a herança de uma evolução anterior seja preservada”. (JONAS, 2006, p. 79).

Para fundamentar os princípios éticos da ação do homem no longo prazo, o autor apresenta como fundamento principal, o argumento de que qualquer ação humana individual afeta a outros indivíduos. Neste sentido, arriscar aquilo que se tem como propriedade individual, implica na possibilidade de arriscar também algo que pertence a outros, ou seja, “meu agir não pode pôr em risco o interesse ‘total’ de todos os outros também envolvidos” (JONAS, 2006, p. 85), que é, aqui, o interesse das gerações futuras.

Jonas (2006) defende que a existência ou a essência da humanidade nunca pode ser colocada em aposta, tomando a prudência como o cerne do agir moral. Ou seja, se determinada ação implica em consequências que não podem ser estabelecidas previamente, ou ocasionarão risco para a humanidade futura, é certo preferir sua interrupção. Apresentando desse modo, subsídios para o estabelecimento de novos princípios para o agir humano não só em relação à natureza física, como também, relacionados à natureza humana.

Segundo Jonas (2006), a presença do homem no mundo torna-se objeto de dever, ou seja, existe o dever de garantir as condições para que no futuro seja possível a presença humana na Terra. Considerando o passado como uma etapa preparatória para o presente, e o presente como uma etapa preparatória para o futuro, as precauções referente às ações imediatas não serão usufruídas por seus atores, nem contemporâneos. A ética pensada pelo autor não está baseada na ideia de reciprocidade. Conforme Jonas: “[...] a ética almejada lida exatamente com o que ainda não existe, e o seu princípio de responsabilidade tem de ser independente tanto da ideia de um direito quanto da ideia de uma reciprocidade [...]” (JONAS, 2006, p.89).

Entende-se que contestar a viabilidade e a qualidade do progresso alcançado pelo homem é situar-se no território da teoria ética. Já a tentativa de retificar a maneira de pensar e as intenções implícitas na manipulação da técnica insere-se no campo da ética da responsabilidade. Em Jonas, “A responsabilidade é o cuidado reconhecido como obrigação em relação a um outro ser, que se torna “preocupação” quando há uma ameaça à sua vulnerabilidade” (JONAS, 2006, p.352).

Nesse sentido, a teoria da responsabilidade tem um aspecto objetivo e outro subjetivo, porquanto, deve lidar com o fundamento racional do dever e o fundamento psicológico da capacidade de influenciar a vontade. A eficácia do imperativo moral depende dessa condição subjetiva, visto que a responsabilidade não fixa fins, ela só pode surgir inspirada no reconhecimento e motivação de finalidades positivas. Logo, a responsabilidade “é condição da moral, mas não a própria moral”. (JONAS, 2006, p.166).

O gerenciamento dessa nova relação conjecturada pelo autor baseia-se em princípios de conhecimento e respeito às leis da natureza, a fim de assegurar a preservação do futuro da humanidade. Os fundamentos éticos tradicionais utilizados para garantir a supremacia do homem sobre a natureza e o estabelecimento de uma sociedade baseada no progresso tecnológico não contemplam essa finalidade. Isso porque a técnica empregada já não

corresponde exclusivamente a um atributo da necessidade de sobrevivência, mas a um caminho para um fim escolhido, revelado pela busca do poder.

Com o objetivo de proporcionar mudanças na concepção em que o homem deposita confiança no aparato tecnológico e na velocidade das descobertas para efetivar seus objetivos, Hans Jonas (2006) pondera sobre a ética da responsabilidade. Essa ética deve orientar a conduta das ações humanas. E, para garantir que não se torne apenas uma norma, o autor discorre sobre a utilização da política como instrumento voltado para a prática e orientações implícitas nessa nova ética.

Logo, as suas reflexões sobre o poder da técnica não implicam necessariamente numa preocupação com a natureza, entendida como o ambiente físico, mas sim, na manutenção da natureza para a sobrevivência do homem. Sendo assim, está centrada na sobrevivência da humanidade ameaçada pela Técnica, que exige então, uma ética para a utilização da técnica. Ele não discorda do fato de que a ciência é importante para o desenvolvimento do homem. Seu problema não está na ciência, mas na maneira como ela pode ser manipulada a fim de possibilitar sua aplicação prática a partir da técnica.

Além disso, sua questão principal não se restringe a afirmar que o emprego da técnica modificou e degradou a natureza física. Mas sim, o fato de a técnica estar manipulando a natureza humana, que perde o controle sobre a técnica e já não exerce a capacidade para perceber como ela tem determinado as forma de organização social e, principalmente, como ela pode acarretar perigo à existência da humanidade.

Até aqui, conjecturou-se sobre como as transformações da natureza humana foram influenciadas pelas organizações sociais e pelo desenvolvimento das ciências e da tecnologia; as implicações e os fundamentos necessários ao estabelecimento de princípios éticos para a utilização da técnica e, conseqüentemente, para as relações humanas. Na terceira parte deste estudo, são consideradas as propostas apresentadas para promover a reconciliação entre homem e natureza, bem como, beneficiar o desenvolvimento social e reencontrar a natureza humana. Nesse ínterim, as circunstâncias práticas deliberadas por Jonas para aplicação do seu princípio também são analisadas no próximo capítulo, que pondera entre outras coisas, a respeito do viés político de sua ética da responsabilidade. Estabelece-se em seguida, uma reflexão sobre os princípios éticos para orientação da técnica com base na participação democrática e na publicidade das questões ambientais.

3 ÉTICA AMBIENTAL E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

De acordo com Vera Vidal (2010), a Filosofia desempenha um importante papel dentro das discussões ambientais, seja auxiliando na elucidação dos problemas, na avaliação das argumentações, ou no desmascaramento de ideologias, podendo até mesmo influenciar nas tomadas de decisões políticas sobre o uso e sobre as relações do homem com o meio ambiente. Uma área da Filosofia que tem atuado prioritariamente neste campo é a Ética ambiental, caracterizada como um ramo da Ética aplicada.

Esse campo da filosofia surgiu a partir das reflexões de alguns eticistas sobre os problemas ambientais, quando foi observado que apenas o homem era levado em consideração nas discussões sobre ética e moral. O interesse pelos demais seres naturais, só era manifestado quando problemas nesses elementos passavam a afetar o bem-estar ou a qualidade de vida da humanidade. Sendo assim, a utilização da natureza e as manipulações técnico-científicas permaneciam fora das especulações morais e das discussões sobre questões éticas.

As proposições da ética ambiental implicam, pois, em “abordar questões sobre o valor da natureza e de seus constituintes, a relação entre meio ambiente e os homens, as obrigações morais dos humanos face ao meio ambiente” (VIDAL, 2010, p.129). Portanto, entende-se que estudos éticos sobre os problemas ambientais exigem uma axiologia de alcance mais abrangente que o da Ética tradicional.

Segundo Santos (2012), a ética diz respeito à razão e ao modo de agir, relacionando-se com os valores que cada indivíduo estabelece para si mesmo e para o outro. Desse modo, sendo a ética ambiental um ramo da ética aplicada, ela volta-se para o questionamento sobre a relação entre os homens e o meio ambiente. Analisando esta relação sob a perspectiva da ética ambiental, Santos afirma:

[...] cada indivíduo deseja e busca maximizar aquilo que lhe é útil e, por isso mesmo, valoriza mais, pouco importando o conteúdo, a relação entre custo e benefício. Talvez essa seja a razão de as questões da ética ambiental serem desconsideradas por muitos, sendo elas interpretadas pouco eficazes no ponto de vista prático e, portanto, vãs, sobretudo frente à valorização daquilo que é útil à sociedade. (SANTOS *in* SANTOS; BECKER, 2012, p. 39).

Neste sentido, ele nos apresenta um dos maiores desafios do mundo contemporâneo que seria a tentativa de agregar liberdade, utilidade e meio ambiente, estabelecendo uma

relação que possa favorecer não apenas o homem, mas contribuir para a manutenção de todas as espécies e suas relações naturais. Para o autor (2012), a relação entre homem e natureza na maioria das vezes é entendida como uma contraposição, ou seja, valoriza-se o homem, o progresso e o seu bem-estar, ou pelo contrário, enfatiza-se a proteção da natureza, afastando-a dos abusos cometidos pela Ciência e da agressividade tecnológica sobre o meio ambiente.

Sendo assim, Santos (2012) afirma que essa questão pode ser resumida em um debate em que se manifestam de um lado o antropocentrismo e do outro o biocentrismo. Porém, o papel de entender e atuar entre essas duas correntes, que ora se complementam, mas na maioria das vezes se contrapõe fortemente, não pode estar restrito apenas a ética ambiental, pois para ele, “[...] a ética como um conjunto de valores individuais, não é exclusiva a um grupo, a um povo ou raça, mas envolve todos” (SANTOS; BECKER, 2012, p. 44). Por isso, Santos (2012) defende que todas as disciplinas e saberes devem participar dessa questão, independente de qualquer posição ou ideal.

Neste segundo capítulo, passamos para a reflexão a respeito dos princípios para uma ética ambiental, baseando-se em Hans Jonas e Larrère e Larrère. Hans Jonas caracteriza-se por um discurso por vezes paternalista, pelo diagnóstico inicial da crise e pela apresentação de uma solução marcada por um caráter “salvacionista”. Larrère e Larrère fazem a análise sobre os estudos dos principais filósofos pertencentes a esta temática, correlacionando-os, apresentando os pontos fortes e os pontos críticos, para então, construir as suas proposições. Tais autores desenvolvem suas ideias concordando em alguns pontos, porém, no ápice das suas discussões Larrère e Larrère vão de encontro às medidas propostas por Jonas, principalmente no que diz respeito à heurística do medo elaborada pelo autor.

Por fim, utilizando como fontes principais os estudos de Ignacy Sachs (2000, 2004, 2009) e Enrique Leff (2006, 2009a, 2009b, 2010), além de comentadores como Camargo (2003), o conceito de desenvolvimento sustentável é aqui trabalhado, com o objetivo de primeiramente analisar como os princípios da ética ambiental são utilizados na contemporaneidade. Em seguida, compreender como os efeitos e abordagens oriundas dos princípios éticos propostos por Jonas e Larrère e Larrère penetram nas discussões sobre a sustentabilidade e no pensamento ambiental.

3.1 O PRINCÍPIO RESPONSABILIDADE E A PERSPECTIVA ÉTICA PARA A SUA RESOLUÇÃO PRÁTICA

O princípio responsabilidade será considerado em sua perspectiva prática, segundo Hans Jonas em seu livro *O Princípio Responsabilidade: Ensaio de uma ética para civilização tecnológica*. Trata-se de analisar questões como: Quem será o homem que se utilizará desse princípio e quando ele surgirá? Qual tipo de governo será mais favorável a sua aplicação? Qual o momento mais adequado para efetivá-lo? E, quais as formas pensadas pelo filósofo para pô-lo em prática, garantindo o êxito e a total aceitação por parte da sociedade? Nesta seção discutir-se-á o pensamento político do filósofo, a fim de entender em que medida tal princípio influenciou a construção do pensamento ambiental, com o objetivo de garantir a sobrevivência da humanidade no futuro.

Todos caminham para o futuro com uma determinada visão do passado e para construção de sociedades sustentáveis é importante saber se já encontramos ou não o homem do qual o futuro tratará. Nessa perspectiva, Hans Jonas (2006) afirma que a ética da responsabilidade lida com tal situação e examina a tese do “ainda não” da história precedente. O que não significa necessariamente que esse futuro seja um fim que supere o passado como uma etapa preparatória, visto que Jonas (2006) renuncia à ideia de que haja uma natureza pré-definida para o homem. Acredita que a humanidade lança-se ao futuro munida apenas do saber que possui sobre o homem, aquele apreendido com a história através da observação sobre os fatos passados. Sendo assim, o homem do futuro sempre será novo e diferente dos demais, porém, nunca o mais verdadeiro.

Para Jonas (2006), só o próprio homem pode assumir a responsabilidade de garantir os fins aos demais seres. Por ser o único capaz de ter responsabilidade, a faculdade para tal é condição suficiente para a sua efetividade, sendo que, a primeira de todas as responsabilidades do homem é garantir a possibilidade de que haja responsabilidade. Esse imperativo implica simplesmente na necessidade de garantia da existência da humanidade, que viva bem é outro imperativo, a ser pensado posteriormente.

Para assegurar essa existência, Jonas (2006) apresenta a responsabilidade paterna e a responsabilidade do Estado, correlacionando-as, pois entende que não há separação entre elas, na medida em que o Estado ao se responsabilizar pelo bem-estar do cidadão, na concepção do

filósofo, torna-se cada vez mais paternalista. Sendo assim, ele apresenta três conceitos comuns a ambas as responsabilidades: a totalidade, a continuidade e o futuro.

A totalidade quer dizer que a responsabilidade abarca o ser total do objeto, todos os seus aspectos, desde a sua existência bruta até os seus interesses mais elevados. Estabelecendo uma analogia entre o significado de totalidade para os pais e para o homem de Estado, Jonas (2006) diz que o homem público assume a responsabilidade pela totalidade da vida da comunidade, por aquilo que costumamos chamar de bem público. O poder traz consigo a responsabilidade. Essa responsabilidade se assemelha a parental na medida em que ela também se estende da existência física até os mais elevados interesses, da segurança à plenitude, da boa condução até a felicidade.

Uma representa a maior das singularidades e a outra a mais ampla generalidade. Elas interpenetram-se. Tal situação é analisada no âmbito da educação, momento em que o privado se abre para o público e incorpora-o, ou seja, o cidadão é um objetivo imanente da educação, e assim parte da responsabilidade dos pais. O Estado, por sua vez, não quer apenas receber os cidadãos já formados, quer participar da sua formação. “[...] a transmissão dos conteúdos pedagógicos é inseparável de uma determinada massa de doutrinação ideológica como capacitação para a inserção social.” (JONAS, 2006, p. 181).

Esse é um exemplo utilizado pelo filósofo para validar seu pensamento sobre a necessidade cada vez maior de intervenção do Estado em assuntos de cunho privado. Para ele (2006), a história política mostra a crescente transferência da responsabilidade parental para o Estado, de modo que tal fato tem o tornado cada vez mais “paternalista”. Por isso, o homem público crê que ele é quem mais sabe o que é melhor para “todos”, ou que ele se encontra em melhores condições para implementar o que já é um consenso na comunidade.

As assistências paternas e governamentais perduram à medida que se renovam as demandas. Para tratar dessas situações e dos resultados das suas decisões, Jonas (2006) propõe a expansão dos limites da responsabilidade, estabelecendo, então, o conceito da responsabilidade total que compreende o resultado de uma ação no contexto atual e na posterioridade, determinando previamente qual o resultado se desejaria alcançar e a que custo. Por isso, há a necessidade de entender o que conduz uma ação adiante e investigar o que a desencadeou, descobrindo a ligação do que acontece hoje com os fatos passados. Pode-se dizer que é uma responsabilidade histórica, pois, está vinculada a continuidade.

Ao utilizar o conceito da continuidade para estabelecer uma comparação por similaridade entre a responsabilidade dos pais e a responsabilidade do Estado, Jonas (2006) afirma que nesse aspecto a responsabilidade política refere-se à história da humanidade, já a responsabilidade paterna, além do horizonte da responsabilidade singular do indivíduo, é envolvida pela sua preparação para a vida em sociedade, visto que, a responsabilidade educativa é política mesmo no âmbito privado.

A responsabilidade por uma vida, seja ela individual ou coletiva, se ocupa principalmente com o futuro, sendo esse o principal aspecto da continuidade. Incluindo nesse conceito, a extensão da responsabilidade além dos limites temporais do presente, entende-se que na responsabilidade total, o futuro da existência em sua plenitude torna-se objeto da responsabilidade, juntamente com as necessidades mais próximas.

É importante salientar que, mesmo preocupando-se com a necessidade da existência humana tanto no presente quanto no futuro, não é a responsabilidade que vai determinar o suprimento de tais necessidades, ela emerge na tentativa de possibilitar tal fato. Ela pretende evitar a emergência de efeitos pelos quais o responsável não poderá responder no futuro, seja por falta de informação, ou de tempo. Conforme Jonas (2006), com a responsabilidade total ousa-se renunciar ao desenvolvimento de ações mal planejadas, ou desaconselháveis, por conta do desconhecimento sobre a totalidade dos seus efeitos, a fim de garantir o direito e o futuro daquele que ainda não existe.

O homem público, ao lidar predominantemente com responsabilidades muito mais concretas, objetiva a praticidade e a imediatividade nas suas decisões. Tratando daquilo que é mais imediato, a responsabilidade política relaciona-se com a oportunidade que deve ser aproveitada. Entretanto, faz-se necessário vincular a tais decisões que o objeto da responsabilidade humana não se limita ao imediato, mas, incube-se do todo já existente e do ainda por vir, colocando na conta do futuro anônimo somente aquilo que é genérico.

Jonas (2006) propõe a extensão dessa visão, devido à incapacidade de previsão causal das ações modernas. Nessa ampliação são considerados dois horizontes: aquele mais próximo, a partir do qual podemos calcular os efeitos de iniciativas isoladas, de forma mais ou menos hipotética; e o outro mais amplo, a partir do qual, o acúmulo de resultados impossibilita a prévia determinação de conclusões. Em outras palavras, a responsabilidade política deve considerar as características do novo contexto em que se processam as ações e seus efeitos, pois, a dinamicidade do tempo em que vivemos implica na necessidade de situar as ações segundo novos parâmetros.

O dinamismo é a marca da modernidade; ele não é um acidente, mas a propriedade imanente desta época e, até nova ordem, o nosso destino. Isso quer dizer que temos de contar com o novo, embora não possamos calculá-lo. (JONAS, 2006, p. 203)

Levando em consideração tal característica, segundo o autor (2006), a prevenção é uma postura muito mais eficaz para a responsabilidade, que a sedução de uma promessa sem o conhecimento total sobre a mesma. Mesmo o desconhecido, ou aquilo em que não se deve apostar, pode tornar-se objeto de uma política de prevenção. Sendo assim, diante de tal desconhecimento, opta-se pelo cenário do pior, pois, a profecia do mal é feita para evitar que ele se realize.

Tais questões abrangem a responsabilidade do homem público, situando-se no verdadeiro horizonte do futuro da humanidade. Dessa forma, as novas perspectivas que incluem a dimensão da casualidade integram-se à responsabilidade do homem público, ampliando o marco temporal do planejamento de suas ações de maneira considerável. Então, Jonas (2006) enumera algumas decisões necessárias, de acordo com essa nova dimensão da responsabilidade.

Sobre a política de desenvolvimento, segundo o autor (2006), não se deve permitir que o bem-estar mundial continue aumentando na média. A solução apresentada para dirimir essa questão é a estagnação de todo e qualquer tipo de desenvolvimento, pois, mesmo que houvesse a redistribuição da riqueza global já existente, de acordo com seu ponto de vista, isso não seria capaz de elevar o nível de vida das regiões mais pobres e eliminar a miséria. Para garantir a estagnação do crescimento econômico e da capacidade produtiva, ele defende a postura da advertência em relação a um mal maior porvir, acreditando no medo altruísta, em vez da esperança altruísta.

A respeito dos sistemas estatais, Jonas (2006) afirma que o fato de o sistema liberal ser preferível por motivos morais a um sistema não livre, isso não lhe garante nenhuma durabilidade, pois, é essa mesma liberdade que possibilita a sua degeneração. Sendo assim, para ele,

[...] só a alternativa não-liberal pode realizar-se sem concessões interna e de forma “plena” (e, de preferência, de forma imutável), todo utopismo que se preze deve apostar as fichas nessa alternativa. Ele precisa se decidir contra o indivíduo e a favor do coletivo (e assim por diante), ou seja, por aspectos que segundo outra óptica, são absolutamente imperfeitos. (JONAS, 2006, p. 280-281)

Contrário ao capitalismo, por acreditar que neste sistema a sociedade encontra-se condenada a exploração e ao empobrecimento crescente, o autor (2006) apresenta sua argumentação favorável ao desenvolvimento de uma sociedade sem classes, a partir das quais não mais se estabeleceriam circunstâncias constrangedoras e deformantes. Nessa sociedade, seriam apresentadas as situações favoráveis ao surgimento de uma verdadeira natureza humana.

Para acabar com uma sociedade de classes, ele propõe um nivelamento social por baixo, ou seja, elevação dos níveis mais baixos e rebaixamento daqueles muito altos. Isso implicaria na necessidade de redução da capacidade produtiva, ou seja, em um problema prioritariamente político e de difícil negociação. Para solucioná-lo, afirma sua postura a favor de um estado autoritário e paternalista, contra a liberdade de decisão presente nas sociedades democráticas.

Com relação à dificuldade de consenso sobre a necessidade de redução da produção industrial, Jonas diz: “[...] eu acredito que a solução está nesse caminho, se possível de forma voluntária; se necessário, forçada” (JONAS, 2006, p. 294). “Em algum momento esse problema forçará a própria concepção de progresso a substituir os objetivos expansionistas na relação do homem com o ambiente por objetivos homeostáticos [...]” (JONAS, 2006, p. 295). E então, em uma sociedade sem classes, a tecnologia liberta da irracionalidade da economia do lucro não acarretará os atuais perigos.

Em uma sociedade voltada para a economia do lucro, as necessidades de limites só se tornam perceptíveis quando os efeitos nocivos começam a afetar os ganhos e a superá-los, arrastando o sistema para uma catástrofe humana. Segundo o autor “A natureza como tal não conhece nenhuma catástrofe” (JONAS, 2006, p. 301), referindo-se a natureza física, externa ao homem. Além disso, a humanização da natureza tende a encobrir a sua subjugação pelo homem, com vistas à total exploração, alienando tanto a natureza quanto o homem.

Ao princípio da esperança, caracterizado pela livre condução dos fatos mediante a crença em um futuro melhor, Jonas (2006) contrapõe o princípio responsabilidade, acreditando que o medo pertence à responsabilidade tanto quanto a esperança. Sendo que, o medo é hoje mais necessário do que foi em tempos passados, por conta da dinamicidade característica da contemporaneidade.

Tal medo não se refere à incerteza. É um medo que segundo o filósofo (2006) possibilita assumir a responsabilidade pelo desconhecido, dado o caráter incerto da esperança.

“O medo que faz parte da responsabilidade não é aquele que nos aconselha a não agir, mas aquele que nos convida a agir. Trata-se de um medo que tem a ver com o objeto a responsabilidade.” (JONAS, 2006, p. 351). Ou seja, o temor é favorável à preservação do objeto, as ações devem estar voltadas para esse fim.

Para o autor, o medo está presente em qualquer situação que dê início a uma responsabilidade ativa, com a finalidade de prever as consequências de uma ação negligente. Sendo assim, “A teoria ética precisa tanto da representação do mal quanto da representação do bem, e mais ainda quando este último se tornou tão borrado ao nosso olhar, necessitando ser ameaçado pela antevisão de novos males, para ganhar alguma nitidez.” (JONAS, 2006, p. 352). A única esperança na qual o autor se apoia é aquela de evitar o mal.

Diante de toda essa análise, o autor apresenta o paradoxo da situação atual: “[...] precisamos recuperar esse respeito a partir do medo, e recuperar a visão positiva do que foi e do que é o homem a partir da representação negativa, recuando de horror diante do que ele poderia tornar-se, ao encararmos fixamente essa possibilidade no futuro imaginado.” (JONAS, 2006, p. 353). Para ele, somente o respeito recorrente do medo protegeria o homem da destruição do presente em nome do futuro.

Após apresentar um diagnóstico inter-relacionando questões sociais, ambientais, econômica e políticas, no qual retrata o problema da escassez de alimentação e de matérias-primas, o problema energético, e o problema térmico, Jonas (2006) declara que essas questões têm sido continuamente abafadas pelo desejo de sucesso imediato. “[...] a voz da prudência ao longo do tempo teve muito mais dificuldade em ser ouvida do que no caso das ameaças de aniquilamento referentes ao uso militar e violento, nas quais o pavor coletivo veio ajudar” (JONAS, 2008, p. 308). Mais uma vez o autor reafirma sua ideia sobre a instauração de um pavor coletivo voltado para o disciplinamento das ações humanas.

Desse modo, justifica a necessidade do culto ao medo do pior, e a valorização do uso da força em busca de um futuro melhor para toda humanidade. Nesse ínterim, Jonas (2006) manifesta uma leve esperança nos poderes de sedução a favor do bem supremo, assim como, na fé incondicional voltada para a necessidade de redução da produção, a favor da vida humana e do meio ambiente. Entretanto, acredita que todas as apostas insensatas nos prognósticos técnico-científicos conduzem o homem à incerteza sobre a sobrevivência da humanidade, “Caso não se recue diante dos meios violentos e monstruosos necessários a tal [...]” (JONAS, 2006, p. 308).

Em uma tentativa de justificar o rumo paternalista e autoritário que vigora na aplicação prática da sua argumentação, Jonas (2006) afirma que independente do modo como as atitudes sejam manifestadas, o que importa é possibilitar a continuidade da vida humana e sua essência natural, bem como, da natureza física, da melhor forma possível. Pois, entende que os males oriundos da degradação do patrimônio físico natural estendem-se proporcionalmente aos seus herdeiros. Impedir que esse quadro seja efetivado significa assumir a responsabilidade pelo futuro do homem.

Além disso, o filósofo compartilha do pensamento antropocêntrico, quando ele afirma que a natureza conserva a sua dignidade e contrapõe-se ao poder humano, e “Quando a luta pela existência frequentemente impõe a escolha entre o homem e a natureza, o homem, de fato, vem em primeiro lugar.” (JONAS, 2006, p. 229). Por isso, proteger o futuro da humanidade é o primeiro dever, o qual inclui o futuro da natureza unicamente por ser a condição para efetivá-lo.

A partir da sua exposição sobre a capacidade técnica e o poder atribuído ao homem ao manipulá-la, Jonas encaminha suas proposições para a conclusão de que a união do poder com a razão trouxe consigo a responsabilidade. “O poder e o perigo revelam um dever [...]” o de proteger a humanidade e a natureza, independente do consentimento de todos os indivíduos existentes ou daqueles que ainda estão por vir.

Ele argumenta que as intervenções técnicas do homem prejudicaram a capacidade de autorregulação da natureza ocasionando perigo não só a natureza física como, principalmente, à sobrevivência da espécie humana. Porém, afirma que é dessa mesma situação que emerge uma solidariedade revelada pelo perigo que ambas correm, conclamando o homem a defender a natureza para além dos seus aspectos utilitários. Sendo assim, entende-se que é da situação de crise que aflora o entendimento sobre o perigo que se corre, e sobre a necessidade de uma nova perspectiva.

Apesar de reconhecer a importância das decisões tomadas em momentos de crise, o autor as caracteriza como um dever imposto ao homem, surgido de uma ameaça, portanto, teria um aspecto prioritariamente impositivo e autoritário. Justificando que “Nascido do perigo esse dever clama, sobretudo, por uma ética da preservação, da prevenção e da proteção, e não por uma ética do progresso ou aperfeiçoamento.” (JONAS, 2006, p. 232). Tal característica transforma-se no aspecto mais controverso da ética proposta pelo autor, pois, ao tempo em que seus diagnósticos e conclusões tornam-se cada vez mais pertinentes desde os avanços técnico-científicos da modernidade, as medidas e imposições práticas para o

desenvolvimento de seu pensamento tomam rumos autoritários e pouco educativos voltados à adesão forçada dos seus princípios.

Em momento algum, o autor enfatiza a necessidade de divulgação e debate democrático sobre os problemas proeminentes e as soluções mais adequadas para resolvê-los, sob o ponto de vista da sociedade que os sente de forma mais próxima. Pelo contrário, ele acredita que tal situação, característica do Estado liberal, inibe o seu poder de decisão, além disso, estará sempre voltada para os interesses da economia do lucro. Logo, entende-se que o Estado, em seu papel de defensor dos interesses do homem e da vida em sociedade, é quem deve tomar as decisões de forma autoritária e paternalista, em defesa da vida humana e convivência harmoniosa com o meio ambiente, protegendo-o para as gerações que estão por vir.

3.2 O PRINCÍPIO PRECAUÇÃO E A SUA ANÁLISE SOCIOAMBIENTAL ORIENTADA PARA O DEBATE DEMOCRÁTICO

Baseando-se no princípio responsabilidade de Hans Jonas, e na análise sobre os autores que se situam no campo da ética ambiental, Larrère e Larrère em seu livro *Do bom uso da natureza*, ao desenvolverem suas construções teóricas, fazem uma análise crítica sobre o pensamento de tais autores e elaboram suas proposições, culminando no princípio precaução. Nesta seção será apresentada, principalmente, a contraposição que os autores fazem ao princípio responsabilidade de Jonas, a fim de expor a influência do autor nas discussões atuais, bem como, as disparidades presentes na aplicação prática dos seus princípios e a construção coletiva e democrática do pensamento ambiental de Larrère e Larrère.

Jonas introduziu a ideia de responsabilidade pela natureza perante as gerações futuras. Com o lançamento do seu livro, em 1979, ele fez um apelo a uma nova definição de responsabilidade, considerada como um compromisso de futuro baseado na ideia de não reciprocidade. Desse modo, centrava seu pensamento nos seguintes pontos: condição global da vida humana, futuro longínquo, existência da espécie.

A partir desse panorama geral, Larrère e Larrère (1997) caracterizam a importância da obra de Jonas em seu contexto histórico e apresentam críticas às soluções ora preconizadas pelo filósofo. O principal motivo da crítica dos autores à proposta de Jonas é o caráter

autoritário de suas ações, visto que as soluções por ele elaboradas preocupavam aqueles que se interessavam pelo meio ambiente. Além disso, mostram-se contrários aos procedimentos e as justificativas utilizadas pelo filósofo para informar suas medidas, as quais visavam estabelecer uma heurística do temor.

Durante os primeiros anos da publicação de Jonas não havia um consenso a respeito da crise ambiental, por isso, seu pensamento não recebeu a atenção devida. No entanto, a globalização transformou a recepção da sua obra. Segundo os autores: “[...] quando nosso poder técnico crescente revela ao mesmo tempo a fragilidade das condições naturais de que ele depende para continuar e as ameaças que elas fazem pesar sobre nós, começa-se a ouvir Jonas” (LARRÈRE; LARRÈRE, 1997, p. 266).

O caráter impactante do pensamento de Jonas está nas proposições sobre a necessidade de intervenções imediatas diante do descontrole e autogestão para o uso da técnica, bem como, na sua declaração sobre a importância de agir de forma precavida diante da incerteza de um futuro pior. Apresentando a justificativa de que a espera poderia tornar ineficaz qualquer medida técnica, estabelece uma crítica a utopia técnica de apropriação do mundo. Além disso, ele elabora seu pensamento para mostrar que tal solução só poderá ser encontrada em uma ética baseada na reflexão sobre o agir humano.

Em sua obra, Jonas tenta estender à natureza uma preocupação que ficou circunscrita às comunidades humanas, pois, até certo ponto, as ações humanas perturbavam a natureza apenas superficialmente. Porém, quando o poder e a capacidade técnica da humanidade intensificaram essa relação, tornando-a perigosa para o próprio homem, surgiu a necessidade de uma nova dimensão de responsabilidade.

A concepção de tal responsabilidade ordena-se para o homem, pois, segundo Jonas (2006), este é o único ser capaz de desencadear uma catástrofe que só existe para ele, considerando que a natureza desconhece catástrofes. Segundo Larrère e Larrère (1997), tal pensamento de Jonas caracteriza-se pela separação entre a humanidade e o resto da natureza, sendo difícil imaginar uma catástrofe na qual desaparecesse apenas a espécie humana. Nota-se, então, mais um ponto de divergência entre o pensamento dos autores e o pensamento de Jonas.

Como não é possível obter conhecimento sobre todos os futuros efeitos das ações humanas atuais, a ética deve intervir no lugar da ciência. É a partir dessa ideia que Jonas desenvolve seu pensamento sobre a heurística do medo. Sendo que, há uma obrigação de

saber, e quando isso não é possível, deve-se controlar e não desenvolver o nosso poder, porquanto não se pode arriscar a sobrevivência da humanidade.

Para os autores (1997), Hans Jonas raciocina com lucidez, no entanto, a proposta apresentada não coincide com a sua postura ética. Pois, a heurística do medo de Jonas antecipa a catástrofe retirando toda a capacidade para informar ações precisas, incidindo apenas no alcance negativo das ações humanas.

As proposições críticas de Larrère e Larrère (1997) contrárias ao princípio responsabilidade de Jonas (2006) são elaboradas mediante a tentativa ineficaz de conciliar a heurística do medo com o debate público e o conhecimento científico. Os autores afirmam que a ambiguidade presente na obra de Jonas se deve ao fato de que mesmo denunciando a utopia técnica, ele continua preso a ilusão do poder total, acreditando na capacidade técnica para controlar todas as ações humanas a partir de uma previsibilidade programada. Então, “Procurando substituir a ciência pela ética, mantém sua separação.” (LARRÈRE; LARRÈRE, 1997, p. 267). E, além disso, exclui o debate público das decisões, substituindo-o pela aterrorização sobre uma catástrofe natural da qual todos deveriam proteger-se para evitar o pior, seguindo as recomendações científicas estipuladas sem hesitar.

Para eles (1997) tal ideia é incomoda, principalmente por se tratar de um princípio político. O medo em Jonas é mantido “[...] da mesma forma que se ameaçam os crentes com os horrores do inferno, já que não é possível incliná-los directamente para o bem.” (LARRÈRE; LARRÈRE, 1997, p. 274). Caracterizando a ética da responsabilidade como uma ética religiosa, da abstinência e do sacrifício, e não como uma ética da moderação. Bem como, medindo a responsabilidade pela extensão do poder e não pelos seus limites, para os autores (1997), Jonas continua prisioneiro da ilusão da onipotência da modernidade.

Desse modo, o ponto fraco exposto pelos autores sobre o encadeamento das ideias de Jonas, seria a dificuldade de se estabelecer tal ética no campo político, pois ela não se presta ao debate democrático. Afirmando que “Jonas não acredita na capacidade das democracias para se libertarem dos seus interesses presentes, para preverem a ameaça e imporem a si mesmos a obrigação provinda do futuro” (LARRÈRE; LARRÈRE, 1997, p. 275). Ele ignora a racionalidade argumentativa. Para tal posicionamento autoritário, os autores acreditam que a justificativa seria uma deficiência de Jonas relacionada à compreensão política.

A partir da análise sobre o pensamento de Jonas e seu princípio ético da responsabilidade, Larrère e Larrère (1997) apresentam o princípio da precaução, fortalecido a

partir das críticas ao pensamento de Jonas. O princípio precaução é impulsionado perante a ausência de certezas cientificamente estabelecidas, fornecendo a autoridade filosófica necessária para a tomada de decisões.

Para explicá-lo os autores apresentam duas versões. Na primeira, a versão forte, a ideia de precaução é um critério absoluto, instituindo-a como uma regra da abstenção. Como consequência, tem-se a paralisação das atividades existentes e o desencorajamento à inovação. Na segunda, a versão fraca, o princípio precaução é um critério parcial, que abre espaço ao debate público, a deliberação e aos processos de justificação. Sendo assim, para o estabelecimento de medidas são comparados os custos e as vantagens. Afastando-se do cenário único caracterizado pela profecia da desgraça, que surge como o portador de todos os remédios.

Exigir um respeito pela natureza baseado no temor é ineficaz quando se pensa em “[...] estabelecer pelo debate público as regras que é justo que a sociedade imponha a todos os membros”. (LARRÈRE; LARRÈRE, 1997, p. 279). Contra a imposição e a heurística do medo, os autores defendem a necessidade da negociação. Através do debate junto ao público, eles objetivam a hierarquização das ações baseando-se no tempo que resta para as decisões. Não buscam uma trajetória única e ideal. Com esse procedimento, acreditam que se institui um tempo coletivo para aprendizagem, conhecimento dos fenômenos e criação de técnicas de proteção.

Entende-se, então, que o objetivo não é encontrar uma solução perfeita de maneira técnica e institucionalizada, mas, sim, organizar os processos de decisão dentro do tempo disponível, prezando acima de tudo pela informação, participação e opinião pública, ou seja, pela aprendizagem coletiva. Utilizando-se do pensamento de Hourcade os autores afirmam que o objetivo do longo prazo é “[...] organizar os processos pelos quais se poderá discutir racionalmente aquilo que a razão não pode decidir a tempo, isto é, projectos, éticas ou enigmas científicos não resolvidos.” (LARRÈRE; LARRÈRE, 1997, p. 280).

Baseando-se no modelo do debate público para propor o princípio de precaução, os autores defendem que a razão deve sobrepor-se ao medo. Concluindo que tal princípio apresenta-se muito mais adequado ao espaço político da democracia. O propósito de Larrère e Larrère (1997) é evitar a qualquer custo aplicações absolutistas ao andamento das atividades sociais através das articulações entre prudência, política e ciência. Tal posicionamento, além de prevenir os riscos, minimiza a insegurança oriunda da falta de informação por parte da população.

Quanto à participação da população em contraposição à ciência e à política moderna, os autores defendem uma concepção muito mais política da aplicação do princípio de precaução, através de um pluralismo verdadeiro, da participação de instâncias heterogêneas e em diferentes níveis. Defendendo que, a partir do conflito e das pressões é que surgem as melhores formas de se extrair soluções positivas e autênticas.

E, principalmente, o princípio da precaução não se encerra na pura e simples interdição das ações e paralisação das atividades. Através da inversão do ônus da prova, ele introduz mecanismos que permitem ultrapassar tal processo devido ao estímulo ao desenvolvimento dos conhecimentos. “É isso que visa a inversão do ônus da prova: obrigar os organismos de investigação – de biologia complementar por exemplo – a complementarem a sua ciência potencialmente destruidora por meio de investigações nas ciências que reparam.” (LARRÈRE; LARRÈRE, 1997, p. 283). O objetivo não é a imputação de culpa a fim de paralisar as atividades econômicas e técnicas, mas sim, obrigar a conhecer o que na maioria das vezes não se procura saber, ou seja, impor a obrigação de saber sobre a dinâmica dos efeitos indesejados a longo prazo.

É-se deste modo levado a uma crítica social e a um controlo político do liberalismo, que permite gerir as transições, mas também estimular um desenvolvimento diversificado dos conhecimentos e das técnicas. A precaução nem sempre se faz à custa da inovação: o conservadorismo e a audácia não estão sempre do lado que se julga. (LARRÈRE; LARRÈRE, 1997, p. 284).

A precaução encontra-se aberta à informação, ao conhecimento, às mudanças, às decisões contrárias ao posicionamento predominante. Segundo os autores (1997), é através da superação do comodismo que preserva a ordem estabelecida que se encontram as luzes, como também, estão aqueles que ousam saber.

Jonas situa-se entre os autores que abriram o debate sobre o futuro da humanidade, a partir da noção de solidariedade com as gerações futuras. Entretanto, Larrère e Larrère (1997) afirmam que, ao se tomar em consideração as gerações futuras, deve-se apreendê-las nas suas sucessões e diferenças. “Ao cruzar deste modo a sincronia da nossa inserção na natureza com a diacronia da sucessão das gerações, tem-se em conta a acção do homem na natureza.” (LARRÈRE; LARRÈRE, 1997, p. 287).

Sobre a natureza que se pretende transmitir de geração para geração, os autores (1997) pensam numa natureza na qual o homem participa, que é organizada por ele, mas que também o moldou. Não há como se transmitir um quadro natural estático, são transmitidas paisagens

as quais o homem sente-se ligado por laços estéticos, sentimentais e morais. Tendo em vista essa questão, eles relacionam a noção de patrimônio com transmissão da natureza às gerações futuras.

Patrimonializar um bem implica em subtraí-lo às leis de troca e de mercado. Porém, analisando a relação entre patrimônio e bem comum, percebe-se que eles se apoiam em ideias divergentes. O patrimônio pode ser mantido de forma autoritária, e quando necessário baseando-se em uma única identidade, permitindo ao seu titular salvaguardar a sua autonomia e adaptar-se a um futuro previsível. Já o bem comum é garantido através da negociação e acesso equitativo de todos, insistindo-se no uso do objeto mediante sua indivisão.

Larrère e Larrère (1997) interpretam o impacto dessas definições no pensamento de Jonas, analisando o tipo e a forma de natureza que se pretende transmitir às gerações futuras e sobre quais critérios. Pois, a igualdade e a universalização no tratamento dispensado a preservação da natureza consistem em apagar as diferenças de posicionamento da humanidade entre as gerações presentes e as futuras. Para os autores (1997), isso implica que cada geração deve transmitir a seguinte os bens acumulados sem nunca os consumir, o que se transmite para as gerações futuras não são liberdades de fato, mas obrigações. Os riscos e os danos irreversíveis constituem uma obrigação imposta às gerações futuras, limitando a liberdade de ação.

De acordo com Larrère e Larrère (1997), as normas que contém o imperativo de Jonas tornam-se abstratas à medida que não definem uma escala temporal, social, e nem mesmo a extensão do saber. Sendo que tais precisões apresentam-se como necessárias, quando se trata de impor normas positivas. Por isso, na tentativa de determiná-las temporal e socialmente, os autores pensam na situação local como condição, e ao mesmo tempo, no afastamento da heurística do medo.

A partir do pensamento de Birnbacher, Larrère e Larrère (1997) utilizam-se de dois conceitos. O primeiro distingue o horizonte dos nossos atos, *Wirkwelt* (mundo da ação), e o segundo, o conhecimento que possamos ter do mundo que deste modo transformamos, *Merkwelt* (mundo do notável).

Agir tecnicamente hoje, significa transformar o nosso *Merkwelt* num *Wirkwelt*, que se torna, por essa razão, um *Machtwelt*, o mundo da nossa força, do nosso poder, e, assim, o *Merkwelt* é principalmente um mundo visto de maneira neutra, uma natureza desprovida de valor próprio. (LARRÈRE; LARRÈRE, 1997, p. 294).

A tecnologia contemporânea é a ciência convertida em poder, conforme os autores, essa é a justificativa para a afirmativa de que os problemas nascidos da técnica devem ser resolvidos por meio de soluções técnicas. Entretanto, a ciência apenas informa a técnica, não lhe impõe normas, é por isso que a técnica torna-se um processo ilimitado.

A ética visa regular o *Wirkwelt* com a ajuda do *Merkwelt*. “Precisamos de articular a actividade técnica (que reconverte o *Merkwelt* em *Wirtwelt*) com o esforço ético (que regula o *Wirkwelt* pelo *Merkwelt*).” (LARRÈRE e LARRÈRE, 1997, p. 295). A limitação da ação técnica não considera o agir humano de maneira isolada, mas sim, situado na natureza. O que implica em reconhecer a ação do homem na natureza e não só sobre a natureza. Com isso Jacob Von Uexkull “[...] caracteriza a maneira como os seres vivos percebem e agem no seu *Umwelt*, isto é, no seu meio natural, no seu meio ambiente.” (LARRÈRE; LARRÈRE, 1997, p. 296).

Com base em tais proposições a relação que os autores (1997) estabelecem é a de co-pertença, passando da separação ao apego. Aflorando o sentimento de que homem e natureza estão próximos e são afetados mutuamente.

[...] é possível mostrar que o *Merkwelt* que dirige nosso *Wirtwelt* na nossa maneira de nos situarmos, e de viver, num *Umwelt* é na verdade um mundo notável, porque é um mundo valorizado e não só um mundo percebido de forma neutra. (LARRÈRE; LARRÈRE, 1997, p. 296).

Logo, diferentemente do pensamento antropocentrista de Hans Jonas, Larrère e Larrère são adeptos do ecocentrismo. Para os autores (1997), a ética ecocentrada fundada na relação de pertença é uma ética que não implica apenas em uma representação científica do mundo, mas sim, numa maneira de nele situar o homem e suas relações sociais, baseando-se na valorização da natureza. Por isso, não se restringe a modificações normativas, mas favorece, principalmente, mudanças comportamentais.

3.3 O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E AS DIFERENTES MANIFESTAÇÕES ÉTICAS IMPLÍCITAS EM SEU DISCURSO

O princípio responsabilidade, bem como o princípio precaução subsidiam as discussões sobre ética ambiental, sendo por isso, encontrados nas considerações sobre meio

ambiente e desenvolvimento sustentável. No entanto, eles são apenas fundamentos, e oferecem margem para uma ampla variedade de ações que devem considerar os elementos culturais, espaciais e temporais em seu desenvolvimento.

Questões relacionadas às preocupações com o futuro da humanidade, qualidade de vida e qualidade ambiental estão interligadas e inseridas nas discussões sobre meio ambiente. Relacionando-se com as alternativas e viabilização de uma nova postura para homem, no que se refere à maneira como percebe a si, a sua relação com os outros e com a natureza.

Analisando os principais aspectos na trajetória de construção do conceito “desenvolvimento sustentável” e a viabilidade prática da sua aplicação, consideram-se como fonte principal as ideias de Ignacy Sachs, além do estudo de Camargo sobre a temática. Em seguida, para compreender como se situa o pensamento ambiental na construção deste conceito, utilizamos as ponderações de Enrique Leff.

De acordo com Camargo (2003), a Conferência de Estocolmo, realizada em 1972, foi a primeira a estabelecer um amplo debate sobre a relação entre desenvolvimento e meio ambiente. Em 1973, Maurice Strong utilizou pela primeira vez a palavra “ecodesenvolvimento”, mas foi Ignacy Sachs quem formulou seus princípios básicos. Segundo Camargo (2003), a teoria formulada para o ecodesenvolvimento deslocava o problema do aspecto quantitativo, e passava a analisar a qualidade do crescimento econômico.

O ecodesenvolvimento foi pensado por Sachs (2009) com objetivo de desenvolver a confiança dos países em suas potencialidades, estimulando-os a produzir e a comercializar o seu diferencial. O autor não toma a degradação ambiental de forma isolada, mas através da questão social. Assim, os parâmetros e o rumo para o desenvolvimento considerariam a divisão dos benefícios e a negociação dos prejuízos socioambientais, à medida que o progresso estaria baseado na autenticidade dos planejamentos e ações.

Sachs (2009) desenvolve seu pensamento manifestando a relação intrínseca entre desenvolvimento humano e preservação ambiental. Ele entende que o meio ambiente deve ser tratado a partir do contexto cultural das localidades. Portanto, percebemos que suas premissas para o desenvolvimento não analisam a questão ambiental como um problema que deva ser solucionado de maneira isolada.

Sobre o ecodesenvolvimento, Leff (2009a) afirma que suas estratégias tinham como objetivo promover novos tipos de desenvolvimento baseado nas condições e potencialidades dos ecossistemas e no manejo prudente dos recursos. Porém, essas propostas foram traçadas

no momento em que as teorias de dependência e o desejo de modernização orientavam o planejamento dos “países subdesenvolvidos”. Então, as estratégias de resistência foram dissolvendo seu potencial crítico e transformador. Até que o discurso do ecodesenvolvimento caiu em desuso e foi suplantado pelo desenvolvimento sustentável.

O termo “desenvolvimento sustentável” foi introduzido na década de 80. Segundo Camargo (2003), pesquisadores anglo-saxões iniciaram a substituição do termo ecodesenvolvimento por desenvolvimento sustentável. O novo termo foi consolidado na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, a Rio-92. Nessa conferência foram estabelecidas as bases para alcançá-lo em escala global.

Ignacy Sachs (2000) foi quem formulou as dimensões a serem compartilhadas por todas as estratégias de planejamento para o desenvolvimento sustentável, sendo elas: a sustentabilidade social, baseada na equidade e distribuição dos recursos materiais, e dos direitos, a fim de diminuir a distância entre os padrões de vida; sustentabilidade econômica, a favor da alocação e a gestão mais eficiente dos recursos, reduzindo os custos sociais e ambientais; a sustentabilidade ecológica, aumentando a capacidade dos recursos naturais, limitando a utilização dos recursos não renováveis ou prejudiciais ao meio ambiente, e intensificando a pesquisa por tecnologias limpas; a sustentabilidade espacial, voltada a configuração rural-urbana mais equilibrada; a sustentabilidade cultural, através de modelos de desenvolvimento endógenos, respeitando as tradições culturais e a pluralidade das soluções particulares; a sustentabilidade política, por meio da negociação a respeito das decisões e interesses envolvidos.

O discurso do desenvolvimento sustentável pretendia amenizar as disparidades proclamadas entre desenvolvimento econômico e meio ambiente. Fazendo uma crítica ao termo, Leff diz que “... seu intuito não é internalizar as condições ecológicas da produção, mas proclamar o crescimento econômico como um processo sustentável...” (LEFF, 2009a, p. 26).

Guardadas as controvérsias em relação às disparidades ou semelhanças entre os conceitos, o desenvolvimento sustentável estabeleceu-se baseado no ecodesenvolvimento, e constitui a mobilização de esforços em três sentidos, de acordo com Sachs (2002): identificação e desenvolvimento de alternativas sustentáveis de recursos da biomassa e renda; envolvimento das pessoas que vivem nas imediações das áreas protegidas, nos planos de conservação e na gestão da área; incentivo a conscientização da comunidade local quanto ao

valor e a necessidade de proteção da área, e sobre os padrões de sustentabilidade para um crescimento apropriado.

Requer, portanto, um planejamento local participativo em um nível que englobe principalmente as autoridades, comunidades e associações de cidadãos. Dessa forma, envolve os postulados éticos do Estado, da sociedade e das empresas. Cada um desses protagonistas baseia-se em princípios que na prática encontram dificuldades para conciliação. Pois, o desenvolvimento segundo Sachs (2009), é um conceito que durante sua construção é influenciado de maneira diversificada pelo tempo e espaço, incorporando conjunto de valores dos diferentes setores e atores sociais que fazem parte da sua construção.

O termo ainda é utilizado como sinônimo de crescimento ilimitado e progresso. A noção implícita é a de que as sociedades podem progredir indefinidamente. Porém, o desenvolvimento sustentável considera que o crescimento econômico é apenas um dos seus fatores, e não pode ser tomado como condição única. Sachs (2009) reserva ao termo “desenvolvimento”, somente às soluções que conseguem incluir os três aspectos por ele desenvolvidos, devendo corresponder ao mesmo tempo a “um crescimento econômico sustentado, socialmente inclusivo e em harmonia com o meio ambiente”. (SACHS, 2009, p.329)

Para alcançá-lo as soluções devem ser planejadas e executadas de acordo com as ferramentas e técnicas disponíveis, soluções autênticas que possibilitem a inserção da comunidade local nas decisões e benefícios. Sobre a sustentabilidade, de acordo com o autor, “Suas finalidades são sociais e éticas, mas ela integra as condicionalidades ecológicas e busca a viabilidade econômica como meio para que as coisas se façam”. (SACHS, 2009, p.330)

Em meio à diversidade de abordagens e interpretações a respeito do desenvolvimento sustentável, Camargo (2003) afirma predominar o espírito de responsabilidade comum e a apresentação de alternativas aos modelos tradicionais de desenvolvimento. Em sentido amplo, a concepção de desenvolvimento sustentável tem como objetivo promover a harmonia entre os seres humanos e entre a humanidade e a natureza.

Porém, a tendência é considerar o desenvolvimento sustentável dentro do sistema de mercado, o que gera controvérsias fundamentais sobre sua possibilidade e eficiência. Esse contexto favorece um ambiente de discussões a respeito do que deve prevalecer, o que deve ser sustentado e o que deve ser desenvolvido. As possibilidades variam a depender de quem e em que esfera estão sendo discutidas.

Sachs (2002) afirma que se deve ter o cuidado de evitar a atribuição de valores comerciais aos recursos naturais e culturais. Chamando a atenção para a comercialização dos serviços ambientais que são transformados em recursos financeiros pelo homem. Pois, os recursos preservados com finalidade econômica acabam sendo valorizados em detrimento de outros serviços socioambientais importantes para o ecossistema, mas que não possuem um retorno econômico imediato para o homem.

De acordo com o autor, o conceito de recurso é cultural e histórico. Para ele, “É conhecimento, pela sociedade, do potencial do seu meio ambiente. O que é recurso hoje, ontem não era [...]” (SACHS, 2002, p. 70). Dessa forma, percebe-se que a preservação de espaços naturais é valorizada pelo homem, de acordo com o objetivo e função dos seus recursos para a sociedade em um determinado momento.

Além dessas discussões, o desenvolvimento sustentável conseguiu abrir espaço para um questionamento radical sobre as necessidades de consumo. Camargo (2003) considera que para sua implementação é fundamental a redefinição das necessidades de modo geral, seja a nível social, psicológico ou material. O problema está no fato de que, em relação às necessidades, as sociedades diferem muito entre si, variando até entre os setores de uma mesma sociedade. Dessa forma, a defesa da unidade de pensamento para o alcance da sustentabilidade dificilmente será acatada. A opção viável, segundo a autora, seria a construção de uma variedade de sociedades sustentáveis, que podem seguir diferentes caminhos, desde que sejam adequadas as suas características e realidades específicas.

As questões fundamentais a respeito do desenvolvimento sustentável são, segundo a autora (2003): o bem-estar humano, o meio ambiente e o futuro. No entanto, essa interdependência entre os homens, e entre o homem e o meio ambiente não é uma relação que possa ser forçada. É, antes de tudo, um processo que para garantir o sucesso, precisa ser norteado por uma nova consciência.

O pensamento ambiental elabora um conjunto de princípios que sustentam uma teoria alternativa para o desenvolvimento. Conformando-se como uma perspectiva holística e integradora do mundo, na tentativa de reincorporar os valores da natureza e da democracia participativa às novas formas de organização social. Fundamentando-se em novas práticas de uso integrado dos recursos, e extensão das discussões sobre os impactos antrópicos à problematização das relações sociedade-natureza. Nas suas discussões a respeito do meio ambiente, Enrique Leff não se limita às reflexões sobre o modo de produção ou sobre os

paradigmas do conhecimento. Mas, estimula a compreensão da situação sob a perspectiva de uma crise de racionalidade da modernidade.

Dentro da racionalidade econômica, a tecnologia estabelece a relação de eficácia entre conhecimento e produção, determinando a produtividade dos meios e da força de trabalho, excluindo desse processo o homem e a natureza. A conexão entre o social e o natural ficou limitada as tentativas de internalizar normas ecológicas às políticas de desenvolvimento econômico, desconsiderando análises sobre os conflitos sociais e políticos que atravessam o campo ambiental.

A degradação socioambiental e a espoliação dos recursos naturais são consequências de um modelo de progresso e modernização, regido pelo predomínio da razão tecnológica em detrimento da natureza. Como alternativa à situação, o conceito e as potencialidades do meio ambiente têm sido analisados a partir de uma nova dimensão, na tentativa de torná-lo favorável ao desenvolvimento humano. Dessa forma, para Leff (2009a), o meio ambiente é entendido e apresentado como um potencial a fim de reintegrar os valores da natureza, as externalidades sociais, além dos saberes excluídos pela racionalidade mecanicista e fragmentadora, que conduziu esse processo de modernização.

Além disso, em suas considerações, Leff (2009b) afirma que o pensamento econômico, a partir da perspectiva ambiental, suscita uma contradição entre conservação e desenvolvimento, e, sob a perspectiva social, provoca o conflito entre crescimento e distribuição. Então, o propósito de acabar com a desigualdade social não pode ser alcançado quando dissociado da análise sobre o processo de degradação ambiental. Para ele:

[...] as políticas macroeconômicas ambientais do Estado, para internalizar as externalidades ambientais do sistema produtivo no seu conjunto, não podem existir sem uma política social de meio ambiente. Não se trata de uma política de assistência para minimizar a marginalização, atender o desemprego e reduzir a pobreza gerada pelo sistema produtivo, mas para transformá-lo num paradigma produtivo, sustentável, mediante a gestão ambiental participativa da sociedade. (LEFF, 2009b, p.190)

As raízes da sustentabilidade situam-se no nível local da comunidade e do município, onde são definidas as condições ecológicas, políticas e culturais do desenvolvimento. Uma política voltada para a sustentabilidade deve estabelecer como objetivo o fortalecimento das comunidades, para fazer surgir, a partir do conhecimento social local, a construção de modelos socioeconômicos alternativos. A fim de “[...] construir um novo paradigma produtivo que integre a natureza e a cultura como forças produtivas.” (LEFF, 2009b, p.193).

Nessa perspectiva, ao analisar o discurso ambientalista, entende-se que ele está inserido “numa estratégia de mudanças tecnológicas e sociais, que estimula a produção de conhecimentos capazes de ser aplicados a formas alternativas de organização social e produtiva.” (LEFF, 2006, 69). Para o autor, esse discurso necessita ser operacionalizado através de trabalhos teóricos e elaboração de estratégias conceituais que apoiem práticas sociais voltadas para os propósitos do desenvolvimento sustentável. Incorporando o valor dos processos naturais e das dinâmicas ecológicas na produção das mercadorias e serviços, frente à tendência a exploração que subordina o valor de uso à valorização do mercado.

O fundamentalismo de mercado, a realidade reconhecida através da ciência e a crença no progresso ilimitado são as marcas características do paradigma econômico. É contra esse pensamento que entende a natureza como reino da abundância, impulsionando um progresso ilimitado, e a unificação dos modelos de organização socioeconômica e política, que Leff (2010) direciona suas principais críticas. Ele defende a desconstrução do paradigma da economia, o que para ele corresponderia a

desmascarar a ficção e perversão contidas na retórica do discurso da globalização – pensar globalmente e agir localmente –, que na prática leva a impor a lógica do mercado no local, a incorporá-la a todos os poros de nossa pele e de nossa subjetividade, a inseri-los nos resquícios de nossa sensibilidade e de nossa intimidade. (LEFF, 2010, p. 26)

Esta é a crise de uma pretensa modernidade bem-sucedida, que construiu uma maneira de estruturar o mundo a partir de um modo de pensar este mundo. Para o autor, é fundamentalmente uma crise do conhecimento, com o qual tem se construído e destruído o mundo por meio da objetivação. Como consequência, a natureza deixa de ser natureza e passa a ser objeto científico, matéria-prima e meio de produção. O que predomina é a “supertecnificação” e “supereconomização” do mundo.

A teologia da supremacia do ser humano como dono da natureza, a ideologia do progresso derivada do poder da razão científica e a doutrina do evolucionismo impulsionaram a ilusão por um crescimento ilimitado. Essa racionalidade não é resultado de uma evolução natural do desenvolvimento humano. Ela surge como um pensamento colonizador que se fundamenta na busca da universalidade do pensamento e na unidade da ciência, hierarquizando e dando o mais alto valor à ciência que a outras formas de pensar e de sentir, subjugando os saberes culturais e os saberes pessoais.

Segundo o autor, influenciado pelo paradigma econômico, o homem não pensa o mundo a partir da sua individualidade, “pois já somos pensados por Outro; e é esse Outro que nos pensa, que nos conduz e que nos insere em suas engrenagens do produtivismo, do crescimento ilimitado [...]” (LEFF, 2010, p. 86).

Reconhecendo os resultados negativos desta postura sobre a utilização do meio ambiente e sobre o próprio homem, Leff (2010) propõe o rompimento com a centralidade e o domínio da razão econômica, e a legitimação de novos valores, novos direitos e novos critérios para a tomada de decisões coletivas e democráticas, de novas políticas públicas e arranjos institucionais, e até mesmo, de um novo contrato social. Reconvertendo o princípio da equidade em uma política da diversidade, do respeito e responsabilidade em relação à natureza.

No momento em que economia se vê obrigada a assumir a responsabilidade sobre a crise ambiental, a ciência passa a classificar o ambiente como uma externalidade do sistema econômico. Na era da razão e da sociedade do conhecimento, coexistem formas de construção do mundo que não são naturais, mas culturais, e que através da construção de estratégias de poder e compreensão do mundo foram restringindo o pensamento. Pois, “A crise ambiental não se manifesta apenas nos furacões gerados pelo aquecimento global, mas no desconhecimento de suas causas, na falta de um saber sobre a complexidade do real, na perda do sentido da existência humana [...]” (LEFF, 2010, p. 101).

A adesão da economia às questões ambientais não representa uma mudança de paradigma, visto que, para o autor, o modelo econômico preponderante é que estabelece as causas originárias da atual crise ambiental. O desenvolvimento sustentável emerge, então, questionando o funcionamento e o cumprimento dos princípios individualistas e mecanicistas da economia de mercado, abrindo espaço para o debate tanto sobre problemas ambientais emergentes, quanto sobre a forma de organização sociopolítica e econômica que põe o homem contra a natureza, e também contra ele mesmo.

Para o autor, a sustentabilidade é definida como “condição a conservação de um estoque básico de recursos e renovabilidade do capital natural.” (LEFF, 2010, p. 22). Sendo assim, entende-se que o modelo proposto pela economia, com objetivo de resolver as externalidades ambientais através da economia ambiental, não questionou o paradigma econômico, ele apenas contornou o problema gerando novos conceitos e instrumentos para capitalizar a natureza. Além disso, o propósito de internalizar os custos ambientais aos princípios da sustentabilidade não conseguiu estabelecer um domínio científico homogêneo.

Portanto, ele afirma que a racionalidade científica não foi capaz de concretizar seu princípio mais importante que era o de construir um mundo previsível, controlável, seguro e transparente. O futuro já não é a realização de um devir, mas o resultado das estratégias do poder econômico. Ele é comprometido a partir do momento que a economia não pode pensá-lo e, portanto, construí-lo. O futuro que a economia produz está situado em um presente autocentrado na otimização das taxas de ganho e do poder geopolítico. A humanidade encontra-se em um mundo no qual o acúmulo dos efeitos aparece desvinculado de suas causas, o presente já não constitui referência para prever o futuro, nada está predestinado, e o futuro aparece como um projeto a ser construído, sustentado em uma nova racionalidade.

Através do discurso do desenvolvimento sustentável entende-se que a destruição ecológica não provém somente de falhas da economia de mercado, mas também, da ineficácia e corrupção do Estado. Por isso, o autor afirma que os problemas ambientais não se resolvem através da racionalidade econômica, atribuindo preços e valores de mercado a todas as “externalidades ambientais”. O que se percebe é que essa tentativa tem destruído o vínculo cultura-natureza. Embora não seja possível retornar a forma de produção dos povos originários, é preciso reincorporar a economia à produtividade da natureza e da cultura.

Não é viável esperar que a economia se ajuste às condições ecológicas da sustentabilidade através de normas ambientais, ou que seja possível alcançar uma economia de estado estacionário com uma sustentabilidade forte, pautada na lógica dos preços de mercado. Pois, não basta questionar os impactos da economia e da tecnologia na cultura e na natureza, ou defender a diversidade biológica independente da economia, como se o mundo pudesse ser dividido em áreas de conservação e outros espaços regidos pela economia.

Conforme o pensamento de Leff (2010), a racionalidade ambiental oferece um paradigma sustentável, ao mesmo tempo em que incorpora novos valores éticos ao debate político. Nos anos de 1960, quando explode a bomba populacional, iniciam-se as discussões sobre o progresso impulsionado pela força da ciência e da tecnologia, assim como sobre o mito de um crescimento econômico ilimitado. Essas questões giravam entorno não apenas da supremacia do homem sobre as demais criaturas, como também do próprio sentido da existência humana fundamentada no progresso econômico e no progresso tecnológico.

Diante da iminência de um colapso ambiental, devido ao crescimento populacional e as consequências da degradação ambiental que já eram sentidas em todo o mundo, emergem apelos para o congelamento da economia, para o crescimento zero. Manifestando-se a favor do decrescimento da economia, Leff (2010) acredita que tal proposta deve estar baseada em

uma sólida argumentação teórica e uma estratégia política. Não deve ser apenas um slogan ideológico para mobilizar a sociedade contra os males gerados pelo crescimento, nem um elogio às comunidades marginalizadas do “desenvolvimento”.

O autor reconhece que frear o crescimento trará efeitos incalculáveis. Por isso, ele não pensa apenas em termos de decrescimento, mas em uma transição: a desconstrução da economia e a construção de uma nova racionalidade que oriente a construção da sustentabilidade. “É preciso desativar o dispositivo interno (o código genético) da economia, e fazê-lo sem desencadear uma recessão de tal magnitude que gere maior pobreza e destruição da natureza” (LEFF, 2010, p. 63).

Tal atitude não surgirá do consumo responsável ou de uma pedagogia das catástrofes ambientais. Essa desconstrução implica em ações estratégicas baseadas nos potenciais ecológicos, na inovação tecnológica e na criatividade cultural dos povos, ou seja, não é apenas uma nova forma de produção, mas uma nova forma de ser no mundo. A construção da nova racionalidade proposta pelo autor (2010) exige a introdução de um “princípio precautório”, diante do desconhecimento das ciências em temas como o risco ecológico. Esse princípio, apresentado na Conferência Rio 92, reconhece a necessidade do juízo preventivo diante do risco de processos sobre os quais a ciência não consegue instituir uma certeza.

No entanto, essa transição para a sustentabilidade e a segurança tecnológica estão sendo deixadas aos desígnios do mercado. Concordando com Sachs, Leff (2010) afirma que dessa forma não se estabelece o caminho crítico que permite alcançar o desenvolvimento sustentável. Este fica sujeito exclusivamente ao bom desempenho da economia, da tecnologia e à transparência dos mecanismos de mercado. A intervenção tecnológica continua avançando sem que o “princípio precautório” a detenha, e a legislação ambiental surge como uma defesa tardia, reativa e incompleta diante da emergência dos eventos e danos inéditos.

Para Leff (2010) o debate pela sustentabilidade é uma batalha conceitual, na qual ele procura descobrir, principalmente, como os conceitos vão sendo incorporados nos imaginários sociais e nos discursos de atores diferenciados. A racionalidade ambiental não é um modelo homogêneo. Há diferentes caminhos para a sustentabilidade. Sendo assim, o autor não pretende reivindicar uma ética da ecologia profunda, ou uma moral religiosa, mas encarar o desafio da construção social da sustentabilidade. Sobre os conflitos entre sociedade e cientistas presentes na resolução das questões do meio ambiente, e a importância da participação dos movimentos sociais, ele diz:

Esses conflitos deveriam ser resolvidos através de um diálogo político a partir dos conhecimentos trazidos pela ciência e dos interesses dos grupos afetados da população, por intermédio de uma racionalidade comunicativa, dos direitos legitimados, dos processos jurídicos estabelecidos e eventualmente da pressão de movimentos sociais, para além da impossível valorização econômica. (LEFF, 2010, p. 38)

De acordo com Leff (2009a), os princípios do desenvolvimento sustentável são ampliados e adaptados em contextos diversificados. Da mesma forma, a ética aplicada no uso de técnicas e alternativas ambientais é expressa de maneira diferente. Os países desenvolvidos propõem uma nova ética frente à abundância, o desperdício e uso do tempo livre. Já nos países “subdesenvolvidos”, essa ética é traduzida como um problema de sobrevivência, superação da pobreza crítica, satisfação de necessidades básicas e dignidade humana.

É preciso reconhecer que seus fundamentos gerais são concretizados em valores culturais específicos para cada grupo étnico, e em sujeitos sociais heterogêneos com diferentes interesses de classe. Além disso, em Leff (2009a), o desenvolvimento sustentável não se limita a harmonizar a ética implícita no mercado, estado, sociedade e culturas diferentes. Ele implica principalmente, na necessidade de compatibilizar seus princípios básicos dentro de uma ética do bem comum.

Mesmo envolvendo as considerações ambientais, seus princípios éticos continuam centrados no homem. Os valores atribuídos à natureza, ou até mesmo o direito reconhecido, são expressões que se baseiam em valores humanos, que assim sentem e decidem. Por conta disso, a finalidade que atribuímos ao meio ambiente e aos serviços ambientais transformados em recursos, estão fundamentados nos valores que o homem considera importante para sua manutenção e sobrevivência.

Para o autor, “Se os fins são valores, os meios nunca são neutros e a falta de uma ética de seus procedimentos não só é uma falta no sentido da eficácia da racionalidade ambiental, mas perverte os valores que fundamentam a ação”. (LEFF, 2009a, p. 465). Logo, entende-se que somente manifestações isoladas oriundas do sociedade/consumidor não serão capazes de equilibrar o crescimento econômico e os impactos socioambientais. A mudança só terá efeito quando incidir sobre um novo modelo de produção, fundado nos potenciais da natureza e da cultura, e não nas leis hegemônicas do mercado. Promovendo-se então, dentro de uma política da diversidade, diferença e alternativa.

Portanto, entre as diferentes manifestações éticas implícitas no discurso e na prática do desenvolvimento sustentável, Enrique Leff (2009a, 2009b, 2006, 2010) posiciona-se contra

a ética do mercado utilizada para garantir a preservação ambiental, defendendo a necessidade de uma ética fundada em um modelo de produção baseado na natureza e na cultura. Ou seja, ele é contra a homogeneidade dos processos produtivos, que encara as questões ambientais como externalidades que se resolvem mediante o cálculo dos seus custos dentro do processo econômico.

Retomando a reflexão sobre o princípio responsabilidade e o princípio da precaução, é possível verificar contribuições, projeções e rejeições ao discurso da sustentabilidade. Entende-se que, através da argumentação sobre o princípio responsabilidade, Hans Jonas (2006) traz à tona a preocupação com a existência da humanidade no futuro, ameaçada pelo crescente poder e uso da técnica que não encontra limites ao utilizar o meio ambiente de forma irresponsável, como um recurso inesgotável. Além disso, ele questiona como será este futuro, quem será o homem que nele viverá e como ele agirá.

O poder sobre a decisão e a necessidade de aplicação das ações voltadas para a preservação das futuras gerações, parte impreterivelmente do homem público. Para Jonas (2006), ele é quem pode decidir sobre o melhor para a sociedade. Portanto, as suas medidas são praticamente impositivas, uma vez que ele não acredita na participação social para a resolução de questões coletivas, mas sim na eficiência de um Estado paternalista. As imposições são acatadas tendo em vista o temor coletivo sobre um mal maior que poderá emergir no futuro, causando o desaparecimento da espécie humana. Então, ele constrói um cenário baseado na profecia do mal, espalhando um medo coletivo que ele considera como um “medo altruísta”, pois, não é um temor pela salvação da vida no presente, mas pela vida da humanidade que está por vir.

À heurística do temor proposta por Jonas em seu princípio responsabilidade, Larrère e Larrère (1997) contrapõem o debate público. Para eles o disciplinamento através do temor antecipa a catástrofe e não oferece informações precisas sobre as ações que devem ser tomadas, o que acaba por caracterizar a ética da responsabilidade como uma ética religiosa, da abstinência e do sacrifício. Os autores apresentam, então, um novo princípio ético para o tratamento das questões ambientais e uso da tecnologia: o princípio precaução.

Esse princípio está diretamente relacionado ao debate público, às informações precisas e à participação social estimulada pela informação. Logo, os autores (1997) não compartilham do pensamento de Jonas (2006) sobre a projeção de um cenário único que poderá solucionar todos os problemas. Acreditam na importância do debate democrático, no pluralismo, na participação de instâncias heterogêneas e na necessidade do tempo coletivo

para aprendizagem. Ações que visam evitar as aplicações absolutistas no tratamento das questões ambientais.

Enquanto em Jonas (2006) o meio ambiente é caracterizado como um patrimônio homogêneo e previsível que deve ser protegido de forma autoritária, em Larrère e Larrère (1997) o meio ambiente é tido como um bem comum, cuja gestão se dá através da negociação. Neste ponto, é válido questionar qual o tipo de natureza se pretende transmitir às gerações futuras, baseando-se na oposição de ideias dos autores.

Ao tratar da questão de forma autoritária, pensando no meio ambiente como um espaço físico, como em Jonas, reforça-se a dicotomia homem/natureza na medida em que as decisões não consideram a participação da comunidade local, ou seja, do homem em seu meio ambiente. A partir do momento que se pensa na preservação do meio ambiente através da negociação, o homem é tomado como um ser da natureza e na natureza, extraíndo da sua convivência e dos seus costumes os aspectos positivos que favorecem a preservação da natureza física e da natureza humana. Entendendo que cada comunidade tem uma relação peculiar e o meio ambiente não é neutro, ele é valorizado e percebido de diferentes formas, sendo assim, as relações não podem ser homogêneas.

Considerando a influência do princípio precaução e do princípio responsabilidade na construção da proposta do desenvolvimento sustentável, é possível observar as modificações pelas quais as ações voltadas para essa nova forma de desenvolvimento têm passado e identificar em quais princípios ela tem se baseado.

A proposta principal, que revolucionou o pensamento ambiental e o conceito de desenvolvimento sustentável apresentado por Sachs (2000), foi o incentivo a participação da comunidade local. Tal proposta associa os valores da natureza através da preservação ambiental aos valores da democracia, por meio da participação popular. Além da preocupação com o futuro da humanidade e com o meio ambiente, é apresentada a preocupação com o bem-estar humano.

Por outro lado, há o discurso que pretende proclamar o crescimento econômico como um processo sustentável. Nesse sentido, os princípios da sustentabilidade são transformados pela economia de mercado, que não reconhece a importância da construção social desse conceito e as peculiaridades dos processos de desenvolvimento. Então, considera-se o crescimento econômico como o principal fator do desenvolvimento, em detrimento das dimensões sociais e ambientais.

Refletindo sobre a construção do pensamento ambiental em Leff (2006, 2009a, 2009b, 2010), sua principal crítica é direcionada à racionalidade científica, concordando com Hans Jonas (2006), porém, apenas no que diz respeito à impotência do homem frente à tecnologia, que passa a determinar a produtividade, excluindo o homem e a natureza desse processo. Além desse aspecto, Leff associa a questão social à degradação ambiental, propondo a criação de uma política social do meio ambiente e de uma gestão ambiental participativa da sociedade. Nesse ponto, Leff vai de encontro à proposta política de Jonas (2006). Sendo assim, entende-se que para Leff, a questão ambiental não se resolve com medidas voltadas exclusivamente para a proteção do ambiente físico natural, mas sim, tratando da organização social e da convivência humana nos ambientes culturais e naturais.

Assim como Larrère e Larrère (1997), Leff (2006, 2009a, 2009b, 2010) acredita que as raízes da sustentabilidade situam-se a nível local e desenvolve seu pensamento ambiental posicionando-se de forma contrária a subordinação da natureza à valorização do mercado. Para Leff, dentro da lógica de mercado a natureza é encarada como objeto científico, matéria-prima ou meio de produção. Aliado a esse fator, emerge o poder da razão científica que visa à universalização do pensamento.

Então, Larrère e Larrère (1997) e Leff (2006, 2009a, 2009b, 2010) defendem a necessidade de romper com a centralidade da razão econômica e legitimar novos valores e tomadas de decisões coletivas. Tal pensamento valoriza a diversidade, o respeito e a responsabilidade em detrimento da pretensão da universalização do pensamento e da equidade. Pois, os princípios individualistas e mecanicistas da economia de mercado e da racionalidade científica põem o homem não só contra a natureza, mas também contra ele mesmo.

Logo, entende-se que o discurso do desenvolvimento sustentável de Sachs (2000, 2002, 2009) e o pensamento ambiental de Leff (2006, 2009a, 2009b, 2010) encontram suas raízes numa filosofia anterior, que já refletia sobre as questões ambientais. A construção da ética ambiental foi permeada por princípios que não ficaram restritos meramente às ciências naturais, mas era, ou melhor, é, sobretudo, influenciada por princípios políticos.

Essa foi a grande descoberta dos autores que se propuseram a refletir sobre a ética ambiental implícita no desenvolvimento sustentável. Sendo que, a partir daí, conjecturou-se a respeito de uma nova forma de atuação nas questões ambientais, através da organização social, do engajamento político ao nível das comunidades locais, do conhecimento público sobre os impactos e os benefícios das intervenções no meio ambiente. Diferindo de um

princípio ético voltado para o desenvolvimento sustentável, que pretende se afirmar vinculando-se a uma moral religiosa, ou uma ética da ecologia profunda situada fora do debate democrático e da participação social.

Até aqui, foram analisados os princípios éticos que norteiam a relação do homem com a natureza. Tal reflexão foi apresentada desde a constituição das sociedades industriais, até o surgimento da necessidade de um debate público sobre as implicações do aperfeiçoamento tecnológico e do crescimento econômico para manutenção da sobrevivência do homem no meio ambiente.

No próximo capítulo, estabelece-se a análise sobre a proposta de uma atividade econômica que afirma estar voltada para a construção da sustentabilidade. Por isso, faz-se necessário entender o discurso de desenvolvimento sustentável utilizado, o que se pretende tornar sustentável, de que forma isso está sendo feito, quais as perspectivas de que esse discurso seja suplantado pela economia e utilizado apenas como marketing verde, qual o viés político da instituição responsável pelo direcionamento da atividade e, de que forma a ética é pensada e acionada para regular essa situação, vinculada particularmente ao turismo.

4 TURISMO SUSTENTÁVEL

As diferentes formas de organização da sociedade provocadas por alterações nas atividades econômicas, científicas e técnicas, modificaram as relações sociais e os valores atribuídos à natureza. Nesse sentido, reflexões éticas sobre as relações estabelecidas em torno das atividades econômicas tornam-se importantes para garantir que seu desempenho aconteça da melhor forma possível, dentro das circunstâncias específicas para cada caso.

O desenvolvimento da ciência e suas aplicações tecnológicas provocaram uma enorme mudança nas paisagens naturais, ao mesmo tempo em que proporcionaram ao homem maior conforto, comodidade e facilidade em sua vida, seja para comunicação, ou deslocamento. Sendo assim, as transformações ambientais estiveram atreladas às mudanças sociais e culturais.

Porém, nas discussões sobre os perigos ocasionados pelo mau uso da técnica e a irreversibilidade das consequências de ações irresponsáveis, foram considerados principalmente os impactos ao ambiente físico. O discurso da ética ambiental que embasa o desenvolvimento sustentável, agora, pensa sobre a importância do envolvimento das comunidades locais e todas as partes interessadas no empreendimento, ou na promessa de desenvolvimento ocasionada por uma determinada atividade.

A partir da associação do conceito de desenvolvimento sustentável ao Turismo, enquanto atividade econômica, fez-se necessário promover um espaço para o debate voltado às estratégias de consulta e favorecimento das comunidades que recebem os visitantes. Pois, estes são os aspectos que permeiam o turismo sustentável: a valorização humana, a valorização da natureza, o conhecimento do meio ambiente e, principalmente, o conhecimento do homem no meio ambiente.

Pensando nisso, a Organização Mundial do Turismo (OMT) tem promovido reuniões a partir das quais foram apresentadas declarações, além da publicação de diretrizes para orientação de governos, empresários, comunidades e turistas, voltadas ao desenvolvimento do turismo sustentável. O principal documento proveniente dessas reuniões é o Código Mundial de Ética do Turismo, com vistas a orientar a gestão do turismo de forma responsável, ética e sustentável, de acordo com os parâmetros da organização.

A fim de entender a importância do delineamento ético proporcionado pela Organização à atividade turística, neste capítulo, são analisadas: as discussões sobre a evolução e o significado das viagens e do turismo; as características do turismo contemporâneo e a necessidade de uma nova forma de gestão que considere o desenvolvimento sustentável da atividade; as críticas dos autores que consideram o turismo uma atividade predatória. Por fim, é apresentada uma análise sobre a trajetória da Organização Mundial do Turismo, no que diz respeito à associação da atividade ao desenvolvimento sustentável e suas considerações éticas para o turismo sustentável.

4.1 VALORES E MOTIVAÇÕES IMPLICADAS NAS VIAGENS E NO TURISMO

O turismo é um fenômeno estimulado pelo desejo de viajar, conhecer e vivenciar experiências diferentes, compartilhar novas sensações. Durante muito tempo as viagens estiveram restritas a uma minoria abastada, que possuía tempo disponível e dedicava-se à contemplação. O impulso para o desenvolvimento desse fenômeno aconteceu com o reconhecimento do direito do homem ao tempo livre.

Em 1883, Paul Lafargue lança *O direito à preguiça*. No manifesto, é encontrada a característica que possibilitou o desenvolvimento do turismo: o tempo livre e remunerado e/ou períodos de férias. Lafargue não discorre sobre a importância das viagens, ou se quer do turismo, e objetiva despertar o homem para o valor do contato consigo mesmo e com outras relações, além do seu círculo repetitivo de trabalho.

Sobre o surgimento do turismo, a Organização Mundial do Turismo (2001) afirma que inicialmente ele era caracterizado por viagens em busca de conhecimento ou expedições voltadas para exploração de terras desconhecidas. Porém, sua evolução foi acompanhada por modificações quanto à motivação das pessoas que se deslocavam para outras regiões, bem como, por uma grande transformação de opiniões e objetivos das populações que recebiam os visitantes.

Segundo Dias e Aguiar (2002), podemos considerar a Revolução Industrial do século XVIII como a mola propulsora das viagens e expansão do turismo como atividade econômica, propriamente dita. Após o fim da Segunda Guerra Mundial, quando as tecnologias para aperfeiçoamento da comunicação e dos transportes tornaram-se acessíveis à grande parte da

população, as informações e os deslocamentos tornaram-se mais dinâmicos, facilitando o movimento das pessoas.

Segundo a OMT (2001), quando os movimentos sociais transformaram suas reivindicações em conquistas, garantindo a redução da jornada de trabalho, descansos semanais e férias remuneradas, observou-se um grande crescimento do setor econômico voltado para o turismo. Então, devido ao aumento do número de viagens, bem como a diversificação do público e dos objetivos daqueles que as realizavam, foi percebida a necessidade de elaborar definições técnicas, a fim de delimitar o que efetivamente poderia ser considerado como visitante, turista, excursionista, e até mesmo, como turismo.

Conforme Beni (2008), em 1963, na Conferência sobre Viagens Internacionais e Turismo, realizada em Roma e patrocinada pelas Nações Unidas, é adotada a definição de visitante, como aquele que visita um país que não é o de sua residência, independentemente de qualquer motivo, e que durante o período da visita, não exerça nenhuma atividade remunerada. A partir dessa definição ampla, foram delimitados:

turista – visitantes temporários que permaneçam pelo menos vinte e quatro horas no país visitado, cuja finalidade de viagem pode ser classificada sob um dos seguintes tópicos: lazer (recreação, férias, saúde, estudo, religião e esporte), negócios, família, missões e conferências;

excursionista – visitantes temporários que permaneçam menos de vinte e quatro horas no país visitado (incluindo viajantes de cruzeiros marítimos). (BENI, 2008, p.36)

Na Conferência de Ottawa, em 1991, a OMT adota a seguinte definição para o turismo: “as atividades de pessoas que viajam para lugares afastados de seu ambiente usual, ou que neles permaneçam por menos de um ano consecutivo, a lazer, a negócios ou por outros motivos”. (Conferência de Ottawa *in* OMT, 2003, p. 20). Essa definição foi adotada, quase uma década após a primeira declaração da OMT sobre turismo¹⁰, e teve como objetivo, facilitar as estatísticas sobre movimentação de turistas e rendimentos de capital provenientes da atividade.

A partir das análises sobre as várias definições técnicas surgidas até então, e sobre as conceituações elaboradas pelos estudiosos da temática, Beni (2008) desenvolve um conceito que incorpora um sentido para o Turismo:

¹⁰ A primeira declaração da OMT foi a Declaração de Manila, elaborada no ano de 1980.

Tenho conceituado Turismo como um elaborado e complexo processo de decisão sobre o que visitar, onde, como e a que preço. Nesse processo intervêm inúmeros fatores de realização pessoal e social, de natureza motivacional, econômica, cultural, ecológica e científica que ditam a escolha dos destinos, a permanência, os meios de transporte e o alojamento, bem como o objetivo da viagem em si para a fruição tanto material como subjetiva dos conteúdos dos sonhos, desejos, de imaginação projetiva, de enriquecimento existencial histórico-humanístico, profissional, e de expansão de negócios. Esse consumo é feito por meio de roteiros interativos espontâneos ou dirigidos, compreendendo a compra de bens e serviços da oferta original e diferencial das atrações e dos equipamentos a ela agregados em mercado globais com produtos de qualidade e competitivos. (BENI, 2008, p. 37)

Tais definições, juntamente com o conceito apresentado acima, enfatizam a essência econômica, bem como, a estrutura necessária para o aproveitamento da viagem e a prática do turismo, enquanto consumo de um determinado local. No entanto, é de suma importância ressaltar que o significado, o objetivo e os procedimentos que envolvem as viagens sofreram algumas modificações, tanto por parte do viajante considerado como turista na contemporaneidade, como da hospitalidade e da comunidade receptora.

Sobre a importância das viagens para o aperfeiçoamento moral e conhecimento de si, Santos (2006), em seu estudo sobre Montesquieu, afirma que o filósofo sugere ser necessário ao homem ter contato com outras pessoas, discutir diferentes assuntos e viajar. Segundo o intérprete de Montesquieu, há dois tipos de viagem: um no sentido de deslocamento espacial e outro interno, significando uma viagem introspectiva, carregada de sentidos e que desperta o homem para o conhecimento de si. A viagem sob a perspectiva de deslocamento seria a maneira mais fértil para instrução e aquisição de sabedoria.

De acordo com Santos (2006), a viagem é “[...] um deslocamento no espaço e no tempo que visa, sobretudo, ao enriquecimento pelo contato com culturas diferentes: é, então, a descoberta do mundo, do outro e de si mesmo [...]” (SANTOS, 2006, p. 44). Sua insistência na importância da viagem seria pela possibilidade de compreensão da natureza humana revelada por meio do contato com o outro. Durante a viagem e a vivência em lugares desconhecidos, o olhar de estranhamento do outro convida o homem a compartilhar seus sentimentos, o que favorece a reflexão e um (re)encontro com seus princípios e culturas.

As viagens possibilitam o encontro com diferentes culturas, através da diferença que força ao diálogo, proporcionando a descoberta de olhares conflitantes. Durante seus deslocamentos, o viajante pode perceber que as normas sociais só adquirem validade quando consideradas a partir do contexto em que se manifesta. Por conta do conhecimento que

emerge baseado na reflexão sobre os princípios de uma sociedade, chegando a modificar a conduta na vida prática do viajante, a viagem é apontada por Montesquieu como uma forma de derrubar preconceitos, promovendo a tolerância¹¹.

Montesquieu estabelece um paralelo entre viagem e sabedoria, afirmando que a sabedoria é originária do contato com pessoas, dos diálogos que proporcionam uma viagem para fora de si, e até mesmo no sentido de deslocamento físico, viajando para novos territórios. Através do contato com outros homens, os diferentes olhares exercem uma forma de pressão que convida os indivíduos a compartilharem um entendimento recíproco, bem como reflexões. Seria então, uma forma de instrução, pois, a finalidade de aquisição desse conhecimento é a sabedoria, e a viagem é um meio para essa realização.

O receio sobre o desconhecido e o medo ou dúvida sobre o que será encontrado são características que representam a primeira hesitação de quem parte em viagem. No entanto, elas não diminuem seu ímpeto, pois a viagem também está associada à liberdade, à curiosidade e ao desejo de encarar o inusitado, o exótico. As experiências acumuladas durante a viagem enriquecem o conhecimento do indivíduo, possibilitando o ato de reaprender a olhar, renovando-se diante de tudo que se é encontrado. Os conhecimentos adquiridos dessa forma podem ser internalizados e aplicados como guia para as boas escolhas e desenvolvimento moral na vida prática dos indivíduos. Segundo Santos, “a procura da sabedoria é também o esforço para encontrar o bem, pois o conhecimento é um elemento da vida moral que esclarece a prática.” (SANTOS, 2006, p. 45).

O produto da viagem é caracterizado por duas situações: a ação, o deslocamento e o usufruto da paisagem, além do contato com as pessoas; e a reflexão a respeito das diferentes situações, não só a partir do olhar do viajante sobre os habitantes locais, como também, dos habitantes locais sobre o viajante. Em todos os casos é a meditação sobre a viagem que poderá provocar uma mudança.

Dessa forma, para entender o turismo, além de estudos sobre a sua organização econômica, planejamento e estrutura, é necessário compreendê-lo em sua dimensão humana. Panosso Netto (2005) afirma que o turismo envolve necessidades, anseios, desejos e motivações psicológicas, que são fundamentais para sua definição. Além disso, o autor considera que as impressões humanas não são formadas apenas durante a viagem, ou deslocamento. Segundo o autor (2005) essas “impressões internas” são vividas nos momentos

¹¹ De acordo com Santos (2006), nas “Cartas Persas” de Montesquieu, a tolerância está ligada não só a ideia de abertura ao conhecimento do “outro”, como também, ao rompimento com toda a forma de dogmatismo cultural.

que antecipam a viagem e seguem após o turista tê-la vivenciado. Quando o sujeito opta por viajar, sua decisão já está carregada de sentidos e desejos que podem variar de acordo com o que se espera encontrar no local escolhido.

Portanto, considera o ser humano como o sujeito dos estudos turísticos e responsável pela configuração do fenômeno. “Sem ele interagindo com a infra-estrutura turística e com as empresas do setor, temos apenas um fato turístico”. (PANOSSO NETTO, 2005, p. 31). Nesta pesquisa, a análise recai sobre o turismo enquanto fenômeno, pois, ele envolve a motivação, o desejo e a responsabilidade do ser humano. Os elementos físicos do turismo são desenvolvidos porque o homem decidiu viajar. Então, todo planejamento é feito para satisfazer o seu desejo.

Ao caracterizá-lo como um fenômeno, compartilha-se do entendimento do autor, que assim explica “[...] falar do fenômeno turístico significa dizer de uma ação que está acontecendo, que pode ser apreendida e que tem uma essência em si.” (PANOSSO NETTO, 2005, p.104). O turismo não nasceu de um documento escrito, mas devido à sua amplitude, os países decidiram se organizar para entender o que poderia ser considerado “turismo”. Percebeu-se que sua prática envolve muitos setores da sociedade e movimenta a economia, trazendo benefícios. Como também, foi observado um enorme poder capaz de desfigurar o destino onde se vivencia a atividade.

Para compreender a análise feita neste estudo, conforme Panosso Netto (2005), deve-se levar em conta que este é um fenômeno de experiências vividas de maneiras e desejos diferentes pelas pessoas envolvidas na atividade. Turistas, empreendedores e comunidade receptora têm interesses múltiplos e compreendem o turismo de maneira diferente. As questões que envolvem seu planejamento devem perceber essas divergências e tentar conciliá-las de maneira a minimizar os impactos negativos e consequentemente ampliar os positivos.

Devido a essas diferenças no entendimento, a percepção sobre os impactos do turismo podem variar a depender dos valores considerados pelos indivíduos em si, e pelos setores que utilizam o turismo. O turista, ao procurar um destino para a viagem, deseja utilizar seu tempo de lazer, de ócio, ou até mesmo de trabalho para conhecer ou vivenciar as peculiaridades do local. Os motivos que o conduzem ao destino turístico caracterizarão os valores que serão considerados em suas ações.

O setor público e principalmente o privado, representado pelos empresários do turismo, ao investir em infraestrutura e serviços turísticos, tem o objetivo de conseguir manter

o crescimento econômico da atividade. A comunidade receptora partilha de alguns objetivos em comum com esses setores, entendendo o turismo como uma fonte de empregos e incremento da renda local.

A partir da exposição dos diferentes objetivos almejados, por meio da realização do Turismo, entende-se que as ações implementadas serão influenciadas pelos valores daquele grupo que consegue impor as suas decisões através da organização. Apresentando a possibilidade de alcançar os benefícios estipulados, ainda que não favoreçam a todos os envolvidos. Por isso, o estudo sobre a ética que envolve a atividade deve considerar a participação, os diferentes objetivos e os valores empregados nas ações dos atores envolvidos. E assim, possibilitar um melhor direcionamento para as práticas turísticas, associando a ética ao desenvolvimento do turismo sustentável.

4.2 CONSIDERAÇÕES SOBRE CONCEITUAÇÃO E PLANEJAMENTO PARA O TURISMO SUSTENTÁVEL

A atividade turística recebeu um grande impulso, no momento em que foi reconhecido ao homem o direito ao descanso e as férias remuneradas. Como alternativa de lazer ou tempo livre, passa a ser qualificado como uma forma de renovar energia e adquirir conhecimento sobre os diferentes sistemas sociais e culturais. Nessa perspectiva, o homem moderno procura um refúgio e anseia pela liberdade. Viaja em busca de contato com a natureza, mas, segundo Beni (2008), nem sempre a encontra, pois “A publicidade o apanha e ele vai, por exemplo, para balneários massificados, rápidos e alienados como a jaula dourada e confortável da qual saiu.” (BENI, 2008, p.57).

Considerando o crescimento do turismo e a sua massificação, entende-se que com a expansão, a atividade passou a expressar em maior escala, características negativas, pois, a chegada cada vez mais frequente e desorganizada de visitantes, tende a comprometer a paisagem e as relações culturais estabelecidas na região. Esses aspectos foram descritos por Jost Krippendorf em sua obra *Sociologia do Turismo*, um dos estudos sobre a desmistificação da ideia de turismo como uma “indústria¹² limpa”. Krippendorf (2000) denuncia os impactos negativos do crescimento turístico, suas formas de poluição e degradação ambiental.

¹² Segundo Ribeiro e Stigliano (2010), apesar de as atividades envolvidas no turismo compreenderem o setor de serviços, o termo “indústria do turismo” é bastante utilizado. A denominação indústria foi aprovada pelo setor, por conta da necessidade de integração das atividades, como em uma linha de produção.

Explicitando como a atividade prejudica as relações sociais e o meio ambiente nas localidades.

Do ponto de vista do turista que visita a localidade, de acordo com Ruschmann (2001), na maioria das vezes ele não percebe ou recusa-se a aceitar que sua estadia pode provocar um grande distúrbio e transformar a localidade ou atrativo. Acreditando que pelo pouco tempo em que permanece no local, não possui responsabilidade pelos impactos. Como o turismo é uma atividade na qual as transformações são percebidas lentamente pela comunidade, quando os impactos tornam-se evidentes, geralmente não há mais soluções para revertê-los. Já os visitantes, ao não se agradarem com a paisagem, simplesmente escolhem outra localidade para consumir.

Visando proteger a atratividade do local visitado, Krippendorf (2000) ressalta a importância do controle e planejamento para o turismo. O autor caracteriza-o como um conquistador pacífico que age com o consentimento dos moradores. Além disso, por ser uma atividade extremamente globalizada, torna-se difícil delimitar o retorno financeiro para a comunidade e o lucro que é exportado para o centro das operadoras de serviços turísticos.

Sendo assim, sobre o planejamento turístico, Ruschmann (1997) afirma que ele tem como finalidade, organizar as ações do homem no território, bem como, direcionar equipamentos e facilidades de forma adequada. Desse modo, pretende-se evitar os efeitos negativos decorrentes do uso desordenado dos recursos, que acarretam deterioração ou redução da atratividade. A autora defende que apenas ações planejadas cientificamente, com vistas ao desenvolvimento sustentável do turismo, podem conduzir a atividade de forma favorável para empreendedores, populações receptoras, turistas e destinações.

Concordando com essa ideia, Dias (2002) reconhece que o impacto da atividade turística sobre o meio ambiente é inevitável. Contudo, através do planejamento voltado para o desenvolvimento sustentável do turismo, pretende-se manter os impactos dentro de limites aceitáveis, para que não provoquem modificações ambientais irreversíveis, prejudicando o prazer do visitante ao usufruir o lugar.

As discussões sobre a relação entre turismo, meio ambiente e desenvolvimento sustentável tiveram um grande reflexo nas diversas declarações oriundas de organizações internacionais, como a Organização das Nações Unidas (ONU), a Organização Mundial do Turismo (OMT) e o Conselho Mundial de Viagens e Turismo (World Travel and Tourism Council - WTTC). A partir de então, a OMT (2001) passou a defender o turismo como um

importante instrumento capaz de justificar a conservação do meio ambiente e subsidiar os esforços que ela exige, colocando-se na vanguarda da conservação dos recursos naturais, apesar de não ser o único, ou maior responsável pela degradação.

Baseando-se no desenvolvimento sustentável da atividade, a OMT apresenta o objetivo a ser alcançado por meio do planejamento, e assim define o turismo sustentável:

Turismo sustentável significa que os recursos naturais, históricos e culturais para o turismo sejam preservados para o uso contínuo no futuro, bem como no presente. Na verdade, esses recursos podem ser ampliados pelo turismo onde for necessário. O turismo sustentável significa também que a prática do turismo não acarrete sérios problemas ambientais ou socioculturais, que a qualidade ambiental da área seja preservada ou melhorada, que um alto nível de satisfação do turista seja mantido, de forma a conservar os mercados para o turismo e a expandir suas vantagens amplamente pela sociedade. (OMT, 2003, p.17)

Analisando a diferença entre desenvolvimento sustentável do turismo e turismo sustentável, compreende-se que o planejamento é uma ação voltada para o desenvolvimento sustentável do turismo, ou seja, é entendido como um processo, que tem como finalidade atingir o turismo sustentável. Então, o desenvolvimento sustentável do turismo é o meio, e o turismo sustentável seria o fim.

Quando o discurso do desenvolvimento sustentável ganhou proporções incluindo a atividade turística, as diversas segmentações desenvolveram estratégias a fim de serem caracterizadas como sustentáveis. Modalidades como: turismo brando, turismo ecológico, turismo de natureza, turismo responsável, ou ecoturismo ganharam espaço; caracterizadas como opostas ao modelo predatório do turismo massa¹³ que inclui: os grandes resorts, hotéis de luxo e atrativos artificialmente construídos.

Conforme Coriolano (2006), a justificativa para inclusão da sustentabilidade nessa atividade, acaba por gerar uma contradição típica da ética capitalista, que pensa evitar os efeitos destrutivos, sem eliminar as causas. Por isso, “O turismo nos ‘países periféricos’, precisa ser estudado, analisado e redirecionado, para que não passe apenas de uma ilusão, ou mais uma forma de exploração.” (CORIOLANO, 2006, p. 29).

¹³ Beni (2008) considera o turismo de massa como “[...] o mais importante devido à expressiva quantidade de turistas envolvidos tanto nos fluxos internacionais como no interno [...]”. Por sua vez, Dias (2003) e Ruschmann (2001) apresentam críticas ao grande volume de turistas que desfrutam dessa segmentação, a qual, na maioria das vezes, não apresenta estrutura local adequada para atender a demanda. Isso ocasiona então, a degradação do espaço físico natural ou artificial. E, quando apresenta uma grande estrutura, não visa o desenvolvimento local, desvalorizando a população do entorno.

Coriolano (2007) reflete sobre a contradição implícita no discurso de que através do turismo promove-se o desenvolvimento sustentável em benefício do local, já que existem fortes possibilidades de que ele venha a impulsionar exatamente o contrário. Isso se deve ao poder do turismo de transformar os espaços em mercadoria, massificar culturas, além de atender às necessidades das pessoas que vêm de fora (turistas) em detrimento dos que ali vivem (comunidade residente). Segundo a autora, “No processo de acumulação produtiva, a natureza se tornou objeto do capital, através do turismo, pela mercantilização e espetacularização.” (CORIOLANO, 2007, p. 24). Ela acredita que na prática há uma superestimação do desempenho da atividade turística, o que induz à criação de falsas expectativas. Porém, ressalta que o cerne da questão não está na atividade turística em si, mas na falta de planejamento, administração, políticas e gestão, seja no turismo ou qualquer outro setor da sociedade.

Além disso, Coriolano (2007) percebe que há diferenças entre os discursos e práticas do governo, grandes empresários e os discursos das comunidades: “para os primeiros, o centro é a acumulação de capital e para os outros o enfoque é humanista, baseado na solidariedade entre povos e lugares.” (CORIOLANO, 2007, p. 308-309). Apesar de todo o discurso sobre os benefícios do turismo para o residente e para os turistas, ao analisar o contexto em que a atividade turística foi se desenvolvendo, percebe-se que sua lógica capitalista é similar as demais atividades, voltadas a exploração econômica e capitalização de lucros.

Não é possível deixar de evidenciar que o turismo movimenta a economia das localidades envolvidas, porém, o ganho financeiro remetido pela atividade pode não compensar a perda de identidade, desterritorialização e mercantilização da sociedade, da natureza e da sua cultura. Por isso, é necessário ponderar sobre a adequação do rótulo de turismo sustentável a determinadas regiões e atividades turísticas.

Neste sentido, foi observado na relação entre turismo e as questões ambientais, que a atividade tem sido analisada de duas formas: o turismo como origem da degradação socioambiental e o turismo como alternativa de desenvolvimento econômico e social sustentável. Devido aos impactos negativos, há autores que consideram a atividade turística incompatível com a ideia de desenvolvimento sustentável, visto que ele tem o poder de sacralizar a natureza e, ao mesmo tempo, transformá-la em mercadoria. Por outro lado, há aqueles que consideram que o desenvolvimento sustentável, com ênfase na comunidade local, representaria a possibilidade de compatibilizar desenvolvimento econômico e conservação ambiental.

Segundo Ribeiro e Stigliano (2010), por ser uma atividade que pressupõe a qualidade na infraestrutura dos serviços urbanos, e também, investimentos dos municípios e regiões na saúde e na educação de seus habitantes, ele pode ser considerado um importante aliado para o desenvolvimento das comunidades. Pois, o turismo sustentável não é contra o crescimento econômico da atividade, ele apenas abre a discussão sobre a necessidade de se estabelecer limites para o seu gerenciamento. Isso visa assegurar que a exploração dos recursos, a direção dos investimentos e a orientação do desenvolvimento tecnológico e institucional ajustem-se às necessidades presentes e futuras.

Deve-se considerar que sem a sustentabilidade econômica, não há atividade produtiva. Nota-se, então, segundo Borges (2010), a importância de estudos sobre a gestão dos recursos nessa atividade econômica, que como todas as outras visa ao lucro para a própria sobrevivência. À viabilidade econômica, devem ser acrescentadas políticas públicas voltadas às necessidades de limitações ecológicas e equidade social. Sobre o quadro de influência do poder público no direcionamento de políticas públicas para o turismo, Solha (2010) afirma que nos países desenvolvidos há uma forte tendência a reduzir o nível de intervenção estatal para regulamentação da atividade, enquanto nos países em desenvolvimento ocorre exatamente o contrário. Ainda assim, todos têm um desafio em comum: promover parcerias com o setor privado que ultrapassem a preocupação básica de disponibilizar incentivos. O objetivo principal é buscar o efetivo envolvimento e comprometimento do setor privado nas tomadas de decisões voltadas ao turismo sustentável.

De acordo com a Solha (2010), de modo geral, a participação do poder público no desenvolvimento do turismo ocorria somente quando este setor apresentava um retorno econômico significativo. Por isso, durante muito tempo, poucos países tiveram a sensibilidade de entender o turismo como atividade econômica prioritária e, como consequência, a maioria manteve uma postura de distanciamento em relação ao planejamento e a gestão pública. Entretanto, atualmente o setor público tem desempenhado funções principais enquanto articulador, isso significa que ele tem a necessidade de implementar parcerias com os diversos segmentos que atuam na atividade. É do poder público também a responsabilidade pela definição de políticas de turismo que possam contemplar o conceito de sustentabilidade, em todas as dimensões.

Assim como o papel do setor público frente ao turismo foi modificado, devido ao crescimento desorganizado e saturação de alguns locais, o setor privado precisou adequar-se a essa nova realidade. De acordo com Souza e Ferreira (2010), as organizações comerciais

tinham como função principal a necessidade de maximizar o retorno dos investimentos aos proprietários do negócio. Porém, no cenário atual, as organizações passaram a incorporar novas demandas de gestão e planejamento. Agora elas têm obrigações tanto para com elas mesmas, quanto para com os acionistas e os demais *stakeholders*¹⁴. Sendo que os *stakeholders* representam os principais grupos de interesse da organização, são acionistas e investidores, funcionários, clientes e fornecedores, comunidade, governo e sociedade em geral. Essa visão amplia as funções da empresa e exige análises mais aprofundadas em termos de planejamento da organização, de uso dos recursos, e de comunicação dos produtos e serviços.

Neste sentido, entra em cena a Responsabilidade Social Corporativa (RSC). Ela objetiva ampliar as relações da empresa com o público, de forma integrada e equilibrada, pois, de nada adiantar financiar ações sociais isoladas junto à comunidade e, em contraposição, negligenciar a segurança dos funcionários ou poluir o meio ambiente, prejudicando a população.

[...] a efetiva responsabilidade social só é alcançada quando a organização desenvolve cotidianamente ações econômicas, legais, éticas e filantrópicas que beneficiem todos os *stakeholders* com ela envolvidos. Atividades paternalistas e isoladas que beneficiam a imagem da empresa não garantem a sua classificação como socialmente responsável. (SOUZA; FERREIRA, 2010, p.768)

Entende-se, então, que a ética para o desenvolvimento sustentável do turismo está baseada em interesses compartilhados, sendo necessárias criatividade e inovação para a construção participativa de possibilidades que visem à integração entre o setor público, privado e comunidade local. Desenvolvimento sustentável implica, antes de tudo, na valorização do ser humano e promoção de suas capacidades para efetivar melhorias nos níveis de qualidade de vida.

¹⁴ Segundo Beni “A palavra *stakeholder* pode ser definida como as pessoas que estão ligadas a uma organização ou apresentam interesses em uma organização e são afetadas pelas decisões tomadas por aquela organização.” (BENI, 2008, p. 302).

Para efeitos do Código Mundial de Ética do Turismo, segundo a OMT, o termo *stakeholders* ou “partes interessadas no desenvolvimento do turismo” inclui: governos nacionais, governos locais com competência específica em matéria de turismo; estabelecimentos turísticos e empresas de turismo, incluindo associações, instituições envolvidas no financiamento de projetos de turismo; funcionários de turismo, profissionais do turismo e consultores de turismo; sindicatos de empregados de turismo; viajantes, incluindo os viajantes à negócios e visitantes de destinos turísticos, atrações locais; populações e comunidades receptoras nos destinos turísticos, através de seus representantes; pessoas jurídicas e físicas com participações no desenvolvimento do turismo, incluindo organizações não governamentais especializadas em turismo e diretamente envolvidas em projetos turísticos e na oferta de serviços de turismo.

Estudando a relação entre ética e sustentabilidade no turismo, Weeden (2001) afirma que o turismo ético está profundamente relacionado com o turismo sustentável, entretanto, compreende-os como diferentes tipos de turismo. Isso se deve à falta de definição, e, principalmente, de divulgação dos princípios éticos norteadores para o desenvolvimento sustentável do turismo, na época em que a autora desenvolveu seus estudos.

Apesar de entendê-los como segmentos diferentes, Weeden (2001) ressalta a dificuldade em separar os conceitos, por compartilharem fundamentos básicos comuns. Para esclarecer seu pensamento, ela afirma que mesmo baseando-se nos três princípios da sustentabilidade (igualdade social, econômica e ambiental), diferentes formas de turismo podem ser consideradas sustentáveis, por priorizar cada um desses princípios em níveis diferentes. E, embora todas as modalidades possam ser consideradas como sustentáveis, faz-se necessário entender que os diferentes segmentos do turismo podem apresentar pontos de vista éticos distintos e particulares.

A autora (2001) defende o turismo ético como um conceito que se estabelece além dos três princípios da sustentabilidade. Isso porque, o turismo ético considera as necessidades de todos os atores envolvidos na indústria do turismo, como o objetivo de fazer com que os diferentes grupos consigam obter equidade no processo de tomada de decisões. Ela, então, amplia a noção de turismo sustentável, ao observar que há necessidade de princípios éticos para orientar o seu desenvolvimento, planejamento e operacionalização.

Segundo Weeden (2001), a responsabilidade sobre os impactos negativos da atividade turística ainda é uma tarefa de difícil precisão. As operadoras de turismo¹⁵ acreditam que o governo deveria tomar a iniciativa, os turistas pensam que as operadoras deveriam ser encarregadas de instruí-los sobre as questões éticas, e os *stakeholders* consideram que os turistas precisam ser responsabilizados por suas próprias atitudes e comportamentos durante as práticas turísticas.

Do ponto de vista das operadoras de turismo que objetivam desenvolver o turismo baseando-se nos princípios éticos da sustentabilidade, a autora afirma a existência de quatro áreas que precisam ser consideradas: relações das operadoras com a comunidade receptora,

¹⁵ “As agências de viagens e turismo corresponde o conceito de “operadoras turísticas”, conhecidas internacionalmente como *tour operators*; segundo a legislação, é privativa dessa categoria a operação de viagens e excursões, individuais ou coletivas, compreendendo a organização, contratação e execução de programas, roteiros e itinerários quando relativos a excursões do Brasil para exterior.” (BENI, 2008, p. 213). Além de intermediárias, segundo o autor, podem ser produtoras de serviços turísticos, compondo pacotes a preços competitivos e de acordo com o desejo dos consumidores.

relações trabalhistas, a prestação de produtos e serviços aos turistas, e a atitude das operadoras em relação ao ambiente natural.

Weeden (2005), particularmente, defende que as operadoras precisam assumir a responsabilidade sobre os impactos, pelos menos com atividades que desencadeiem alguma iniciativa por parte dos turistas. Isso porque, em seus momentos de lazer, a última coisa que os turistas pensam, segundo a autora, é sobre os impactos negativos da sua prática específica ou do turismo em geral. Contudo, ela reconhece que as operadoras de turismo são apenas um dos elementos que compõem essa cadeia, tornando-se um desafio garantir que todos os serviços sejam exercidos de forma ética. Além disso, as interpretações individuais sobre turismo ético e sustentável variam de acordo com as crenças pessoais e objetivos dos proprietários e da gerência das operadoras.

O turismo ético, entendido pela autora como um conceito que incorpora princípios éticos para o desenvolvimento do turismo de forma sustentável e responsável, foi elaborado para ser desenvolvido em pequena escala, em conjunto com parcerias locais e consentimento da comunidade. Defendido no início dos anos 90 como a panaceia para os males do turismo de massa. Porém, devido ao seu conceito complexo e de difícil precisão, para Weeden (2005) o turismo ético pode estar fadado a ser apenas um segmento de mercado.

Em meio a essa à falta de definição e de princípios éticos para o turismo sustentável, o desenvolvimento de códigos é considerado por Weeden (2005), como uma ferramenta importante para educação dos consumidores, operadores turísticos e governos. Entretanto, precisam ser efetivamente implementados. Aliado a esse fator, para uma contribuição mais positiva e entendimento global, o turismo ético e sustentável deve ser adotado pelo setor operacional do mercado de massa, não como um segmento alternativo, mas como uma filosofia de trabalho para o desenvolvimento do mercado de turismo.

A influência dos códigos de ética para melhorar a qualidade dos serviços prestados foi pensada por Nodar (2012). O autor apresenta críticas à moralização do turismo, quando a ética é entendida apenas como uma “etiqueta” capaz de ser assumida por numerosos grupos de turistas e grandes companhias. Porém, manifesta-se a favor do desenvolvimento dos códigos de ética para a atividade turística, afirmando que os estudiosos precisam integrar cada vez mais reflexões de ordem ética em seus campos de ação. As companhias devem levar em consideração os efeitos morais que se originam de suas ações, e os turistas e prestadores de serviços precisam assumir a responsabilidade individual sobre as consequências de suas atitudes.

Após a apresentação desse quadro sobre a necessidade de planejamento para tornar o turismo uma atividade cada vez mais ética e sustentável, o próximo ponto é compreender como os códigos de ética podem auxiliar nessa empreitada. Para isso, é necessário entender qual a função desses códigos, como eles são desenvolvidos e como são executados na prática.

4.3 CONSTRUÇÕES TEÓRICAS SOBRE O ESTABELECIMENTO DE CÓDIGOS DE ÉTICA PARA O TURISMO

Os estudos da ética aplicada direcionados ao desenvolvimento do turismo reconhecem que a atividade turística pode causar severos impactos às localidades, quando mal planejada. A questão é saber então, como promover a consciência ética que se traduzirá em comportamento ético orientado pelo respeito ao meio ambiente, às relações culturais da comunidade local, à idoneidade dos serviços oferecidos, reconhecimento e capacitação adequada dos profissionais que trabalham na área.

A opção defendida por Fennell e Malloy (2007), seria através do desenvolvimento de um documento formal pela própria organização turística, considerando a ética em vários níveis. Pois, o processo que possibilita a reflexão sobre as decisões e comportamentos individuais, dos grupos, e da organização como um todo, em si mesmo, já contribui para aumentar a consciência sobre tal questão. Por meio da elaboração do código de ética pretende-se reconhecer que os seres e os espaços possuem um valor intrínseco. Seu desenvolvimento é a forma de proteção mais lógica, elaborada tanto como postulado filosófico, quanto operacional.

Para melhor compreensão do tema, Fennell e Malloy (2007) diferenciam o código de ética do código de conduta ou prática. Segundo os autores, o primeiro é mais filosófico e baseado em valores, enquanto o segundo é mais técnico e específico para determinadas ações em tempo e espaço definidos. Códigos de ética funcionam muito mais como uma declaração pública ao invés de um compromisso jurídico e legal, ou padrões de comportamento. Se ele for apresentado simplesmente como uma ordem sobre o que se deve ou não fazer, ele pode falhar como motivação ou guia para os membros.

Agindo como um contrato social, eles delineiam normas, valores, expectativas e responsabilidades para o grupo. São documentos efetivos para educar os membros quando fornecem conhecimentos novos e relevantes. Quando escritos para fornecer informações de

regulamentação para os membros, eles passam a funcionar como códigos de conduta ou padrões de prática.

Fennell e Malloy (2007) afirmam que códigos de ética do turismo compreendem uma nova forma de regular o local de trabalho, estabelecendo direitos trabalhistas, normas para a produção global e fornecimento. Quando bem construídos, apresentam comportamentos fundamentados na racionalidade filosófica, sendo muito mais aptos a trazer resultados positivos para todas as partes interessadas.

A respeito do turismo, segundo os autores (2007), o ponto principal é reconhecer que embora se tenha comprado o direito de ser hedonista durante a prática das atividades, esse gozo ainda está sujeito à tensão dinâmica que existe entre liberdade e restrição. Dito isso, entende-se que a obrigatoriedade do desenvolvimento e da implementação apresenta muitas dificuldades, devido ao fato de o turismo ser uma atividade complexa e fragmentada, que cobre uma grande diversidade de práticas culturais e de negócios.

Segundo Fennell e Malloy (2007), durante os anos 80, após a constatação de que os códigos obrigatórios não eram viáveis para a atividade, iniciou-se o desenvolvimento de códigos de ética voluntários. Para um código de ética ser voluntário, sua característica principal deve ser a flexibilidade. Abordagens voluntárias podem ser mais efetivas que mecanismos de controle e comando no alcance de objetivos ambientais, por causa da sua flexibilidade e facilidade de uso. Regulamentações são, na maioria das vezes, mais complicadas devido aos seus direcionamentos legislativos e políticos.

Além disso, no turismo, as regulações são geralmente aplicadas durante o estágio de desenvolvimento; no estágio operacional, em que o serviço é o principal produto, a regulamentação é rara, conforme os autores (2007). Ou seja, mecanismos legislativos são tipicamente aplicados nos estágios iniciais de desenvolvimento do turismo, mas na fase operacional as empresas tendem a seguir suas próprias abordagens regulatórias. O desenvolvimento da ética como base para mecanismos que guiam a indústria tem o objetivo de preencher esse vazio regulador.

A necessidade de adesão aos códigos durante a fase operacional foi provocada pela deficiência nas políticas públicas voltadas para regulamentação em torno de investimentos e produções. Surgindo como resultado de pressões dos consumidores, dos concorrentes, e até mesmo por medo de regulações mais rigorosas. Então, o código deve ser cuidadosamente concebido e desenvolvido para não enfraquecer a importância dessas pressões. Um dos pontos

principais para evitar o enfraquecimento é a inclusão das partes interessadas (*stakeholders*), que serão envolvidas ou afetadas, em todas as fases de desenvolvimento do código, além da observância da sua completa execução na fase de implementação e durante a revisão do processo.

A forma de desenvolvimento e direcionamento dos códigos varia de acordo com os princípios dos seus elaboradores, como também, os objetivos para aqueles a quem os códigos estão voltados. Isso porque, códigos de ética para o turismo têm sido desenvolvidos por diversas instituições: governos, associações industriais e ONGs; tendo como alvos agências e operadores, comunidades receptores e turistas.

Conforme a análise de Fennell e Malloy (2007), quando direcionados para agências e operadores, geralmente são elaborados por grupos de fora, favorecendo um ideal e não uma norma. Códigos para turistas são, na maioria dos casos, escritos por ONGs ou associação de cidadãos com foco nos fatores socioculturais e ecológicos, apresentando características mais repreensivas. Códigos voltados aos receptores estão divididos em duas categorias: códigos para governos receptores e códigos para comunidades receptoras. Há predominância no desenvolvimento de tais códigos por comunidades receptoras, sendo orientados pela maximização dos benefícios e minimização dos custos, além disso, são tipicamente mais democráticos e participativos.

Sobre os valores que permeiam o homem durante o desenvolvimento das práticas turísticas, entende-se que no momento da viagem, o homem sente-se livre dos vínculos domiciliares e laborais. Desse modo, seria possível supor que estariam livres das obrigações morais que regulam seu comportamento na vida diária. Porém, segundo Fennell e Malloy (2007), como viajante, o homem é apenas livre “de” algo e não livre “para” algo. Ou seja, mesmo no exercício de atividades recreativas, é necessário conhecer e executar normas estabelecidas com base em princípios éticos.

Ao problematizar a questão, poder-se-ia afirmar que a moralização do turismo restringe a habilidade para aproveitar o momento em que é possível afastar-se das pressões diárias. Então, ele torna-se uma banalidade, pois, os indivíduos tendem a valorizá-lo apenas quando eles servem aos seus propósitos. Para evitar essa situação, o código deve ser escrito de modo a explicar completamente porque um modo preferido de comportamento é sancionado.

De acordo com Fennel e Malloy (2007), a falta de justificativa para os resultados esperados do comportamento do profissional, da empresa e dos turistas, apresenta como

consequência a ineficácia do código enquanto ferramenta educacional voltada à adesão. Fornecer uma explicação lógica para o comportamento é necessário, não apenas devido ao estabelecimento de um grupo de valores para o indivíduo, mas também, representa um sentido de respeito, justiça e dignidade.

Ainda assim, para Fennell e Malloy (2007), o conhecimento sobre a existência e o conteúdo do código não é suficiente para garantir a sua eficácia. Funcionários e membros devem estar conscientes de como o código é posto em ação diariamente. Por isso, sua comunicação deve estar focada não apenas na fase de conscientização, mas também, durante a execução. Superiores podem capacitar subordinados, habilitando-os como autoridade para tomar decisões, ou seja, a confiança é construída não só de cima para baixo, como também, através da vontade de capacitar os subordinados para provar que são capazes de exercer o bom senso, empenhando-se para construir um ambiente de cooperação entre todos os membros do grupo.

Apesar dos avanços, o esforço para entender os códigos de ética voltados para o turismo tem sido pouco significativo, quando comparado ao que está acontecendo no mundo dos negócios em geral. De acordo com Fennell e Malloy (2007), isso se deve ao fato de as empresas não serem obrigadas a adotar um código de ética. Sendo assim, só resta a esperança de que o mercado manifeste-se negativamente perante a ausência de tal código, o que influenciaria organizações comerciais, empresas, governos e comunidades a adotarem-no.

Operadores e associações precisam dedicar mais tempo e entusiasmo para melhor entender os impactos de suas atividades em longo prazo, empenho que tem sido evitado por conta do desejo de lucro imediato. Se mecanismos convencionais como códigos de ética e permissão parecem ser tão úteis quanto mecanismos mais sofisticados, como esquemas de certificação, então, mais esforços deveriam ser aplicados no planejamento, desenvolvimento, implementação e avaliação dessas iniciativas, a fim de alcançar resultados sustentáveis.

Segundo Fennell e Malloy (2007), uma das questões mais importantes no que se refere aos esforços para alcançar a eficácia do código de ética, é a falta de monitoramento e avaliação. Defendendo que eles devem ser acompanhados por um planejamento, não apenas para dar suporte aos aspectos procedimentais da implementação, como também, aos imprevistos que poderão acontecer. Do ponto de vista dos turistas, entende-se que a educação para ação ética torna-se muito mais relevante que o simples estabelecimento de códigos de ética.

Sobre as críticas ao código de ética do turismo, elas estão direcionadas ao fato de que o código pode servir apenas como manobra de fachada para encobrir a verdadeira essência da atividade turística: a busca do lucro e autointeresse. Apesar disso, para Fennell e Malloy (2007), a diferença de posicionamento entre aqueles que apoiam a iniciativa e aqueles que se mostram resistentes a ela, é proveniente da falta de conhecimento teórico, conceitual e empírico para esclarecer essa questão. Ou seja, não há conhecimento suficiente sobre códigos de ética do turismo para definitivamente aceitar um posicionamento ou outro.

Além disso, Fennell e Malloy (2007) chamam a atenção do leitor para o fato de os códigos de ética não serem aceitos como uma panaceia para os problemas que o turismo enfrenta. Esta é apenas uma opção defendida pelos autores, para o planejamento e desenvolvimento da ética no turismo, que pode ser complementada por outros métodos, como as regulamentações. Estratégias de gestão devem ser compostas por uma variedade de diferentes técnicas que são específicas no tempo, no espaço, e nos recursos. Nesse sentido, Fennell e Malloy (2007) discorrem sobre códigos internacionais de turismo, elaborados com o objetivo de promover a atividade de forma sustentável: O relatório do Programa das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento Humano (PNUMA), a Agenda 21 do turismo e o Código Mundial de Ética da OMT.

Em meio às reuniões da Organização Mundial do Turismo voltadas para o desenvolvimento e publicação do Código Mundial de Ética do Turismo, os autores Fleckenstein e Huesbsch desenvolveram um estudo intitulado *Ethics in Tourism - Reality or Hallucination?* O artigo apresenta uma análise sobre a importância de se investir tempo e esforço no desenvolvimento de um código mundial de ética, a fim de entender se a atividade turística poderia prestar-se a alguma forma de normatização ou controle.

Fleckenstein e Huesbsch (1999) fazem considerações sobre as situações dos trabalhadores do turismo; sobre os serviços oferecidos aos turistas; e sobre o retorno econômico às comunidades locais por parte das operadoras de turismo que se utilizam dos recursos naturais, culturais e humanos de uma região. Entendem, então, que o turismo pode ser um benefício, mas também, cria pressões inflacionárias que modificam a forma de vida das comunidades locais. Em contraposição a essa situação, o ideal seria que as práticas de turismo entendessem a natureza delicada dos atrativos e a responsabilidade de preservar as características e o simbolismo da área com potencial turístico.

Concordando com a necessidade de estabelecimento do código de ética, quer seja para indústrias e atividades isoladas, quer seja a nível mundial, Fleckenstein e Huesbsch

(1999) afirmam que vários pontos devem ser incluídos no desenvolvimento de qualquer código. Primeiro, a indústria do turismo deve reconhecer que é conduzida, principalmente, com base em um recurso limitado, ou seja, o ambiente natural. Pois, o desenvolvimento econômico sustentável requer limites de regulação do crescimento do sistema operacional. Em segundo lugar, a indústria do turismo precisa perceber que ela está baseada na comunidade e maior atenção deve ser dada aos custos socioculturais do desenvolvimento do turismo. Em terceiro lugar, a indústria do turismo deve reconhecer que ela é orientada por serviços e, então, tratar os empregados, bem como clientes, de forma ética.

Sendo assim, o código de ética pensado por Fleckenstein e Huesbsch (1999) deve contemplar não apenas a prestação de bens e serviços turísticos de qualidade aos visitantes, como também, deve considerar as relações estabelecidas com trabalhadores, comunidade local e meio ambiente. Observando que a relevância dos problemas ocasionados pela atividade turística estende-se além dos impactos ao ambiente físico local. Eles estabelecem um olhar para o homem no seu ambiente natural e no seu ambiente de trabalho.

As considerações de Fleckenstein e Huesbsch (1999) foram elaboradas no momento em que as discussões sobre o turismo sustentável concentravam-se em torno da necessidade de se estabelecer princípios éticos para orientação dessa atividade. Após a publicação do Código Mundial de Ética do Turismo, a Organização Mundial de Turismo promoveu encontros e seminários voltados para a divulgação e adesão de vários países aos princípios desse código. Neste sentido, a próxima sessão baseia-se nos esforços empreendidos pelo órgão máximo do turismo para torná-lo uma atividade ética e sustentável.

4.4 A ÉTICA PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO MUNDIAL A PARTIR DA OMT

A Organização Mundial do Turismo é uma agência especializada das Nações Unidas e Fórum Global, que tem o objetivo de tratar das questões políticas do turismo. Com sede em Madri, foi criada em 1925, como União Internacional das Organizações de Propaganda Oficial de Turismo, passando por muitas transformações e, em 1975, tornou-se a atual organização. Já, em 1977, estabeleceu acordo de cooperação com a Organização das Nações Unidas.

O objetivo fundamental da Organização Mundial do Turismo é

[...] promover e desenvolver o turismo para contribuir com a expansão econômica, a compreensão internacional, a paz, a prosperidade, o respeito universal e a observância dos direitos e liberdades humanas fundamentais, sem distinção de raça, sexo, língua e religião. (artigo 3, Estatuto da Organização Mundial do Turismo, 1970).

Em sua composição, é constituída por: Assembleia Geral que se reúne a cada dois anos; comissões regionais da África, Américas, Sudeste Asiático e Pacífico, Ásia do Sul, Europa e Oriente Médio, que se reúnem pelo menos uma vez por ano; conselho executivo, composto por 30 membros que se reúnem duas vezes por ano; quatro comitês; e, secretariado.

Os comitês da organização são: Comitê de ética do turismo, Comitê de mercados e competitividade, Comitê de estatísticas e conta satélite do turismo, Comitê de desenvolvimento do turismo sustentável.

A atual agenda política da OMT apresenta três objetivos:

- desenvolvimento do turismo responsável, sustentável e acessível a todos, com especial atenção aos países em desenvolvimento;
- implementação do Código Mundial de Ética do Turismo;
- avaliação econômica do turismo (conta satélite);
- formação e gestão do conhecimento.

A presente pesquisa está baseada, principalmente, nas deliberações do Comitê de ética do turismo, sendo que tais deliberações têm profunda relação com as ações do Comitê de desenvolvimento do turismo sustentável. E, de forma mais específica, as análises estão fundamentadas nas ações voltadas para elaboração e implementação do Código Mundial de Ética do Turismo.

O Código Mundial de Ética do Turismo foi adotado pela Assembleia Geral da Organização Mundial do Turismo (OMT), na resolução 406 (XIII) em 1º de Outubro de 1999, em Santiago do Chile. Nessa resolução, a Assembleia também afirmou o princípio para o Protocolo de implementação do Código Mundial de Ética baseado na criação de um mecanismo flexível de acompanhamento e avaliação sobre a implementação do código, e a criação de um instrumento de conciliação a fim de que os Estados e outras partes interessadas pudessem recorrer em consenso e de forma voluntária. Sendo assim, em 2004 foi criado o Comitê de Ética do Turismo, como um órgão independente e imparcial, cujos membros são

eleitos a título pessoal, e não como funcionários de governo ou representantes de seus países. As tarefas confiadas ao comitê estão voltadas para o Código Mundial de Ética do Turismo:

- promoção e divulgação do Código Mundial de Ética do Turismo;
- avaliação e acompanhamento da aplicação do código;
- conciliação para superar as diferenças relativas à sua aplicação ou interpretação.

Até chegar à sua atual composição, na qual todos os trabalhos encontram-se voltados à promoção do turismo ético e sua relação com o desenvolvimento sustentável, a organização percorreu um longo caminho. Para ordenar o turismo, minimizar seus impactos negativos e principalmente, a fim de enfatizar sua essência como atividade voltada para realização do ser humano e promoção da paz entre as nações, a Organização Mundial do Turismo tem elaborado algumas declarações. Esses documentos tiveram origem nas reuniões promovidas internacionalmente pelos países que a compõe.

Considerando, então, o período de maior discussão e publicidade sobre o desenvolvimento sustentável a nível mundial, a partir Declaração do Rio sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio-92), a publicação da Carta do Turismo Sustentável e da Agenda 21 do turismo, e principalmente, a publicação do Código Mundial de Ética do Turismo, bem como, a formação do Comitê de Ética do Turismo, as análises apresentadas neste estudo baseiam-se, prioritariamente, nos documentos, declarações e reuniões realizadas pela OMT do início da década de noventa até o ano de 2012. Incluindo algumas declarações anteriores ao período delimitado, a título de esclarecimento.

Em 1980 a OMT torna conhecida a primeira declaração mundial sobre o turismo: A declaração de Manila. Por meio dela, a organização chama a atenção dos Estados para que assumam a responsabilidade sobre o desenvolvimento das atividades turísticas, mesmo sem uma definição formal para a atividade. Afirmando que preza pela cooperação internacional e acredita que o turismo pode estimular o desenvolvimento, através do estímulo ao progresso econômico e social dos países. Esse é o período em que a organização ressalta as características positivas do turismo, exaltando os benefícios econômicos proporcionados pela atividade.

Com o argumento de que o direito ao uso do tempo livre na prática turística é consequência do direito ao trabalho, a declaração afirma o dever da sociedade de criar melhores condições para o turismo. Sobre os turistas, menciona que sua satisfação não deve constituir ameaça para os interesses sociais, econômicos, ambientais, históricos e culturais da

região visitada. Porém, ainda não é estipulada aos turistas, a responsabilidade pelo uso inadequado da localidade. O turista é tido principalmente como fonte de lucros.

Outra declaração importante para a compreensão da atividade turística e seus impactos na localidade é a Declaração de Haia. Em 1989, a organização já se mostra preocupada com os impactos negativos sobre o meio ambiente. Faz as primeiras menções sobre a relação entre turismo e meio ambiente, afirmando que o crescimento econômico proporcionado pelo turismo deveria considerar a capacidade de absorção dos destinos turísticos. É afirmada a importância da educação voltada aos turistas e à preparação profissionalizante, a necessidade de formas alternativas de turismo que preservem a identidade cultural e ofereçam produtos e instalações típicas, além de relatar a importância da participação harmoniosa da população local nas atividades.

A partir de então, já observamos a valorização da inserção da comunidade local, com a preparação educacional e profissionalizante, ao mesmo tempo em que é afirmada a responsabilidade de instruir os turistas. Estes devem ser educados e informados sobre o local que desejam visitar. Há o encorajamento dos destinos para que seja desenvolvido um turismo autêntico, de acordo com a realidade local. Pode-se afirmar, então, que são os primeiros aspectos que servirão como base norteadora para o desenvolvimento do turismo sustentável.

Com a disseminação das discussões a respeito do desenvolvimento sustentável, a partir de 1992¹⁶, o turismo passa a ser compreendido como uma atividade que, quando planejada, é capaz de favorecer essa forma alternativa de desenvolvimento. Sendo assim, o turismo sustentável foi literalmente mencionado e, conseqüentemente, passou a ser discutido, em 1995, na Primeira Conferência sobre Turismo Sustentável promovida pela Organização Mundial de Turismo, que originou a Carta do Turismo Sustentável.

Os artigos desse documento basearam-se na Declaração do Rio sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio-92) e nas recomendações da Agenda 21, oriundas do mesmo evento. O objetivo principal dessa declaração é assegurar a durabilidade dos recursos que são utilizados pelo turismo. Nela encontra-se a reafirmação dos fatores locais para o fortalecimento da identidade cultural em todas as formulações de estratégias turísticas. E, além da distribuição equitativa dos benefícios, ressalta a necessidade de distribuir e equilibrar os prejuízos ocasionados pela atividade.

¹⁶ Ano em que foi realizada a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento Humano (CNUMAD), conhecida também como Rio-92.

A transformação em atrativo turístico é apresentada como oportunidade para preservar o recurso natural, ao mesmo tempo em que possibilita a aquisição de recursos financeiros para manutenção e disponibilidade das práticas turísticas. No entanto, afirma que o objetivo principal de garantir a durabilidade dos recursos naturais, não pode alcançar êxito sem a participação da comunidade local no planejamento da atividade turística.

De acordo com Beni (2004), a principal observação que pode ser feita sobre o evento é que a iniciativa privada, na época, pouco se sensibilizava com os programas e ações de preservação ambiental. E, durante o evento, o foco esteve centrado na sustentabilidade ambiental, sem a preocupação com as outras dimensões. No entanto, conforme explica Beni (2008), a sustentabilidade ecológica do turismo é apenas um dos cenários da sustentabilidade¹⁷. Logo, o turismo sustentável não pode reservar-se a preocupação com os impactos físicos ambientais da atividade. Deve incluir também os impactos sociais, culturais, políticos e econômicos.

Em apoio a Rio-92 e a Carta do Turismo Sustentável, ainda na década de 90, a Organização Mundial do Turismo, juntamente com o Conselho Mundial de Viagens e Turismo, e o Conselho da Terra, publicaram a “Agenda 21 para indústria de Viagens e Turismo”, um programa de ação com interesse em proteger os recursos naturais e culturais entendidos como o núcleo do negócio no turismo. Tal programa enfatiza o benefício de tornar sustentável toda a indústria do turismo, em vez de centrar-se apenas no desenvolvimento de uma única segmentação. Através de ações orientadas para atividades práticas, funciona como um código de conduta para indústria de viagens e turismo.

O documento encontra-se dividido em duas partes. Conforme a World Tourism Organization (1997), a primeira parte está direcionada às organizações governamentais, autoridades nacionais do turismo e representantes de organizações comerciais. A segunda descreve as etapas necessárias para a adoção de práticas sustentáveis no processo de gestão empresarial, referindo-se às empresas de todas as dimensões e setores. Além disso, há algumas orientações que apresentam a importância de os países desenvolvidos disponibilizarem tecnologias e informações de práticas sustentáveis, aos países com baixo desenvolvimento socioeconômico, mas que detenham localidades com potencial turístico.

¹⁷ Baseando-se nos estudos de Ignacy Sachs (2000), os cenários da sustentabilidade correspondem as suas respectivas dimensões: sustentabilidade social, sustentabilidade econômica, sustentabilidade ecológica, sustentabilidade cultural e sustentabilidade política.

Entretanto, não há uma sessão com referências específicas às ações voltadas para as comunidades locais ou turistas. Elas estão restritas a algumas recomendações dispersas entre as duas partes do programa. Na primeira parte, com orientações às organizações governamentais, baseando-se em WTO (1997), há referência às comunidades locais, quando se afirma que as autoridades deveriam assegurar que todos os setores da sociedade civil tenham oportunidade de participar do turismo sustentável. Para orientação dos clientes, e possivelmente, dos turistas, recomenda-se apenas o desenvolvimento de selos de qualidade ambiental para as práticas turísticas, a fim de torná-las credíveis e reconhecidas no mercado.

Na segunda parte, conforme WTO (1997), referente aos setores privados da indústria de viagens e turismo também há menção de algumas iniciativas voltadas às comunidades locais, dispersas ao longo do texto: utilizar produtos e mão de obra local; envolver as comunidades nas decisões sobre o desenvolvimento da atividade e assegurar que as orientações estabelecidas possam ser postas em prática; disponibilizar conhecimento sobre os riscos e benefícios das atividades do negócio às comunidades locais; contribuir para o desenvolvimento econômico e bem-estar da comunidade local; promover a interação entre os turistas e as comunidades locais e, assim, o aumento do conhecimento sobre outras culturas; por fim, incorporar as preocupações das comunidades no processo de planejamento.

Após a publicação da “Agenda 21 para Indústria de Viagens e Turismo”, a organização sentiu necessidade de aperfeiçoar as discussões sobre o turismo sustentável, aprofundando alguns princípios, a fim de orientar o desenvolvimento ético e sustentável das diversas segmentações do turismo. Em 1999, a OMT apresenta o Código Mundial de Ética do Turismo, no qual reúne em artigos, os principais objetivos das suas declarações. Os artigos afirmam o reconhecimento do turismo como atividade que pode proporcionar o entendimento e o respeito entre os homens, como instrumento de desenvolvimento pessoal e coletivo, fator de desenvolvimento sustentável e enriquecimento do patrimônio cultural da humanidade.

Destaca o turismo como atividade benéfica para os países e comunidades de destino, por conta da criação de empregos e políticas organizadas para melhorar o nível de vida da população. Ressalta a necessidade de estudos sobre o impacto dos projetos turísticos, discorre sobre as obrigações dos agentes do desenvolvimento responsáveis pela atividade, sobre o direito ao turismo, a liberdade de deslocamento, bem como, direito dos trabalhadores e dos empresários do setor.

O código não pretende funcionar como uma barreira ao crescimento econômico da atividade, apenas salvaguardar os recursos naturais, como fica claro no terceiro artigo:

Todos os agentes de desenvolvimento turístico têm o dever de proteger o meio ambiente e os recursos naturais, com perspectiva de um crescimento econômico constante e sustentável, que seja capaz de satisfazer equitativamente as necessidades e aspirações das gerações presentes e futuras. (Artigo 3, Código de Ética Mundial do turismo, 1999)

Ainda fazendo referência ao artigo terceiro, “O Turismo, fator de desenvolvimento sustentável”, sua proposta incide especificamente sobre o turismo de natureza¹⁸ e ecoturismo¹⁹, o que restringe o entendimento e a possibilidade de desenvolvimento sustentável a estes segmentos da atividade turística. As estratégias estão relacionadas à proteção do patrimônio natural que constituem os ecossistemas e a diversidade biológica, bem como, dos ambientes vulneráveis, áreas de parques ou reservas protegidas. O que dificulta o entendimento sobre o desenvolvimento sustentável do turismo como uma forma de gestão que deve ser adotada por todas as segmentações da melhor forma possível, e não apenas às áreas naturais protegidas, como uma espécie de “nova segmentação” ou “novo produto”.

No código de ética as empresas multinacionais são apresentadas como importantes para a promoção do desenvolvimento econômico na região. Porém, para que isso de fato ocorra, afirma a necessidade de se evitar ações que tentem manipular e converter modelos culturais artificiais às comunidades receptoras, bem como, a repatriação dos lucros obtidos no local. Ao fazer referência aos benefícios proporcionados às comunidades de destino, afirma-se que os estudos de impacto dos projetos no entorno e nos meios naturais, deverão ser amplamente divulgados, a partir de meios que favoreçam o diálogo sobre os seus conteúdos com as populações interessadas. Referindo-se exclusivamente a preocupação com o impacto ao ambiente físico, aquilo que pode prejudicar a atratividade do local e os lucros obtidos.

¹⁸ Também conhecido como turismo ecológico, turismo verde e turismo ambiental, conforme os estudos de Beni (2008). O turismo de natureza é uma segmentação em que ocorre o deslocamento de pessoas para espaços naturais, motivadas pelo desejo de fruição da natureza e práticas de atividade esportivas. Segundo o autor “[...], ainda que haja uma preocupação de educação e conscientização ambiental, a característica dominante é uma maior flexibilização ou inexistência de restrições rígidas e limites à utilização do espaço visitado.” (BENI, 2008, p. 470).

¹⁹ De acordo com Beni (2010), no Brasil, o ecoturismo é comumente confundido com o turismo ecológico, pois ambos acontecem em espaços naturais. Porém, o ecoturismo apresenta como principal característica o fato de ser um tipo de turismo que ocorre em espaços naturais delimitados e protegidos pelo Estado, seja de forma isolada, ou em parcerias com associações locais e ONGs. Além disso, “Pressupõe sempre uma utilização controlada da área com planejamento de uso sustentável de seus recursos naturais e culturais, por meio de estudos de impacto ambiental, estimativas da capacidade de carga e suporte do local, monitoramento e avaliação constantes, com plano de manejo e sistema de gestão responsável.” (BENI, 2008, p. 470).

Logo, a partir da sua publicação, o código passou a funcionar como um plano de intenções, por meio do qual a OMT retrata questões de responsabilidade social, ambiental e econômica, e, além disso, esclarece os países sobre a necessidade de promover o gerenciamento do turismo de forma ética e sustentável.

Ainda na década de 90, o Programa das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e desenvolvimento humano (PNUMA) divulgou os “Princípios para implementação do turismo sustentável”. Este documento teve como objetivo estabelecer orientações práticas para a gestão do turismo sustentável, caracterizando-se muito mais por um código de conduta, que reforça e delibera sobre os princípios do Código Mundial de Ética do Turismo, publicado pela OMT.

O primeiro princípio corresponde à integração do turismo ao conjunto de políticas para o desenvolvimento sustentável, através do estabelecimento do plano diretor. O segundo princípio corresponde ao planejamento para o desenvolvimento do turismo sustentável, a fim de manter a qualidade da experiência do visitante e proporcionar benefícios às comunidades locais. O terceiro princípio trata da legislação e padrões, aconselhando à uniformização da legislação e simplificação da regulamentação das atividades e empreendimentos, o reforço da regulamentação para gestão nas zonas costeiras e criação de áreas protegidas. E, para mensurar o progresso alcançado, o desenvolvimento de mecanismos como indicadores para o turismo sustentável²⁰. O quarto princípio refere-se à gestão do turismo, garantindo seu desempenho por meio da revisão das atividades, a fim de detectar problemas em fase inicial e fomentar o uso de tecnologias ambientalmente adequadas para os serviços de turismo e infraestrutura.

Por fim, o programa (PNUMA) reitera os princípios para alcançar o sucesso com o turismo sustentável, considerando três iniciativas essenciais: o envolvimento das partes interessadas por meio de ações em projetos e responsabilidade partilhada; a troca de informações com objetivo de promover o amplo entendimento sobre seus princípios e sua implementação; a capacitação para desenvolver e reforçar os recursos humanos integrando as considerações ambientais, humanas e ecológicas.

Diante deste contexto, a OMT adota os princípios do desenvolvimento sustentável a todas as práticas e planejamentos turísticos, e assim define o turismo sustentável:

²⁰ A OMT produziu o primeiro conjunto de indicadores ambientais do turismo sustentável, que será melhor detalhado no decorrer do texto.

O desenvolvimento do turismo sustentável atende às necessidades dos turistas de hoje e das regiões receptoras, ao mesmo tempo em que protege e amplia as oportunidades para o futuro. É visto como um condutor ao gerenciamento de todos os recursos, de tal forma que as necessidades econômicas, sociais e estéticas possam ser satisfeitas sem desprezar a manutenção da integridade cultural, dos processos ecológicos essenciais, da diversidade biológica e dos sistemas que garantem a vida. (OMT, 2003, p. 24)

Em 2000 a OMT publica a Declaração de Hainan, tendo como objetivo principal discutir as questões críticas para o desenvolvimento sustentável do turismo. Com a declaração, a organização pretende integrar o planejamento para o turismo com o planejamento para o desenvolvimento nacional. Através desta, a OMT estabelece as funções das partes interessadas para o desenvolvimento do turismo sustentável, destacando-as: governo, indústria do turismo, ONGs, proprietários de terras e comunidade local.

Entre outras funções, o governo deve garantir a participação das partes interessadas, estabelecer políticas e monitorar a qualidade ambiental. O setor privado é responsável por adotar tecnologias ambientalmente adequadas, educação dos turistas, planejamento e gestão da terra. As ONGs e proprietários de terra devem prezar pela integridade ambiental dos recursos naturais. E a comunidade local, considerada a principal interessada na expansão e manutenção da indústria do turismo, deve ter consciência de seu papel de destaque e trabalhar de forma organizada. A declaração enfatiza como uma questão crucial para o desenvolvimento sustentável, a efetiva participação da população local, e reconhece que o sucesso do turismo é influenciado pelo seu nível educacional.

Estimulando a adoção de medidas práticas, a organização encoraja o uso de indicadores de sustentabilidade como critério para avaliar o progresso da atividade turística. Reafirmando que no turismo, melhoria da qualidade de vida e desenvolvimento ambiental economicamente viável são mutuamente dependentes. Segundo a OMT (2003), esses indicadores avaliam os impactos do turismo em uma área, para verificar se as intervenções positivas estão ocorrendo conforme o esperado e se as negativas estão sendo evitadas. Os indicadores são definidos de acordo com os tipos de impactos que afetam diretamente a área envolvida e com base nos objetivos de desenvolvimento do turismo na área.

A partir dessas considerações, entende-se que o apoio ao desenvolvimento turístico de uma localidade, só poderia ser feito sob a constatação de que traria benefícios econômicos e sociais para a comunidade receptora. Porém, nesse sentido a dimensão econômica do turismo sustentável ainda se depara com algumas controvérsias. Pois, a maior dificuldade é

fazer com que as destinações turísticas alcancem seus objetivos econômicos sem perder de vista às questões sociais e ambientais.

A organização trabalha com um conjunto de indicadores ambientais do turismo sustentável para uso dos agentes turísticos, que avaliam as informações sobre os impactos e benefícios da atividade em uma determinada área. Por seu caráter relativo, determinado pelos objetivos de desenvolvimento turístico para região, cada autoridade local é convidada a estabelecer a sua própria lista de indicadores, a qual deve avaliar os impactos mais influentes e compatíveis com o objetivo da atividade turística na região. Então, a organização (2003) apresenta os indicadores centrais do turismo sustentável²¹, aplicados a quase todas as regiões, e, indicadores suplementares do turismo sustentável²², que são mais específicos e podem ser empregados em diferentes ambientes turísticos.

A OMT (2001) tem concentrado iniciativas voltadas à divulgação dos indicadores ambientais e ao entendimento sobre a capacidade turística dos destinos. “Um conceito fundamental para a gestão do turismo sustentável é, como foi dito, a capacidade de carga turística.” (OMT, 2001, p. 254). A capacidade de carga turística é definida pela OMT (2001) como o limite de desenvolvimento e utilização dos recursos turísticos sem que causem efeitos negativos, impliquem em deterioração da diversidade biológica, redução da satisfação dos turistas, ou qualquer efeito sobre a comunidade receptora, sua economia e cultura. As considerações sobre a capacidade de carga turística foram elaboradas com base nas dimensões da sustentabilidade, são elas: capacidade de carga ecológica, capacidade de carga social, capacidade de carga do turista, capacidade de carga econômica da região.

Segundo a OMT (2003) a análise da capacidade de carga turística pode ser utilizada para determinar o nível de desenvolvimento e de utilização dos atrativos, instalações e serviços. Para a mesma (2003), “O estabelecimento da capacidade de carga tem por base o conceito da manutenção de um nível de desenvolvimento turístico ou de utilização de um lugar pelo visitante [...]” (OMT, 2003, p. 04). No entanto, reconhece que esse não é um indicador muito específico, pois a capacidade turística varia e o seu limite não é estabelecido de forma precisa. É necessário elucidar o tipo de capacidade que está sendo considerada. Além disso, os aspectos da capacidade de carga turística podem até mesmo ser conflitantes entre si.

²¹ O anexo 1 traz a lista de indicadores centrais do turismo sustentável, conforme a OMT (2003).

²² O anexo 2 traz a lista de indicadores suplementares do turismo sustentável, conforme a OMT (2003)

Desse modo, entende-se que a publicação dos princípios éticos para o turismo sustentável, a partir do código de ética, reorientou as discussões sobre a gestão do turismo sustentável, o papel das partes interessadas no turismo, a importância de desenvolver indicadores de sustentabilidade e estudos sobre a capacidade turística. Por isso, a Organização Mundial do Turismo tem a publicação do Código Mundial de Ética do Turismo como um marco no estabelecimento de princípios para o desenvolvimento do turismo sustentável.

No entanto, sua publicação não foi suficiente para torná-lo conhecido e fazer com que os destinos e agentes turísticos estabelecessem um entendimento comum e uma conduta adequada. Para analisar a influência do código no planejamento turístico dos países, a Organização Mundial do Turismo tem promovido uma série de encontros. O primeiro deles aconteceu em junho de 2006, na cidade de Quito, Equador: “Primeiro Seminário Regional da OMT sobre Ética no Turismo”.

As primeiras comunicações do evento, de acordo com WTO (2007), referiram-se à divulgação e à aplicabilidade do código de ética. Mário Carlos Beni apresentou algumas sugestões para a implementação do código e expôs a necessidade de compreensão do termo “turismo sustentável”. Alain Pellet, assessor jurídico da OMT, declarou que órgãos de turismo e Estados não tem recorrido ao Comitê em busca de auxílio ou orientações para sua implementação e planejamento. Segundo o mesmo, essa é uma das características que denota a falta de conhecimento e divulgação do Código entre os órgãos públicos e privados. Nesta perspectiva, foi esclarecido que o objetivo do código é servir de referência e orientação, além de forjar um consenso sobre práticas responsáveis de turismo com vistas a melhorar a qualidade, a confiança e a credibilidade do setor.

Fazendo menção, ao papel das empresas privadas no turismo, afirmou-se a importância de assumirem e desenvolverem atividades relacionadas à Responsabilidade Social Corporativa (RSC). Conforme WTO (2007), a sustentabilidade não representa a depreciação de benefícios econômicos para as empresas turísticas, podendo ser utilizada como uma vantagem competitiva. No entanto, para serem efetivadas, as práticas precisam incluir a comunidade local na produção, distribuição, marketing, venda e prestação de serviços turísticos. É preciso garantir a acessibilidade das comunidades a cadeia de valor completa, gerada pela atividade turística.

Na sexagésima quinta Assembleia Geral da OMT sobre Desenvolvimento sustentável e Implementação do Código Mundial de Ética do Turismo, realizada em 10 de agosto de 2010, foi elaborado um diagnóstico sobre a atuação do Comitê de ética do turismo, no qual foram apresentados os avanços e os objetivos que ainda precisavam ser mais bem trabalhados.

Considerando que desde a adoção do Código Mundial de Ética do Turismo, em 1999, grande parte do trabalho da organização está direta ou indiretamente vinculado ao código, foi declarado que a organização ainda precisa empenhar um grande esforço no sentido de aumentar a adesão do conteúdo e disposições do código de ética às legislações nacionais, aos regulamentos e códigos profissionais das administrações e *trade* turístico²³.

Um aspecto importante a ser ressaltado sobre esta assembleia, é que foi estimulada a incorporação da indústria do turismo as estratégias voltadas à economia verde, investimento e desenvolvimento de infraestrutura do turismo verde, e a promoção de uma cultura verde entre os fornecedores, consumidores e comunidades, seguindo os princípios do artigo 3 do Código Mundial de Ética do Turismo.

Conforme já fora citado, as críticas ao artigo 3 do código de ética decorrem do fato de que o turismo, como fator de desenvolvimento sustentável, está restrito a análises e adequações meramente ambientais e, principalmente, por meio da citação expressa do turismo de natureza e do ecoturismo, como principais segmentações para o desenvolvimento do turismo sustentável. Neste sentido, a sustentabilidade no turismo passa a ser utilizada como um novo produto, uma nova segmentação elaborada por meio de ajustes ecológicos nos serviços, produtos e conscientização dos fornecedores, consumidores e comunidades, em relação aos problemas ambientais.

Sobre a relação e a inadequação entre os conceitos da economia verde e desenvolvimento sustentável, faz-se necessário recorrer aos estudos de Fátima Portilho (2005). A partir de suas considerações, é possível entender a economia verde como uma forma de regulação que se dá pelo viés da livre concorrência no mercado. Pois, é a competitividade empresarial a principal responsável por estimular o uso de tecnologias limpas e o desenvolvimento de produtos “verdes”, bem como, “ecologicamente corretos”.

As políticas ambientais baseadas na economia verde estão voltadas à correção de um modelo de atividade econômica, sem a necessidade de compreensão, questionamento e transformação desta prática. O enfrentamento dos problemas sociais é encarado pela via individual (consumidores dos produtos e atividades isoladas das empresas), enfraquecendo a via social, além de reduzir o ideal de cidadania e participação na esfera coletiva.

Neste sentido, torna-se necessário elucidar a diferença que existe entre o desenvolvimento do turismo verde e do turismo sustentável, pois, a confusão ocasionada pelo compartilhamento desses conceitos durante a assembleia, dificulta a compreensão dos

²³ Organizações comerciais que trabalham com a atividade turística.

princípios éticos do turismo sustentável. Mediante o entendimento de Portilho (2005), observa-se que o desenvolvimento do turismo baseado na economia verde está restrito a mudanças tecnológicas, de design em produtos, serviços e mudanças comportamentais dos turistas. Já o turismo sustentável pretende que a transformação seja mais ampla, que esteja ligada às estratégias de políticas públicas e à necessidade de fortalecimento democrático do modelo institucional e regulatório da sociedade.

Em junho de 2011, foi realizado o “Seminário sobre ética no turismo da Ásia e Pacífico: Turismo responsável e seu impacto socioeconômico em comunidades locais”, em Bali, Indonésia. As discussões do Seminário deram origem à “Declaração do Espírito de Bali”, que foi adotada pelos 150 países participantes e resume as principais conclusões resultantes das discussões durante o evento.

O Seminário foi organizado em três sessões. Na primeira, “Ética e Turismo Responsável: Marco conceitual e formulação de políticas”, firmou-se a importância do código e reconheceu-se que devido às tendências mundiais do setor de turismo, e ao crescimento do número e do perfil dos turistas, é conveniente a existência de conselhos para orientar os visitantes e moradores do destino. Na segunda sessão, “Ética no turismo e garantia de melhores produtos e serviços turísticos”, foi analisada a importância da aplicação da ética no turismo para os diversos níveis profissionais e partes interessadas (*stakeholders*).

Sob o ponto de vista das instituições de ensino, entendeu-se que seu objetivo não deveria ser apenas divulgar o código, mas incentivar a conscientização dos estudantes a respeito dos problemas morais do turismo. Entre esses problemas, foram declaradas: a necessidade de proteção às crianças contra a exploração sexual em viagens e turismo; as falhas do governo e da indústria em relação à proteção das comunidades locais e seus direitos; bem como, a preponderância da falta de consulta às partes locais interessadas.

Na terceira sessão, “Impacto socioeconômico do Desenvolvimento Sustentável do turismo em comunidades locais: Melhores práticas” foram apresentadas atividades que estavam sendo desenvolvidas no sentido de fortalecer as perspectivas sociais e econômicas das comunidades locais. Além disso, foram compartilhadas experiências realizadas em pequena escala por alguns países, como: organizações sociais voltadas para o ecoturismo; o desenvolvimento do Turismo de base comunitária; e, a elaboração de um Guia do Turismo Responsável, com o objetivo de promover empresas de base comunitária empenhadas em fazer dos destinos lugares melhores para a população local e para experiência dos visitantes, funcionando como uma fonte de informação para os viajantes.

O Turismo de base comunitária é um dos tipos de segmentação da atividade que se relaciona profundamente com o desenvolvimento sustentável do turismo. Isso porque, de acordo com Maldonado (2009), o turismo de base comunitária ou turismo comunitário estabelece-se mediante a autogestão sustentável dos recursos patrimoniais comunitários, através de práticas de cooperação, equidade e distribuição dos benefícios gerados. Sua característica principal está no incentivo ao diálogo e encontros interculturais, na mobilização de recursos próprios, e na valorização do patrimônio comum com a finalidade de gerar ocupação e meios de vida para os membros envolvidos. A finalidade não é o crescimento da atividade com o aumento nos lucros, mas sim a distribuição equitativa, através do investimento em projetos de caráter social ou de produção.

Ainda no ano de 2011, conforme a OMT, foi realizado em Madrid, Espanha, o “Primeiro Congresso Internacional de Ética e Turismo”, de 15 a 16 de setembro, uma década após a aprovação do Código Mundial de Ética do Turismo por parte da Assembleia Geral da ONU. Diante do quadro de crise econômica mundial, reiteraram-se os esforços no sentido de que os governos e as multinacionais fossem orientadas a desenvolver projetos de acordo com os princípios do código de ética, citando o Turismo social²⁴ como um segmento da atividade que apresenta características em total acordo com as intenções do código. Além disso, considerou-se a sustentabilidade como um princípio que para ser alcançado, necessitaria de uma visão comum sobre os seus valores básicos, como também, que o turismo poderia desempenhar um papel central na criação desse senso compartilhado.

No âmbito do turismo foram discutidas questões como: a necessidade de se calcular sua pegada ecológica; a importância de se comprometer com o combate à exploração sexual de crianças; acessibilidade como uma parte importante para o desenvolvimento do turismo de forma responsável; e, que no trabalho voltado para erradicação da pobreza, o pouco sucesso alcançado por algumas iniciativas seria decorrente da falta de continuidade, eficácia e profissionalização do setor. Para superar esses problemas, conjecturou-se sobre a necessidade de que os princípios éticos voluntários fossem substituídos lentamente por leis rígidas, pensando na possibilidade de elaboração de um padrão internacional, enquanto critério global para o turismo sustentável.

Por fim, a falta de monitoramento e avaliação das medidas aplicadas foi caracterizada como responsável pelo progresso lento na ética do turismo. Nesse mesmo

²⁴ O autor Mário Beni prefere a denominação “Turismo socializado”, e segundo ele, é aquele segmento que “[...] é fomentado com o objetivo de facilitar o turismo interno das classes menos favorecidas economicamente.” (BENI, 2008, p.468). Sendo mais facilmente viabilizado por meio da intervenção do Estado, sem objetivo de lucro e recuperação de investimentos de forma imediata.

sentido, houve um alto grau de responsabilidade transferido ao turista, quando se afirmou que eles não estariam dispostos a pagar mais caro por práticas éticas. Ao transferir a responsabilidade para os consumidores, considera-se que o valor monetário do meio ambiente ou de uma melhoria na sua qualidade poderia ser obtido medindo a disposição do consumidor a pagar por isso.

Tal posicionamento não justifica, ou melhor, não é condizente com o desenvolvimento sustentável do turismo, pois, essa estratégia enfatiza que produtos “ecologicamente corretos” estariam disponíveis apenas a uma parcela da sociedade apta a arcar com os custos transferidos a ela. Enquanto a grande maioria, desprovida de poder aquisitivo, seriam disponibilizados serviços “inferiores”, caracterizados pela falta de comprometimento com os princípios éticos voltados ao desenvolvimento do turismo sustentável.

Sobre o documento resultante do Congresso, intitulado “Compromisso com o Código Mundial de Ética para o Turismo da OMT”, assinado pelo setor privado e associações, a adoção de princípios éticos é entendida como um instrumento favorável ao crescimento econômico sustentável do turismo. “Para atingir um crescimento econômico sustentável, satisfazendo as necessidades das gerações presentes e futuras, é essencial que os agentes de turismo salvaguardem o ambiente natural. [...]” (Artigo 3º, Compromisso com o Código Mundial de Ética do Turismo da OMT, 2011). O que é compatível com a atribuição de responsabilidade pelo sucesso da ética no turismo, aos consumidores que estariam dispostos a pagar para usufruí-lo.

Por outro lado, no documento assinado ficou estabelecido que o planejamento e as operações devem integrar os setores econômicos e sociais locais, realizar estudos sobre o impacto ambiental dos projetos de desenvolvimento, disponibilizar informações sobre programas futuros e suas possíveis repercussões, além de promover o diálogo com as populações atingidas. Sobre os profissionais do turismo, foi frisada a obrigação de fornecer informações objetivas e honestas aos turistas.

A respeito das empresas multinacionais de turismo, afirmou-se que elas não devem valorizar modelos artificiais, impondo sua posição dominante no destino. Considerou-se, porém, que a promoção do desenvolvimento local através da utilização de produtos e mão-de-obra local, seria apenas uma forma de compensar a liberdade para investimento e comércio da multinacional na região.

No ano seguinte, de 11 a 12 de setembro de 2012, de acordo com a OMT, foi realizado o “Segundo Congresso Internacional de Ética e Turismo”, na cidade de Quito,

Equador. O evento deu continuidade aos trabalhos iniciados no ano anterior, voltados à disseminação de conceitos e debates sobre o Código Mundial de Ética do Turismo. Este segundo encontro teve como prioridade a promoção do Turismo Consciente, cujo conceito baseia-se nos mesmos princípios de sustentabilidade e ética que envolvem os valores da paz, amizade, respeito e amor pela vida como a essência da atividade turística.

As principais discussões desse evento estiveram centradas em questões como: sustentabilidade ambiental, proteção e respeito aos direitos humanos (especialmente sobre os direitos das mulheres, crianças e povos indígenas), inclusão social, acessibilidade universal e turismo para todos (com foco nas pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, e idosos), no papel desempenhado pelo setor privado para garantir a sustentabilidade do turismo, e na responsabilidade social corporativa.

Esclareceu-se que o turismo consciente objetiva estabelecer um pacto de coexistência entre comunidades receptoras e visitantes, entre a identidade cultural e a identidade natural. Além disso, medir a prosperidade mais em termos de valores espirituais que bens materiais. No entanto, para a promoção desse turismo consciente, foram apresentadas as necessidades e as dificuldades que o setor privado e os empresários do turismo têm de combinar negócios com o conceito de sustentabilidade e responsabilidade social corporativa. Para superar essas dificuldades seria necessário estabelecer uma sólida parceria entre os setores públicos e privados. Essa parceria teria o objetivo de favorecer as comunidades locais, o respeito ao meio ambiente, e proporcionar aos turistas e viajantes uma verdadeira experiência de vida.

A partir de então, percebe-se que a OMT percorreu um extenso caminho até a conclusão sobre a necessidade de uma discussão séria a respeito do turismo sustentável. No entanto, ao longo das recomendações, houve uma maior valorização e menos conturbada adesão da sua dimensão ambiental. Tal posicionamento favoreceu um turismo sustentável voltado exclusivamente para a proteção do meio ambiente. O que provocou algumas desconfianças sobre a viabilidade dessa atividade do ponto de vista econômico.

O conceito de turismo sustentável não é contra o crescimento da atividade em uma determinada região, no entanto, exige a adoção de algumas medidas voltadas à prevenção dos seus impactos negativos. A OMT já reconheceu isso, o problema é que na prática houve um longo caminho para que se fizessem presentes as considerações sobre a preservação ambiental no planejamento turístico. E até o momento, a organização tem empreendido esforços no sentido de operacionalizar suas recomendações.

Porém, apenas a preservação ambiental não é suficiente para o desenvolvimento do turismo sustentável. Pois, ela só garante a manutenção da base física, que é a fonte de lucro da atividade, desconsiderando que o turismo é uma atividade centrada no homem, e que os empreendimentos e recursos não representam a sua essência sem a presença dele. Esse aspecto tem sido apresentado desde as primeiras declarações da OMT. No entanto, foi corrompido e reelaborado pelo sistema econômico, interessado não na essência do turismo, mas em conseguir aumentar os lucros utilizando o turista.

As modificações referentes à motivação e expectativas dos viajantes e da população receptora foram acompanhadas pela transformação da “atividade turística” em “indústria do turismo”. Desse modo, a sua essência econômica, bem como, a estrutura artificialmente construída para o desenvolvimento e o consumo da atividade destacaram-se como características primordiais. Enquanto o valor da viagem, favorável ao conhecimento sobre a natureza humana e ao contato com o outro por meio da vivência de diferentes normas sociais, foi suprimido.

Compreendido como uma “indústria limpa”, o turismo apresenta um forte poder para incorporar as atividades desenvolvidas e mercantilizá-las, por isso, é caracterizado também como um “conquistador pacífico”. A fim de reorientar esta situação, baseando-se numa perspectiva voltada à sustentabilidade em todas as suas dimensões, as ações relacionadas ao turismo sustentável visam favorecer a comunidade local e a preservação do meio ambiente. Para isso, é necessário equilibrar o crescimento econômico da atividade com o desenvolvimento social e ambiental.

É interessante ressaltar que diversas modalidades de turismo podem ser consideradas sustentáveis por priorizar tais princípios em níveis diferentes. Entretanto, a ética que permeia o turismo sustentável volta-se principalmente à participação e aos interesses de todos aqueles envolvidos com a atividade, ou seja, é uma forma de gestão que valoriza a equidade durante os processos de tomada de decisão. Além disso, orienta a relação entre operadores e comunidade, prestadores de produtos/serviços e turistas, operadoras e ambiente natural. Dessa forma, o desenvolvimento do código de ética para a atividade, em si mesmo, já é considerado uma ferramenta importante para educação dos consumidores, operadoras de turismo e governos.

Porém, é aconselhável que o código seja adotado enquanto filosofia de trabalho, pois, ao manifestar-se apenas como ordem, ele apresenta falhas na motivação para a sua implementação. A falta de justificativa para o delineamento das normas, valores, expectativas

e responsabilidades tem como consequência a ineficácia do código enquanto ferramenta educacional. Logo, o desenvolvimento do código apresenta como principal característica a abertura do espaço aos turistas, comunidades receptoras e operadoras de turismo a uma educação para a ação ética. Ele não se restringe apenas à preocupação com os impactos ao ambiente físico.

A relevância em relação ao controle e ao planejamento da atividade, enfatizada pelo desenvolvimento sustentável do turismo e pelo código de ética, encontra-se pautada: no reconhecimento do recurso limitado do qual o turismo se utiliza; na necessidade de disponibilizar maior atenção aos custos socioculturais do seu desenvolvimento; na importância de tratar os empregados e clientes de forma ética; na obrigação de prestar bens e serviços de forma idônea; na necessidade de orientar as relações estabelecidas entre trabalhadores, comunidade local e meio ambiente baseada na participação e na equidade dos processos decisórios.

Porém, analisando as publicações da OMT, compreende-se que o discurso do desenvolvimento sustentável voltado para a preservação ambiental dos recursos (atrativos turísticos), foi o que ganhou maior força e aceitação pelo *trade* turístico. Fato que chama a atenção, na medida em que se percebe como o sistema econômico consegue antecipar-se ao discurso do desenvolvimento sustentável, não modificando as características da sua atividade, mas, dissimulando o conceito de forma a transformá-lo a seu favor.

Por isso, toda essa preocupação da OMT voltada para a divulgação do Código Mundial de Ética do Turismo, reforçando os princípios para um turismo sustentável, além do ponto de vista restritamente ambiental. Tais questões já não podem ser analisadas apenas a partir da necessidade de preservação da natureza, afastando-a do homem. Caso contrário, o turismo dificilmente conseguirá promover o desenvolvimento sustentável de uma região ou empreendimento, e não passará de mais uma forma de segmentação econômica da atividade.

Os primeiros documentos, especificamente voltados para o desenvolvimento sustentável do turismo, tinham como objetivo garantir a durabilidade dos recursos utilizados, para que a atividade não fosse prejudicada. Ou seja, o interesse era fundamentalmente econômico, e o alvo principal dos direcionamentos era a iniciativa privada, pois, as recomendações estavam estritamente vinculadas à indústria do turismo.

Com a publicação do código de ética manifestou-se o interesse em inserir a população nas discussões a respeito da atividade, através do diálogo sobre as previsões de

impactos ao ambiente físico. Mais uma vez, destaca-se a preocupação em caráter exclusivo com os recursos naturais, visto que a sustentabilidade no turismo é citada como fator de vantagem competitiva. Portanto, no lugar de “turismo sustentável” as ações promovidas pela OMT estão muito mais aptas ao desenvolvimento do “turismo verde” – baseado na competitividade empresarial e enfrentamento dos problemas pela via individual – pois, submete a dimensão social do desenvolvimento sustentável ao segundo plano.

A constatação do Primeiro Seminário Regional da OMT sobre Ética no Turismo a respeito do insuficiente conhecimento dos princípios do seu código de ética pode ser um dos indícios para a pouca adequação das práticas disponibilizadas pelo mercado, aos conceitos desenvolvidos pelo órgão internacional e pela academia. O que tem ocasionado o aproveitamento econômico do rótulo “verde” como marketing para venda de pacotes turísticos, destinos e empreendimentos como turisticamente sustentáveis.

A divulgação de experiências com o Turismo de base comunitária e o Turismo social, durante os encontros posteriores, promovidos pela organização, impulsionaram as reflexões sobre os princípios que direcionam o desenvolvimento do turismo. Esses valorizam a dimensão social da atividade, através de políticas públicas baseadas na equidade, participação, fortalecimento do debate democrático, e investimento em projetos de caráter social. Por isso, foram caracterizados como as segmentações que mais se aproximam dos princípios do turismo sustentável apresentados no código de ética.

Entretanto, se o turismo sustentável pretende estabelecer-se como uma forma de gestão e não como uma segmentação específica, ainda há muito que fazer, principalmente em relação aos turistas. Há um enorme fosso que separa a OMT dos turistas. Se a atividade depende da motivação do homem para visitar e vivenciar situações diferentes daquelas do seu contexto usual, é necessário estabelecer diretrizes vinculadas à educação para a ação ética voltada aos turistas.

A responsabilidade do turista quanto à efetivação do turismo sustentável tem sido determinada mediante a sua disposição a pagar por isso. Um dos fatores que pode ser apontado como causador e ao mesmo tempo disseminador dessa situação, é o fato de a OMT afirmar em uma das suas declarações, que é do setor privado a responsabilidade pela educação e informação dos turistas.

Por meio desse posicionamento, compreende-se que os princípios éticos desenvolvidos foram direcionados exclusivamente para o crescimento econômico da

atividade. O que não objetiva promover mudanças no seu modelo institucional e regulatório, apenas mudanças de design nos produtos/serviços e no comportamento do consumidor. Sendo assim, o desenvolvimento da atividade baseado no turismo sustentável como forma de gestão defendida pela OMT, dificilmente encontrará um consenso entre as ideais disseminadas no código de ética e as práticas estipuladas pelos códigos de conduta e declarações da organização.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A forma como a Organização Mundial do Turismo compreende o conceito de turismo sustentável, o modo como suas deliberações são divulgadas e interpretadas, bem como o impacto das suas ações no planejamento e gestão do turismo serviram como base para a elaboração do objetivo principal desta pesquisa, que foi a análise sobre a dimensão ética do turismo sustentável.

Tal objetivo foi norteado pela seguinte questão: em que medida as recomendações do Código de Ética Mundial do Turismo tem influenciado os diferentes atores envolvidos no turismo a desenvolver a atividade de forma sustentável? O desenvolvimento desta questão possibilitou o delineamento e, conseqüentemente, a investigação da hipótese defendida inicialmente: o conceito de turismo sustentável ainda não se apresenta como um consenso, fato que ocasiona divergências entre os conceitos discutidos na academia e centros de pesquisa, e as práticas da atividade turística disponibilizadas pelo mercado.

Para concretizar as metas estabelecidas foi preciso compreender os diferentes conceitos que permearam este estudo. Então, ele foi desenvolvido sob três eixos, quais sejam: a ética, mais especificamente o ramo da ética aplicada que corresponde à ética ambiental; as dimensões do desenvolvimento sustentável e o pensamento ambiental; e o turismo sustentável, a partir da visão da Organização Mundial do Turismo.

O primeiro objetivo desenvolvido no segundo capítulo foi o de analisar a forma como as transformações dos princípios éticos na era tecnológica incidem sobre a relação do homem com a natureza e em suas relações sociais. Estabeleceu-se como ponto de partida o período de modernização das sociedades e para fundamentá-lo foram utilizados os pensamentos de Rousseau. Em seguida, sobre a necessidade de se restabelecer o elo entre homem e natureza pensou-se a respeito de Serres. E, como referência para análise da relação entre o saber altamente científico e a preponderância das soluções técnica nas decisões que envolvem o futuro de todo o planeta e das gerações humanas posteriores, Hans Jonas foi requisitado como um dos marcos teóricos.

Desde os primeiros indícios da organização social, o homem tentou afastar-se da natureza, entendida como um espaço de não civilidade, obscuro e ausente de conhecimento. Todo conhecimento produzido a partir do estabelecimento das sociedades, em favor da modernização e do aprimoramento das artes, corrompeu os costumes e sobrepôs o luxo.

Rousseau não se opõe à razão, mas a forma como ela estava sendo conduzida e manipulada a partir do estabelecimento da sociedade. Além de criticar o uso que era feito da natureza, mediante a teatralização e criação de cenários naturais, a fim de que o homem pudesse usufruir com maior comodidade e extrair todo o conhecimento necessário sem influências externas.

Rousseau ressalta em seu pensamento a necessidade de orientar as pessoas dedicadas às investigações científicas, e estabelecer políticas adequadas para aplicação desses conhecimentos. Ou seja, incutir a responsabilidade tanto sobre o uso do poder do conhecimento, quanto sobre o uso do poder governamental. Então, adverte sobre a necessidade de uma educação voltada aos princípios éticos para o uso da natureza, bem como, para o relacionamento entre os homens. Pois, se foi o mau uso da razão que levou os homens a desnaturação, a fonte das desigualdades está no âmbito da moral. Portanto, a educação sobre os princípios morais seria um caminho para preparar o homem para uma melhor qualidade de vida.

Todo esse processo educativo preconizado por Rousseau culminaria, então, no consenso sobre o estabelecimento de um novo pacto social, desta vez para a preservação dos homens uns contra os outros, e para a preservação da natureza física e humana. A fim de que o conhecimento científico a respeito da natureza possa reconsiderar os processos nos quais os homens também estão inseridos.

A ideia de natureza preconizada por Serres estabelece-se próxima ao pensamento de Rousseau. Serres entende a natureza humana como extensão da natureza em seu sentido físico. E, além disso, que a relação entre os homens determina a maneira como a natureza saciará as suas necessidades. A partir da constatação sobre essa influência, o autor sugere como fator de suma importância, determinar se as ações humanas continuarão a ser desenvolvidas de forma inocente, ou se serão imputadas responsabilidades sobre as decisões e seus efeitos. Ele defende a importância de que as ações sejam conduzidas de forma responsável, que prezem pela educação, esclarecimento, e senso de compartilhamento, ou seja, acredita na necessidade de modificação da postura da sociedade.

Para que o homem possa reaparecer na natureza, e para que o coletivo seja reinserido nela, Serres discorre sobre a necessidade de se estabelecer novos limites através do Contrato Natural. Diferentemente do primeiro contrato – o Contrato Social –, firmado para proteger os homens da violência de uns contra os outros, o novo contrato seria uma forma de proteger a natureza e o próprio homem das ações humanas irresponsáveis. Esse contrato seria

estabelecido baseando-se na ética do coletivo frente à fragilidade do mundo e das responsabilidades limitadas. Seria uma forma de combater o apelo à globalidade das ações unilateralmente disseminadas e, conseqüentemente, seus efeitos. Posicionando-se a favor da ação humana decidida em conjunto, mediante o predomínio da verdade e da prudência.

O Contrato Natural não seria simplesmente natural em sentido restrito, visto que é necessária participação e colaboração social para sua construção. Ele não se situa numa perspectiva evolucionista. Pelo contrário, é interessante que haja por parte da sociedade, aquisição de responsabilidade e um poder de decisão para instituí-lo. Além disso, tal contrato não pode implicar em uma ética ainda mais globalizante, totalizadora, e nem excluir o anterior. Ele apenas incorpora as novas dimensões das ações humanas que se caracterizam principalmente por ter o desenvolvimento científico como eixo principal da organização social.

Nessa linha de pensamento, ao refletir sobre o crescente poder e responsabilidade confiada à ciência em detrimento da natureza, Jonas pensa sobre o perigo da onipotência técnica. Para o autor, a hiperespecialização das ciências e a falta de interação entre elas implicam no fato de a técnica estar controlando as ações humanas. A promessa da tecnologia moderna converteu-se em ameaça, e a ética tradicional não consegue oferecer subsídios para aconselhar ou regular esta situação. Isso porque, a onipotência técnica desencadeou situações específicas que não existiam anteriormente. Características como o caráter cumulativo das decisões e seus efeitos, a condição global da vida humana, as condições de existência em um futuro distante.

O fato de a técnica ser usada como exercício do poder, transformando a humanidade em objeto da sua vontade, implica na necessidade de submetê-la à prova moral. E, já que a técnica invadiu o espaço de decisões que envolvem o bem comum e as relações sociais, a ética deve adentrar a situação para orientar as ações na forma de políticas públicas. A ética vislumbrada pelo autor reflete sobre os efeitos de longo prazo e mobiliza um sentimento de medo perante o desconhecimento dos efeitos futuros. Ela lida com aquilo que ainda não existe, portanto, guia os homens tendo a prudência como cerne do agir moral.

Ao compreender que a responsabilidade não fixa fins, o autor sugere que a Ética da Responsabilidade oriente as novas relações através de políticas públicas. Tais políticas objetivam garantir a manutenção da natureza para a sobrevivência do homem, utilizando-se do conhecimento científico apropriado para este fim, e não para o aumento desmedido e incontrolável do poder.

Logo, a partir do desenvolvimento do segundo capítulo, foi possível observar que os pensamentos dos três autores a respeito da relação entre homem e natureza se complementam. Todos eles refletem sobre o perigo de se conduzir o conhecimento científico desconsiderando as relações naturais, ou seja, prosseguir em busca do conhecimento da natureza fora do seu contexto, excluindo o coletivo no meio ambiente, bem como, firmando-se contra posicionamentos que não consideram os efeitos posteriores de decisões impensadas.

Por isso propõem uma nova ética para regular essa situação. Tal ética visa orientar as relações sociais e, principalmente, o emprego do conhecimento científico de forma adequada as novas dimensões do seu poder. É preciso que a técnica, como objeto do conhecimento científico, seja utilizada como meio para proporcionar uma relação harmoniosa entre o homem e a natureza. Para que não seja utilizada como objeto de poder que desconfigura as relações naturais, a fim tornar o homem suscetível à aceitação inconsciente e pacífica da espoliação natural e exploração social.

No terceiro capítulo, foi apresentado o desafio de conjecturar a respeito dessa nova ética capaz de tornar o meio ambiente favorável ao desenvolvimento humano, bem como a possibilidade de através dela, agregar liberdade e utilidade numa relação que não priorize somente o homem, mas que favoreça todas as espécies e suas relações naturais. Então, estabeleceu-se uma reflexão sobre as orientações práticas desencadeadas pelo princípio responsabilidade de Hans Jonas, e sobre a contraposição feita por Larrère e Larrère a esse princípio responsabilidade, na medida em que os autores discutem sobre os princípios de uma ética ambiental. Por fim, analisou-se de que forma essas reflexões e orientações estão presentes nas construções teóricas e aplicações práticas a respeito do desenvolvimento sustentável, a partir Ignacy Sachs, e no pensamento ambiental, de Enrique Leff.

A proposta inicial desse capítulo era entender em que medida o princípio responsabilidade influenciou o pensamento ambiental, visto que as reflexões de Jonas sobre a necessidade de uma nova ética, revolucionaram as discussões e suscitaram princípios para uma ética ambiental. À discussão teórica sobre a onipotência da técnica e os perigos para a sobrevivência das gerações futuras, seguiu-se uma reflexão sobre as orientações práticas pensadas pelo autor na forma de política.

Para o filósofo, a história política mostra uma crescente transferência da responsabilidade parental para o Estado. Por isso, o homem público crê que ele é quem sabe o que é melhor para todos, ou que ele se encontram em melhores condições de implementar as decisões discutidas, ou impostas. Porém, após disponibilizar esse enorme poder nas mãos do

homem público, ele tenta delimitá-lo através do princípio da responsabilidade total, que deve ser considerado em qualquer decisão.

Tal responsabilidade emerge na tentativa de suprir a necessidade de extensão da responsabilidade, bem como de preservação da existência humana no futuro. Com a responsabilidade total, renuncia-se ao direito de inocentar o desenvolvimento de ações mal planejadas, ou desaconselháveis. Entretanto, em seu cotidiano o homem público relaciona-se com a oportunidade que deve ser aproveitada, ou seja, lida com responsabilidades concretas, que objetivam a praticidade e a imediatividade em suas decisões. Neste contexto, é conveniente que a responsabilidade política adapte-se aos princípios da responsabilidade total.

Deste ponto em diante, Jonas reforça seu posicionamento paternalista e conjectura a respeito de uma proposta política autoritária e repreensiva. Ele defende o medo como uma proposta de responsabilidade ativa, pois a seu ver, o medo tem a finalidade de prevenir as consequências negativas de uma ação negligente. Para defender esse posicionamento, apóia-se no fato de que durante as ameaças de aniquilamento, o pavor coletivo voltado para o disciplinamento das ações humanas ajudou muito mais na prevenção de acidentes irreversíveis, que a prudência.

Seu objetivo é possibilitar a continuidade da existência humana, e impedir a qualquer custo, que os males estendam-se às gerações futuras, ainda que as decisões do homem público não sejam acatadas através do consenso em sociedade. O que conduz a compreensão do seu princípio responsabilidade, como um posicionamento contrário aos pensamentos desenvolvidos por Rousseau e Serres a respeito de uma educação para ação ética, e sobre necessidade de reinserir o coletivo nas decisões públicas e na natureza. A aplicação prática do seu princípio responsabilidade passa a ser caracterizada por uma política autoritária e pouco educativa, voltada à adesão forçada.

Larrère e Larrère criticam a heurística do temor proposta pelo princípio responsabilidade de Jonas, e afirmam que ela retira toda a capacidade para informar ações precisas, incidindo apenas no alcance negativo das ações humanas. Os autores discorrem sobre a impossibilidade de conciliar tal posicionamento com o debate público e o conhecimento científico, bem como, sobre a dificuldade de estabelecê-la no campo político, pois ela não se presta ao debate democrático, e ignora a racionalidade argumentativa.

Larrère e Larrère defendem a necessidade de negociação e apresentam o princípio precaução. Tal princípio estabelece-se mediante o debate junto ao público e através da

hierarquização das ações, a fim de instituir um tempo coletivo para a aprendizagem, o conhecimento dos fenômenos e a criação de técnicas de proteção. O objetivo é organizar os processos de decisão dentro do tempo disponível para a ação, por meio de uma aprendizagem coletiva. Além disso, evitar aplicações absolutistas ao andamento das atividades sociais através da articulação entre prudência, política e ciência.

De acordo com Larrère e Larrère (1997), na medida em que o agir técnico deliberadamente possibilita a transformação do conhecimento em ação, há um crescimento desmesurado do poder. Nesse sentido, o conhecimento passa a ser compreendido como uma coisa neutra. Já a natureza, onde o poder é empregado, é encarada como algo desprovido de valor e sem a presença humana. A ética da responsabilidade pensada pelos autores visa reorganizar essa situação, através da regulação da ação humana com ajuda do conhecimento.

Porém, a natureza pensada por Larrère e Larrère (1997) é aquela na qual o homem participa, que é organizada por ele e, que ao mesmo tempo, influencia seu modo de vida. Portanto, a limitação da ação técnica tende a reconhecer a ação do homem na natureza e sobre a natureza, estabelecendo uma relação de pertencimento. A relação de co-pertença, baseada em tais princípios, pretende mostrar que o conhecimento transforma o mundo através da ação, mas que este não é apenas um mundo que possa ser moldado ou manipulado de forma imparcial. Este mundo, ou seja, a natureza é antes de tudo um mundo valorizado e não apenas algo estático percebido de forma neutra.

Para refletir sobre os aspectos que caracterizam a trajetória de construção do conceito de desenvolvimento sustentável e a viabilidade da sua aplicação foram utilizadas as ideias de Ignacy Sachs e Enrique Leff. Tais autores acreditam na intrínseca relação entre o desenvolvimento humano e a preservação ambiental, e defendem uma proposta de sustentabilidade baseada no planejamento local participativo, que favoreça a proposição de soluções autênticas.

O desenvolvimento sustentável proposto por Sachs abre o espaço para o debate tanto sobre os problemas ambientais quanto sobre a forma de organização sociopolítica e econômica que põe o homem contra a natureza, e contra ele mesmo. Nesse sentido, o pensamento ambiental manifesta-se mediante a tentativa de reincorporar os valores da natureza e da democracia às novas formas de organização social, além de desmascarar a retórica do discurso da globalização que impõe a lógica do mercado no local. Por isso, Leff propõe a legitimação de novos valores e até mesmo de um novo contrato social. Ele pretende reconverter o princípio da equidade em uma política da diversidade, respeito e

responsabilidade em relação à natureza. Ou seja, apresenta um paradigma sustentável, ao mesmo tempo em que incorpora novos valores éticos ao debate político.

A partir do desenvolvimento do terceiro capítulo foi possível compreender que a ausência de uma ética para orientar as decisões não é apenas uma falta no sentido de dirimir a eficácia do pensamento ambiental. Tal carência perverte os valores que fundamentam a ação política. Logo, o desenvolvimento sustentável e o pensamento ambiental defendem uma forma de atuar nas questões ambientais, através de princípios éticos fundamentados na organização social, no engajamento político ao nível das comunidades locais, bem como no conhecimento público sobre os impactos e os benefícios das intervenções no meio ambiente.

Ao refletir sobre a proposta desta nova ética para o desenvolvimento de uma atividade econômica, no quarto capítulo foi apresentada uma investigação a cerca dos fundamentos éticos do turismo sustentável, baseando-se nos documentos e publicações da Organização Mundial do Turismo (OMT). Inicialmente, foram apresentadas discussões a nível nacional e internacional sobre o que havia de novo na proposta do turismo sustentável, sobre a necessidade de serem estabelecidos princípios éticos para atividade e, quais os parâmetros norteadores desses princípios.

Em seguida, as publicações e os resultados dos encontros promovidos pela OMT foram analisados, a fim de entender como a organização posicionava-se a respeito da proposta do turismo sustentável, o modo como ela compartilhava os princípios éticos e orientava governos, empresas, comunidades receptoras e turistas, bem como de que forma suas recomendação eram recebidas e postas em prática. Ou seja, a pretensão era conhecer o posicionamento político da OMT em relação ao desenvolvimento do turismo sustentável.

O percurso teórico foi traçado mediante a compreensão de que houve uma grande transformação quanto à motivação das pessoas que decidem partir em viagem, assim como daqueles que recebem esses visitantes. Além disso, houve uma extensa valorização da essência econômica e da utilização de uma estrutura física apropriada à atividade enquanto consumo de um determinado espaço, em detrimento da valorização da viagem como um meio para aquisição de conhecimento.

Entende-se que as ações para a gestão do turismo são influenciadas pelos valores daquele grupo que consegue impor as suas decisões, e apresentam as possibilidades de alcançar os benefícios estipulados ainda que não favoreçam a todos os envolvidos. Como forma de modificar essa situação, os estudos sobre a ética que envolve o turismo sustentável

devem considerar a participação, os diferentes objetivos e os valores empregados nas ações, associando os princípios de uma ética ambiental ao desenvolvimento do turismo sustentável.

Tal posicionamento só pode ser alcançado a partir do planejamento da atividade. Através do planejamento organizam-se as ações do homem no território, a fim de evitar efeitos negativos decorrentes do uso desordenado dos espaços. O planejamento com vista ao desenvolvimento sustentável do turismo é que possibilita a condução da atividade de forma favorável a todos os envolvidos. Por outro lado, à margem desse planejamento, o turismo pode deteriorar os espaços e fracassar no objetivo de promover o desenvolvimento sustentável no local.

O turismo planejado com vista ao desenvolvimento sustentável é compreendido como uma forma de gestão que favorece o desenvolvimento local em seus aspectos econômicos, sociais, políticos e ambientais. É uma atividade que acima de tudo pretende funcionar como força motriz para a organização social. Entretanto, não se estabelece simplesmente mediante o fortalecimento da sociedade civil. Mesmo sendo a principal beneficiada, é necessário incluir os valores defendidos por todos aqueles interessados e afetados pela atividade (*stakeholders*), para que os ideais defendidos pelos gestores não sejam dissimulados. Então, entende-se que para tornar a atividade turística sustentável deve-se basear em uma educação para a ação ética voltada aos atores envolvidos: setor privado, setor público, comunidade local e turista.

A Organização Mundial do Turismo é o órgão responsável pelo estabelecimento de tais direcionamentos éticos. Desde a publicação do Código Mundial de Ética do Turismo, em 1999, a OMT tem empreendido esforços para tornar a atividade turística sustentável. Entretanto, ainda há pouca divulgação e conhecimento sobre o código, o que tem causado divergências em relação à denominação de um segmento como sendo turismo sustentável, com base nos princípios éticos da organização.

A partir do desenvolvimento desta pesquisa, é possível afirmar que até mesmo os princípios éticos da organização ainda encontram-se um tanto quanto contraditórios. Tal posicionamento tem causado uma variedade de interpretações, complementações e especificações no decorrer dos poucos encontros promovidos de 1999 até 2012.

A OMT defende o turismo como um importante instrumento capaz de auxiliar na preservação ambiental e ao mesmo tempo subsidiá-la. Além disso, é uma atividade que pressupõe a implementação de uma infraestrutura de serviços urbanos, investimento em saúde

e educação. Ela não é contra o crescimento econômico, apenas abre o espaço para as discussões sobre a necessidade de se estabelecer limites, que devem ser propostos pelo setor público através de políticas públicas.

Além das políticas públicas, o desenvolvimento de códigos de ética é tido como uma ferramenta importante para orientação e educação, a partir do momento em que são adotados como filosofias de trabalho no mercado de turismo. O objetivo é orientar governos, empresas, turistas e comunidades a responsabilizarem-se pelos efeitos morais provenientes das suas ações.

O código de ética funciona mais como uma declaração pública que como um compromisso jurídico e legal, ou padrões de comportamento. Ele delinea normas, valores, expectativas e responsabilidades para o grupo, e pode ter uma adesão obrigatória ou voluntária. Entende-se que códigos voluntários são mais flexíveis e facilmente colocados em prática. Diante da proposta de códigos de ética baseados na flexibilidade, para evitar o enfraquecimento do seu objetivo principal é importante incluir as partes interessadas (*stakeholders*) em todas as fases de desenvolvimento do código. Como também compreender que a forma de desenvolvimento e direcionamento varia de acordo com os princípios dos seus elaboradores, e depende dos objetivos para aqueles a quem o código está voltado.

Um código de ética para o turismo sustentável não pode ser direcionado apenas para os problemas ambientais, pois as questões éticas do turismo estendem-se além dos impactos ao ambiente físico local. No código devem ser exploradas situações que dizem respeito ao homem em seu ambiente natural, e ao homem em seu ambiente de trabalho. Ou seja, além da ética ambiental, entra em cena a ética empresarial para orientar as situações da indústria do turismo.

A publicação do Código Mundial de Ética do Turismo não teve a pretensão de servir como barreira para o crescimento econômico do turismo, mas estabelecer limites e, principalmente, diretrizes para o seu desenvolvimento. Ao analisar os encontros promovidos pela OMT, com a finalidade de interpretar e divulgar os princípios do código, percebe-se que seus resultados mostram que o código ainda é considerado restrito. Serão necessários muitos encontros para discutir os princípios de um código desta dimensão.

Há uma carência no que se refere à delimitação das responsabilidades dos *stakeholders*. As obrigações ainda são delineadas em sentido muito amplo. Mesmo que não seja possível delimitar exatamente o papel de cada *stakeholder*, é importante identificar como

e em que momento cada parte interessada pode agir em relação aos problemas éticos proeminentes no turismo.

Entende-se também que o papel do turista ainda é pouco discutido. Mesmo sabendo que ele deseja aproveitar o momento de liberdade proporcionado pela viagem, é necessário que a Organização desenvolva trabalhos no sentido de educá-los, motivando-os para a ação ética. Pois, se é a chegada de turistas que impulsiona o desenvolvimento da atividade, e pretende-se adotar a gestão do turismo sustentável baseada em um código de ética como filosofia de trabalho, como desconsiderar essa nova proposta para aqueles que dela desfrutarão?

A instrução e principalmente a educação dos turistas tem sido deixada aos desígnios do mercado. Apesar da existência de operadoras de turismo que seguem os princípios do código de ética da OMT, tal confiança depositada mercado possibilita a atuação de operadoras que vendem os pacotes turísticos em total desacordo com os princípios do código de ética para o turismo sustentável, ou baseado em interpretações pouco precisas sobre o mesmo. Além disso, é necessário ressaltar que determinadas adequações para o desenvolvimento de práticas e serviços turísticos sustentáveis, podem implicar em custos mais elevados que são incorporados pelos agentes e empreendedores do turismo. A OMT (2001) reconhece a situação e entende que esses custos recairão sobre os turistas. Estes, por sua vez, ao preferirem “lugares bem-conservados” e “atividades não-predatórias” estariam dispostos a pagar mais caro.

O aspecto seletivo do turismo sustentável é mencionado por Ruschmann (1998). Segundo a autora, as formas alternativas de turismo voltadas ao desenvolvimento sustentável da atividade em determinadas localidades são realizadas por um número reduzido de pessoas. Entretanto, essa seletividade e a qualidade dos equipamentos e serviços prestados aos turistas acabam por elevar o custo – tornando essas viagens acessíveis apenas aos grupos economicamente favorecidos.

Esse é um viés que o turismo sustentável tem seguido, por ser uma prática mais cuidadosa e que exige um número restrito de pessoas, devendo obedecer à capacidade de carga turística local. As empresas têm explorado essa característica atribuindo altos custos aos turistas, com a justificativa da necessidade de planejamento para execução das atividades consideradas sustentáveis.

Nesse sentido, há que se esclarecer que o turismo sustentável não deve estar restrito apenas à sustentabilidade ambiental do local, ou a sustentabilidade econômica dos empreendimentos que exploram a região. É fundamental no turismo sustentável, que a atividade seja planejada e executada com autenticidade. Isso significa que a comunidade deve compartilhar com o turista toda a estrutura e serviços que ela utiliza, ou seja, os residentes devem vivenciar aquilo que o visitante pretende desfrutar como atrativo turístico. Portanto, o desenvolvimento desta pesquisa fornece um embasamento teórico a fim evidenciar a necessidade de que as políticas públicas, específicas ou não para o turismo, sejam organizadas a fim de melhorar a qualidade de vida da população local.

O turismo sustentável busca formas alternativas para o desenvolvimento de uma atividade centrada no homem, que precisa compreender e adaptar-se às leis da natureza. O propósito já não é conhecer para dominar diferentes lugares, mas reaprender as diferentes formas de conviver com a natureza. Essa é a percepção do “novo turismo”. Ele sempre esteve centrado no homem, a diferença é que agora o turismo sentiu necessidade de mais uma aliança. Ele passou a utilizar as características que permeiam o imaginário dos indivíduos, desde o romantismo do século XIX: fuga da realidade e reencontro com a natureza. Porém, não se pode esquecer que essa natureza já não existe sem a presença do homem. Pois, o homem ocupa quase todos os espaços e não consegue sobreviver sem ela.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALEXANDRE, Lilian Maria de Mesquita. *Políticas públicas de turismo nos municípios ribeirinhos do São Francisco sergipano*. (Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente). Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2003.

ARAÚJO, Cíntia Möller. *Ética e qualidade no turismo do Brasil*. São Paulo: Atlas, 2003.

BARRETO, Sônia. Ética, técnica e natureza: a herança kantiana em Heidegger e Hans Jonas. In.: SANTOS, A.C. (org.). *Filosofia & Natureza: debates, embates e conexões*. 2º ed. São Cristóvão/SE: Editora da UFS, 2010, p.77-92.

BATISTA, Rosana de O.S.; SANTOS, Antônio C. Natureza e sociedade em Rousseau: Desafios para uma convivência. In.: HANSEN *et al.* *Questão ambiental e desenvolvimento econômico*. São Cristóvão: Editora UFS; Aracaju: Fundação Oviêdo Teixeira, 2010, p.155-176.

BECKER, Evaldo. Natureza X Sociedade: percursos e percalços de nossa trajetória científico-civilizacional. In.: SANTOS, A.C; BECKER, E. *Entre o homem e a natureza: abordagens teórico-metodológicas*. Porto Alegre: Redes Editora, 2012.

BENI, Mário Carlos. *Análise estrutural do turismo*. 12º ed. São Paulo, SP: Editora Senac SP, 2008.

_____. *Como certificar o turismo sustentável?* Revista Espaço Acadêmico n. 37, jun.2004. Disponível em: www.espacoacademico.com.br/037/37ebeni.htm. Acesso em: 16 abr. 2011.

BORGES, Maria P. e B. *Sustentabilidade e competitividade: Águas de São Pedro*. In: PHILIPPI JR. Arlindo; RUSCHMANN, Doris Van de Meene. *Gestão Ambiental e sustentabilidade no turismo*. Barueri, SP: Manole, 2010, p.871-888. (Coleção Ambiental, v.9)

BORJA, Oscar Rodrigo Pessoa. *Ética & educação ambiental: estudo da percepção ambiental da alta administração das agências de viagem do estado de Sergipe. Subsídios para a responsabilidade socioambiental empresarial no Parque Nacional Serra de Itabaiana/SE*. (Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente). Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2010.

CAMARGO, Ana L. de B. *Desenvolvimento sustentável: Dimensões e Desafios*. Campinas, SP: Papirus, 2003.

CORIOLOANO, Luzia N. M. T. *Turismo com ética*. Fortaleza: Funece, 1998.

CORIOLOANO, Luzia N. M. T. Bases conceituais do desenvolvimento e do ecoturismo. In: QUEIROZ, Odaléia Telles Marcondes Machado. *Turismo e ambiente: temas emergentes*. São Paulo, SP: Alínea, 2006.

CORIOLOANO, Luzia N. M. T. *O turismo e a Relação Sociedade-Natureza: realidades, conflitos e resistências*. Fortaleza: EdUECE, 2007.

DIAS, Reinaldo; AGUIAR, Marina R. de. *Fundamentos do turismo: conceitos, normas e definições*. São Paulo, SP: Alínea, 2002.

DIAS, Reinaldo. *Turismo Sustentável e meio ambiente*. São Paulo: Atlas, 2008.

FENNELL, D.A. & MALLOY, D.C. *Codes of ethics in tourism. Practice, theory, synthesis*. Channel view Publication, Clevedon, 2007.

FLECKENSTEIN, Marilyn P.; HUEBSCH, Patricia. *Ethics in Tourism – Reality or Hallucination*. Journal of Business Ethics. V. 19, p. 137-142, 1999.

GIACOIA Jr, Oswaldo. Um direito da natureza? Notas sobre ética, direito e tecnologia. *Fragmentos de cultura*. Gôiania, v. 14, n.4, p. 637-654, 2004.

JONAS, H. *Por que a técnica moderna é um objeto para ética*. Tradução Oswaldo Giacoia Júnior. *Natureza Humana: Revista Internacional de Filosofia e Práticas Psicoterápicas*, São Paulo, v.1, n.2, p. 407-420, 1999.

JONAS, Hans. *O Princípio Responsabilidade: Ensaio de uma ética para civilização tecnológica*. Trad. Marijane Lisboa, Luis Barros Montez. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

KANAANE, Roberto; SEVERINO, Fátima Regina G. *Ética em turismo e hotelaria*. São Paulo: Atlas, 2006.

KRIPPENDORF, Jost. *Sociologia do turismo: para uma nova compreensão do lazer e das viagens*. 3. ed. rev. e ampl. São Paulo, SP: Aleph, 2000.

LAKATOS, E.V.; MARCONI, M.A. *Fundamentos de metodologia científica*. 6º ed. São Paulo: Atlas, 2008.

LARRÈRE, Catherine; LARRÈRE, Raphaël. *Do bom uso da natureza: Para uma filosofia do meio ambiente*. Lisboa: Instituto Piaget, 1997 (Coleção Perspectivas Ecológicas)

LARRÈRE, Catherine. *Atualidade do Contrato Natural*. In.: SANTOS, A.C; BECKER, E. Entre o homem e a natureza: abordagens teórico-metodológicas. Porto Alegre: Redes Editora, 2012. p. 15-33.

LEFF, Enrique. *Epistemologia ambiental*. Trad. Sandra Valenzuela. - 4. ed. – São Paulo: Cortez, 2006.

LEFF, E.. *Saber ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder*. Tradução de Lúcia Mathilde Endlich Orth. 7.ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2009(a).

_____. *Ecologia, capital e cultural: A territorialização da racionalidade ambiental*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009(b).

_____. *Discursos sustentáveis*. Tradução de Silvana Coucci Leite. São Paulo: Cortez, 2010.

LEMOS, Leandro de. *O valor turístico na economia da sustentabilidade*. São Paulo: Aleph, 2005.

LIMA, Adriana Barreto. *A dinâmica sócio-ambiental e as perspectivas de turismo no município de Própria/Se*. (Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente). Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2002.

LIMA, Mário Eugênio Paula. *Comércio de confecções e bordados como atrativo turístico: o caso do município de Tobias Barreto*. (Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente). Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2003.

MALDONADO, Carlos. O turismo rural comunitário na América Latina: gênese, características e políticas. In.: BARTHOLO, Roberto et al. *Turismo de Base Comunitária: Diversidade de olhares e experiências brasileiras*. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009.

MENEZES, L. C.B. *Uso sustentável da Serra de Itabaiana: Preservação ou Ecoturismo?*. 2004. 189p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente). UFS, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2004.

MORATO, Rosinadja Batista dos Santos. *Gestão Municipal para o Desenvolvimento dos municípios turísticos do semi-árido sergipano*. (Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente). Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2003

NODAR, José María Filgueiras. A moralización del turismo: Reflexiones críticas y visiones alternativas. *Revista: Estudios y perspectivas en turismo*. V. 21, p. 838-855, 2012.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO. Disponível em: <http://www.unwto.org>. Acesso em: junho de 2011.

OMT. *Desenvolvimento de Turismo Sustentável: manual para organizadores locais*. Brasília: Organização Mundial de Turismo/Ministério de Estado da Indústria, do Comércio e do Turismo, 1993.

_____. *Introdução ao turismo*. Tradução de Dolores Martin Rodriguez Corner. São Paulo: Roca, 2001.

_____. *Guia de desenvolvimento do turismo sustentável*. Porto Alegre: Bookman, 2003.

OMT; WTO; BTO. *Iniciativas voluntárias para o turismo sustentável*. São Paulo: Roca, 2004.

_____. *Código de Ética Mundial para o Turismo*, 1999. Disponível em: http://ethics.unwto.org/sites/all/files/docpdf/brazil_0.pdf. Acesso em: 30 de set. 2012.

_____. Estatuto da OMT, 1970. Disponível em: <http://www.unwto.org>. Acesso em: julho de 2011.

_____. Carta do Turismo sustentável, 1995. Disponível: <http://www.unwto.org>. Acesso em maio de 2011.

PARIZEAU, Marie-Helène. Ética aplicada: as relações entre a filosofia moral e a ética aplicada. In.: CANTO-SPERBER, Monique. (org.). *Dicionário de ética e filosofia moral*.

Trad. Ana Maria Ribeiro-Althoff, Magda França Lopes, Maria Vitória Kessler de Sá Brito, Paulo Neves. São Leopoldo, RS: Editora Unisinos, 2003. Vol 1, p. 595-600.

PORTILHO, F. Sustentabilidade ambiental, consumo e cidadania. São Paulo: Cortez, 2005.

PANOSSO NETTO, Alexandre. *Filosofia do turismo: teoria e epistemologia*. São Paulo: Aleph, 2005.

PHILIPPI JR. Arlindo; RUSCHMANN, Doris Van de Meene. *Gestão Ambiental e sustentabilidade no turismo*. Barueri, SP: Manole, 2010. (Coleção Ambiental, v.9)

PINTO, Joyce Barreto. *Possibilidades de desenvolvimento do ecoturismo na área de proteção ambiental Morro do Urubu (Aracaju/SE)*. (Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente). Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2008.

PNUMA. *Princípios para o planejamento do turismo sustentável*. Disponível em: http://translate.google.com.br/translate?hl=pt-BR&langpair=en|pt&u=http://crnarupa.singidunum.ac.rs/ARHIVA/Godina%25202007%2520%25202008/FTHM/Menadzment%2520prirodnih%2520i%2520kulturnih%2520resursa%2520Ou%2520turizmu%2520-%2520prof.%2520M%2520Maksin-Micic/MPKR_LITERATURA/UNEP_DOK/UNEPPR~1.HTM Acessado em 17 de julho de 2011.

PRADO, Marta Virgínia Porto. *Ecoturismo e capacidade de carga das trilhas da fazenda Mundo Novo/Canindé do São Francisco/SE*. (Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente). Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2005.

REGULES, Maria.P.P. et al. *Ética, meio ambiente e cidadania para o turismo*. São Paulo: IPSIS, 2007. Caminhos do Futuro – Ministério do Turismo.

RIBEIRO, Helena; STIGLIANO, Beatriz V. Desenvolvimento turístico e sustentabilidade ambiental. In.: PHILIPPI JR. Arlindo; RUSCHMANN, Doris Van de Meene. *Gestão Ambiental e sustentabilidade no turismo*. Barueri, SP: Manole, 2010, p. 63-82 (Coleção Ambiental, v.9)

ROUSSEAU, Jean Jacques. *Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens*. Tradução de Lourdes Santos Machado. São Paulo: Abril Cultural, 1983(a). p. 201-320. (Coleção Os Pensadores)

_____. *Discurso sobre as ciências e as artes*. Tradução de Lourdes Santos Machado. São Paulo: Abril Cultural, 1983(b). p. 321-352 (Coleção Os Pensadores)

_____. *Os devaneios do caminhante solitário*. Tradução de Fúlvia Maria Luiza Moretto. 3ª ed. Brasília: Editora UNB, 1995.

RUSCHMANN, Doris V. de M. *A ética nos serviços ecoturísticos*. Revista Turismo: Visão e Ação. V.1, p. 09-17, Jan-jun. 1998.

_____. *Turismo e planejamento sustentável: a proteção do meio ambiente*. 8ª ed. Campinas, SP: Papirus, 2001.

SACHS, Ignacy. *Caminhos para o desenvolvimento sustentável*. Rio de Janeiro: Ed. Garamond, 2000.

_____. *Desenvolvimento incluyente, sustentável, sustentado*. Rio de Janeiro, RJ: Garamond, 2004.

_____. *A terceira margem: em busca do ecodesenvolvimento*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

SANTOS, Mary Nadja Lima. *Análise do potencial turístico da região de Xingó: uma proposta de desenvolvimento*. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) . Núcleo de Estudos do Semi-Árido da Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão/SE, 1999

SANTOS, A.C. *A via de mão dupla: tolerância e política em Montesquieu*. Ijuí: Ed. Unijuí; Sergipe: EDUFS, 2006.

_____. (org.). *Filosofia & Natureza: debates, embates e conexões*. 2º ed. São Cristóvão/SE: Editora da UFS, 2010.

_____. Os sentidos de natureza na filosofia de Rousseau. In.: SANTOS, A.C. (org.). *Filosofia & Natureza: debates, embates e conexões*. 2º ed. São Cristóvão/SE: Editora da UFS, 2010. pag 28-41.

_____. Em torno da ética ambiental. In.: SANTOS, A.C; BECKER, E. *Entre o homem e a natureza: abordagens teórico-metodológicas*. Porto Alegre: Redes Editora, 2012.

SANTOS, A.C; BECKER, E. *Entre o homem e a natureza: abordagens teórico-metodológicas*. Porto Alegre: Redes Editora, 2012.

SERRES, Michel. *O contrato natural*. Lisboa: Instituto Piaget, 1990.

SOLHA, Karina T. Papel do poder público para o turismo sustentável. In.: PHILIPPI JR. Arlindo; RUSCHMANN, Doris Van de Meene. *Gestão Ambiental e sustentabilidade no turismo*. Barueri, SP: Manole, 2010, pag 31-44 – (Coleção Ambiental, v.9).

SOUZA, Nara Vieira de Souza. *Turismo e desenvolvimento sustentável na comunidade da Atalaia Nova no município de Barra dos Coqueiros/SE*. (Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente). Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2007.

SOUZA, Maria J. B. de; FERREIRA, Elaina. *Responsabilidade social em organizações turísticas*. In.: PHILIPPI JR. Arlindo; RUSCHMANN, Doris Van de Meene. *Gestão Ambiental e sustentabilidade no turismo*. Barueri, SP: Manole, 2010, p. 755-773 (Coleção Ambiental, v.9)

SWARBROOKE, John. *Turismo sustentável: conceitos e impacto ambiental*. 2º ed. São Paulo: Aleph, 2000.

TRIGO, Luiz Gonzaga Godoi; PANOSSO NETTO, Alexandre. *Reflexões sobre um novo turismo: política, ciência e sociedade*. 2. ed., rev. São Paulo, SP: Aleph, 2003.

_____. *Cenários do turismo brasileiro*. São Paulo: Aleph, 2009.

UNGER, Nancy Mangabeira. Filosofia e natureza: por uma fenomenologia do deserto. In.: SANTOS, A.C. (org.). *Filosofia & Natureza: debates, embates e conexões*. 2º ed. São Cristóvão/SE: Editora da UFS, 2010.

VIEIRA, Lício Valério Lima. *Turismo como alternativa de desenvolvimento no município de Poço Redondo*. (Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente). Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2000.

VIDAL, Vera. Filosofia, Ética e Meio ambiente. In.: SANTOS, A.C; BECKER, E. *Entre o homem e a natureza: abordagens teórico-metodológicas*. Porto Alegre: Redes Editora, 2012.

WEEDEN, Clare. Ethical tourism: An opportunity for competitive advantage? *Journal of Vacation Marketing*. V. 8, nº 2, p.141-153, 2002.

_____. Ethical tourism: is its future in niche tourism? In.: NOVELLI, M. (ed.) *Niche Tourism: Contemporary Issues, Trends and Cases*. Oxford: Butterworth Heinemann, 2005, p. 233-245.

WTO. *Agenda 21 for the travel and tourism industry: towards environmentally sustainable development*. Madrid: WTO, 1997. 78p.

_____. *Primer Seminario regional de La OMT sobre ética en el turismo*. Madrid, Spain: WTO, 2007.

_____. *Private sector commitment to the Global Code of Ethics for Tourism*, 2011.

Disponível em:

http://dtx4w60xqpw.cloudfront.net/sites/all/files/docpdf/gcetcodeprivatesectorcommitmentcompromisoinfopage-englishnewending_0.pdf. Acesso: 30 de set. 2012.

ANEXOS

ANEXO 01

Indicadores Centrais do Turismo Sustentável

INDICADOR	MEDIÇÕES ESPECÍFICAS
1. Proteção do local	Categoria de proteção do local de acordo com o índice da IUCN*
2. Estresse	Número de turistas que visitam o local (ano/mês de pico)
3. Intensidade da utilização	Intensidade da utilização – período de pico (pessoas/hectare)
4. Impacto Social	Razão de turistas em relação aos habitantes locais (período de pico e ao longo do tempo).
5. Controle do desenvolvimento	Existência de procedimento de revisão ambiental ou de controles formais sobre o desenvolvimento do local e as densidades de utilização
6. Gerenciamento dos resíduos	Porcentual do esgoto do local que recebe tratamento (indicadores adicionais podem incluir limites estruturais de outra capacidade infra-estrutural no local, como o fornecimento de água)
7. Processo de planejamento	Existência de um plano regional organizado para a região do destino turístico (incluindo o componente turístico)
8. Ecossistemas críticos	Número de espécies raras/ameaçadas
9. Satisfação do consumidor	Nível de satisfação dos visitantes (baseado em questionário)
10. Satisfação do local	Nível de satisfação dos habitantes locais (baseado em questionário)
11. Contribuição turística para a economia local	Proporção da atividade econômica total gerada unicamente pelo turismo
ÍNDICES COMPOSTOS	
A. Capacidade de carga	Composição das primeiras medidas preventivas dos fatores-chave que influenciam na habilidade de o local suportar diferentes níveis de turismo.
B. Estresse do local	Medida de composição de níveis de impacto no local (seus atributos naturais e culturais devido ao turismo e a outros estresses cumulativos de setor).
C. Atratividade	Medida qualitativa daqueles atributos do local que o tornam atrativo ao turismo e que podem sofrer mudanças com o tempo.
* International Union for Conservation of Nature and Natural Resources (União Internacional pela Conservação da Natureza e dos Recursos Naturais)	

Fonte: What Tourism Managers Need to Know: A Practical Guide to the Development and Use of Indicators of Sustainable Tourism. World Tourism Organization, 1996.

Fonte: OMT. *Guia de desenvolvimento do turismo sustentável*. Porto Alegre: Bookman, 2003.

ANEXO 02

INDICADORES SUPLEMENTARES DO TURISMO SUSTENTÁVEL

Algumas das listas a seguir também incluem, eventualmente, indicadores centrais que, devido a sua especial relevância em determinadas questões do turismo, merecem ser mencionados.

ZONAS LITORÂNEAS		
Questão	Indicadores	Medições sugeridas
destruição ecológica degradação de praias diminuição de cardumes	total degradado níveis de erosão redução na pesca	– % da condição degradada – % de erosão da praia – esforço para pescar – total de peixes de espécies-principal (por amostragem)
superlotação perturbação da fauna (p.ex. baleias)	intensidade do uso totais de espécies	– pessoas por metro quadrado de praia – número de espécies (por amostragem) – mudança no cruzamento das espécies – número de aparições de espécies principais
diminuição da qualidade da água	níveis de poluição	– total de coliformes fecais e de metais pesados (por amostragem)
falta de segurança	índices de criminalidade {9} índices de acidentes	– número de crimes registrados (roubo, assalto) – acidentes relacionados com a água; percentual sobre a população de turistas
MONTANHAS		
Questão	Indicadores	Medições sugeridas
perda da flora e da fauna	sucesso reprodutivo de espécies indicadoras presença contínua da vida selvagem em locais normalmente ocupados	– total das espécies (por amostragem) – mudanças na mistura de espécies – especificação do número de mortes nas estradas – inspeção visual e registro fotográfico **
erosão	extensão da erosão provocada por turistas média de erosão contínua	– % da superfície em estado de erosão – inspeções visuais e registro fotográfico
falta de acesso a locais importantes	tamanho das filas de passageiros para os veículos	– número de horas dentro do veículo – custo da entrada/média menor sobre o salário local
falta de isolamento	satisfação do consumidor	– número de pessoas no período de pico (somente na área acessível) – questionário para descobrir se os objetivos de isolamento foram atingidos
perda da qualidade estética do local	atrativo local	– presença humana visível (p.ex. total do lixo por amostragem)
diminuição da qualidade da água	total da poluição (por amostragem)	– medições de coliformes fecais, metais pesados
** Os escritórios de gerenciamento da vida selvagem/biodiversidade do local podem oferecer registros de longo prazo em relação a algumas espécies.		

PARQUES COM GERENCIAMENTO DA VIDA SELVAGEM		
Questão	Indicadores	Medições sugeridas
espécies em extinção	taxa de reprodução das principais espécies diversidade de espécies	– monitoramento de números por animais – total de espécies (por amostragem) – total da população das principais espécies (por amostragem)
superlotação	mudança no cruzamento de espécies animais intensidade do uso	– número de visitantes – proporção de pessoas/animais para a caça esportiva (período de pico)
invasão humana	população humana no parque e no entorno atividades das pessoas no parque e no entorno	– número de pessoas em um limite de 10 km – % da área do parque afetada por atividade humana não-autorizada (posseiros, cortadores de madeira) – % de terras do entorno que estão sendo utilizadas para finalidades humanas como a agricultura (raio de 10km)
registro de caça e pesca ilegais	índice de caça e pesca ilegais no parque	– número de incidentes envolvendo a caça e a pesca ilegais – redução dos recursos atingidos da flora e da fauna
falta de segurança	interação ser humano/animal	– número de contatos registrados entre seres humanos e animais, resultando em ferimentos humanos ** – violência contra os turistas
** Pode representar tanto uma medição de crescimento no número de contatos quanto uma mudança no índice de registros.		
AMBIENTES URBANOS		
Questão	Indicadores	Medições sugeridas
falta de segurança	índices de criminalidade tipos de crimes cometidos segurança no trânsito	– número de crimes registrados (p.ex.: roubo e assalto) – ferimentos provocados pelo trânsito como um % sobre a população
falta de limpeza	atrativo local	– índices totais (por amostragem) de resíduos no local
superlotação dos atrativos principais	intensidade do uso do meio urbano	– congestionamento de trânsito – tempo de espera
degradação de atrativos principais do meio urbano	VER LOCAIS CULTURAIS-PATRIMÔNIO CONSTRUÍDO (ABAIXO)	
ameaças à saúde	medições da poluição do ar	– índices de poluição do ar (p.ex.: dióxido de enxofre, óxido de nitrogênio, partículas finas) – número de dias que ultrapassam os padrões especificados para os poluentes
	qualidade da água potável	– disponibilidade de água limpa (p.ex.: pode-se extrair da água que será consumida no local)
	tipo e volume das doenças transmissíveis	– estatísticas sobre o predomínio de doenças
	níveis de ruídos	– registros sobre contagens de decibéis em locais mais frequentados
** Pode ser uma função da mudança no índice de criminalidade ou das mudanças no índice de registro.		
LOCAIS CULTURAIS – PATRIMÔNIO CONSTRUÍDO		
Questão	Indicadores	Medições sugeridas
degradação do local	custos de restauração	– custos anuais estimados para a manutenção/restauração do local
	níveis de poluentes que contaminam o local	– acidez da precipitação
	medidas comportamentais que perturbam o local	– vibração do trânsito (impacto nas construções) – número de incidentes relacionados ao vandalismo.
determinação da capacidade turística	intensidade de uso	
falta de segurança	média e tipo de crimes	– número e tipo de crimes registrados contra os turistas **
** Pode ser uma função da mudança no índice de criminalidade ou das mudanças no índice de registro.		

LOCAIS ECOLÓGICOS SINGULARES (EM GERAL, DESTINOS TURÍSTICOS LIGADOS AO ECOTURISMO)		
Questão degradação do ecossistema	Indicadores número e mistura de espécies presença contínua de espécies-principais em áreas normalmente ocupadas	Medições sugeridas – total das espécies (por amostragem) – total de membros de principais espécies (por amostragem) – número de aparições de principais espécies aos turistas
espécies	sucesso da reprodução de espécies nativas degradação do local mudanças na flora mistura e concentração	– áreas de ocupação das espécies (flora e fauna)** – espécies nativas da flora como um % sobre o total da cobertura vegetal – número de companhias/guias que utilizam o local • número de barcos que utilizam o local • % da área afetada de forma negativa
** Os escritórios de gerenciamento da vida selvagem/biodiversidade do local podem oferecer registros de longo prazo em relação a algumas espécies.		
LOCAIS CULTURAIS (COMUNIDADES TRADICIONAIS)		
Questão violação de normas sociais e culturais	Indicadores língua falada pelas pessoas do local	Medições sugeridas • % da comunidade que fala uma língua diferente da local
deslocamento de membros da população local	impacto social	• renda líquida média dos turistas/renda líquida da população local • número de estabelecimentos de varejo/número de estabelecimentos que atendam às necessidades locais (e não aos turistas) • % de estabelecimentos abertos o ano inteiro • número e tipo de reclamações feitas pelas pessoas do local **
	satisfação local	
** Pode ser uma função da mudança no número de incidentes ou das mudanças no índice de registro		
PEQUENAS ILHAS		
Questão perdas da moeda	Indicadores medições de fuga de capital	Medições sugeridas • % de perda de câmbio a partir do total dos rendimentos turísticos
altos índices de propriedade estrangeira	valor da propriedade estrangeira	• % de propriedade estrangeira dos estabelecimentos de turismo
falta de empregos para a população local	empregos locais criados através do turismo	• % de empregos mantidos pelo turismo • % de empregos de temporada
escassez de água doce	disponibilidade de água doce	• volume de água utilizado pelos turistas/volume utilizado pela população local (<i>per capita</i>) • custo para o fornecimento de água • custo para o fornecimento de água/nº dos turistas • estimativas de capacidade (p. ex.: volume restante na represa/aquífero)
escassez de eletricidade	disponibilidade de eletricidade	• nº de blecautes • restrições no uso • mudanças no custo da utilização da energia elétrica
escarte de esgoto	instalações de tratamento de esgoto	• volume de esgoto tratado/volume total de esgoto • nível de tratamento
PARA OS INDICADORES ASSOCIADOS À DEGRADAÇÃO DAS PRAIAS, VERIFIQUE A CATEGORIA DA ZONA LITORÂNEA		

Fonte: OMT. *Guia de desenvolvimento do turismo sustentável*. Porto Alegre: Bookman, 2003.